

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	28
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	29
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	46
4.5 - Processos sigilosos relevantes	47
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	48
4.7 - Outras contingências relevantes	51
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	52

## 5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	53
5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	56

## Índice

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	57
5.4 - Outras informações relevantes	58
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	60
6.3 - Breve histórico	61
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	63
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	64
6.7 - Outras informações relevantes	65
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	66
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	80
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	81
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	85
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	86
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	90
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	91
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	92
7.9 - Outras informações relevantes	93
<b>8. Grupo econômico</b>	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	97
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	99
8.3 - Operações de reestruturação	100
8.4 - Outras informações relevantes	102
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	105
9.2 - Outras informações relevantes	108

## Índice

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	109
10.2 - Resultado operacional e financeiro	144
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	146
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	147
10.5 - Políticas contábeis críticas	148
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	149
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	150
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	151
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	152
10.10 - Plano de negócios	153
10.11 - Outros fatores com influência relevante	155

### 11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	156
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	157

### 12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	158
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	162
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	163
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	164
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	165
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	166
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	170
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	171
12.12 - Outras informações relevantes	172

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	173
--	-----

## Índice

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	175
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	179
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	180
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	181
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	182
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	183
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	184
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	185
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	186
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	187
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	188
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	189
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	190
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	191
13.16 - Outras informações relevantes	192

## 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	196
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	198
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	199
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	200

## 15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	201
15.3 - Distribuição de capital	272
15.4 - Organograma dos acionistas	273
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	274

## Índice

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	275
15.7 - Outras informações relevantes	276
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	277
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	278
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	279
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	280
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	281
17.5 - Outras informações relevantes	282
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	283
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	284
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	285
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	286
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	289
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	290
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	291
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	292
18.10 - Outras informações relevantes	293
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.4 - Outras informações relevantes	294
<b>20. Política de negociação</b>	

## Índice

---

20.2 - Outras informações relevantes	295
--------------------------------------	-----

### 21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	296
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	297
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	298
21.4 - Outras informações relevantes	300

### 22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	301
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	302
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	303
22.4 - Outras informações relevantes	304

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Ricardo Jorge Dias de Oliveira**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Sebastião Ricardo Carvalho Martins**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

### **Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	471-5
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S
<b>CPF/CNPJ</b>	61.366.936/0001-25
<b>Período de prestação de serviço</b>	16/07/2010
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e revisão trimestral para os trimestres findos em 31 de março de 2011 (incluindo comparativo com 2010), 2012 e 2013, 30 de junho e 30 de setembro de 2011 (incluindo comparativo com 2010) e 2012.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	No último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, os honorários dos auditores independentes totalizaram o valor de R\$ 296.018,00, referentes aos serviços de auditoria anual das demonstrações financeiras e revisões dos ITRs da Companhia. Para 2013 o valor previsto é de R\$ 295.000,00.
<b>Justificativa da substituição</b>	Não houve substituição
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não houve substituição

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Benedito Alfredo Baddini Blanc	16/07/2010 a 31/03/2013	964.173.908-53	Avenida José de Souza Campos, 900, 1º e 3º Andar, Nova Campinas, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33220500, Fax (19) 33220559, e-mail: alfredo.blanc@br.ey.com
José Antonio de Andrade Navarrete	01/04/2013	120.817.178-08	Avenida José de Souza Campos, 900, 1º e 3º Andar, Nova Campinas, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33220500, Fax (19) 33220559, e-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com

## **2.3 - Outras informações relevantes**

### **2.3. Outras informações relevantes:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**3.1 - Informações Financeiras - Individual**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2012)</b>	<b>Exercício social (31/12/2011)</b>	<b>Exercício social (31/12/2010)</b>
Patrimônio Líquido	188.182.000,00	207.408.000,00	218.609.000,00
Ativo Total	910.328.000,00	792.424.000,00	808.010.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	275.247.000,00	242.405.000,00	172.412.000,00
Resultado Bruto	92.369.000,00	80.657.000,00	78.840.000,00
Resultado Líquido	-7.854.000,00	-11.201.000,00	-1.058.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	22.357.847.595	22.357.847.595	22.357.847.595
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,008417	0,009277	0,009778
Resultado Líquido por Ação	-0,000351	-0,000501	-0,000047

### 3.2 - Medições não contábeis

#### 3.2. a) Medições não contábeis:

	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2012	2011	2010
<b>Cálculo do EBITDA</b>					
EBITDA (em R\$ mil) <sup>(1)</sup>	17.218	20.316	83.882	77.374	73.116
Margem EBITDA Ajustada (%) <sup>(2)</sup>	42,77%	55,46%	51,85%	53,34%	54,19%
<sup>(1)</sup> O EBITDA corresponde ao lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização.					
<sup>(2)</sup> Margem EBITDA Ajustada: corresponde ao EBITDA dividido pela Receita líquida de arrecadação de pedágio e acessórias.					

#### 3.2. b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A tabela abaixo apresenta a demonstração do cálculo do EBITDA da Companhia, conforme as últimas demonstrações financeiras:

	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2012	2011	2010
<b>Reconciliação do EBITDA</b>					
(valores em R\$ mil, exceto percentuais)					
Prejuízo Líquido	(335)	(3.039)	(7.854)	(11.201)	(1.058)
Despesas Financeiras líquidas das Receitas Financeiras	13.336	21.043	78.100	80.773	64.770
Imposto de renda e contribuição social	(47)	(1.310)	(967)	(5.018)	(409)
Depreciação e Amortização	4.264	3.622	14.603	12.820	9.813
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>17.218</b>	<b>20.316</b>	<b>83.882</b>	<b>77.374</b>	<b>73.116</b>
Margem EBITDA Ajustada (%) <sup>(2)</sup>	42,77%	55,46%	51,85%	53,34%	54,19%
<sup>(1)</sup> O EBITDA corresponde ao lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização.					
<sup>(2)</sup> Margem EBITDA Ajustada: corresponde ao EBITDA dividido pela Receita líquida de arrecadação de pedágio e acessórias.					

#### 3.2. c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para a compreensão de sua condição financeira, pois entende que o EBITDA consiste em um indicador de desempenho operacional, uma vez que reflete o potencial de geração de recursos decorrentes exclusivamente

### 3.2 - Medições não contábeis

das operações principais da Companhia. Vale lembrar que são excluídos do EBITDA despesas que não afetam o fluxo de caixa, ainda que operacional, como, por exemplo, a depreciação e amortização, que não representam saída de recursos do fluxo de caixa da Companhia.

O EBITDA engloba todos os componentes operacionais e, desta forma, compreende grande parte das receitas auferidas e despesas incorridas, o que destaca a medida em relação ao Prejuízo Líquido na visualização do desempenho operacional da Companhia.

Em resumo, a Companhia entende que o EBITDA demonstra o potencial de geração de caixa da atividade operacional, pois indica quanto recurso é gerado pelos ativos operacionais.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board*. Desde a edição da Instrução da CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013, o EBITDA possui um significado padrão, que consta do artigo 3º, inciso I, da referida Instrução. No entanto, a Companhia não pode garantir que outras empresas, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras empresas, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras empresas. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução. Nos negócios da Companhia, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

#### **3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:**

Não há eventos subsequentes às demonstrações financeiras de encerramento de exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, bem como ao trimestre encerrado em 31 de março de 2013.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

#### 3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para imposto de renda, a provisão para contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

Apurado o lucro líquido do exercício, dele deduzir-se-ão inicialmente 5% para constituição de reserva legal, até esta alcançar 20% do capital social ou até que a soma desta e de outras reservas de capital atinja 30% do capital social.

Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia prevê que uma quantia, representativa do dividendo mínimo obrigatório, equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações que deverá ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio em cada ano. A destinação do saldo remanescente será objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar o balanço correspondente. Por último, o saldo que houver após o cumprimento do disposto acima terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral.

Além disso, o dividendo mínimo obrigatório estará limitado à porção do lucro líquido realizado. Adicionalmente, o montante de dividendos deve ser posteriormente acrescido da quantidade realizada da reserva de lucros a realizar. Os cálculos da Companhia relativos ao lucro líquido e alocações para reservas referentes a qualquer exercício social, bem como aos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base em suas Demonstrações Financeiras (auditadas) preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Período	Exercício Social Encerrado em 31.12.2012	Exercício Social Encerrado em 31.12.2011	Exercício Social Encerrado em 31.12.2010
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	Do lucro líquido do exercício deduzir-se-ão inicialmente 5% para constituição de reserva legal, até esta alcançar 20% do capital social ou até que a soma desta e de outras reservas de capital atinja 30% do capital social. A Companhia não possui provisão estatutária de reserva de lucros além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Em função da Companhia não ter apresentado lucro líquido nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não foram contabilizados valores a título de reserva legal ou retenção de lucros.		
<b>Valores das Retenções de Lucros</b>	Não houve retenção de lucro.		
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o seu Estatuto Social, a Companhia assegura a seus acionistas o pagamento de dividendos em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido ajustado, a serem pagos no prazo de 60 dias a contar da data de sua deliberação em assembleia geral. Contudo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório não será pago no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, sendo certo que o Conselho Fiscal, se em exercício, proferirá parecer sobre essa informação. Os dividendos assim retidos serão pagos quando a situação financeira permitir.		

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	Em função da Companhia não ter apresentado lucro líquido nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.		
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.		
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	As notas promissórias de quarta emissão (indicadas no item 18.5 deste Formulário de Referência) contêm restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.	As notas promissórias de terceira emissão (indicadas no item 18.5 deste Formulário de Referência) contêm restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação à qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.	As notas promissórias de primeira emissão (indicadas no item 18.5 deste Formulário de Referência) contêm restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação à qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.

### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

#### **3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:**

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Montante total da dívida, de qualquer natureza</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2012</b>	722.146.000,00	Índice de Endividamento	3,83748711	

**3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento**

<b>Exercício social (31/12/2012)</b>					
<b>Tipo de dívida</b>	<b>Inferior a um ano</b>	<b>Um a três anos</b>	<b>Três a cinco anos</b>	<b>Superior a cinco anos</b>	<b>Total</b>
<b>Garantia Real</b>	603.605.000,00	0,00	0,00	0,00	603.605.000,00
<b>Garantia Flutuante</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Quirografárias</b>	54.735.000,00	22.191.000,00	0,00	41.615.000,00	118.541.000,00
<b>Total</b>	658.340.000,00	22.191.000,00	0,00	41.615.000,00	722.146.000,00
<b>Observação</b>					

### 3.9 - Outras informações relevantes

#### 3.9. Outras informações relevantes:

##### Informações sobre endividamento financeiro

Atualmente, a dívida de curto prazo da Companhia é composta por 60 notas promissórias de quarta série comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), totalizando R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), a serem amortizadas em 360 dias contados da data de emissão, ou seja, em 13 de agosto de 2013, sem prejuízo da possibilidade de resgate antecipado. A título de garantia das notas promissórias, foram oferecidas a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis e todos os demais direitos emergentes da concessão.

A Companhia está em negociação com bancos para alongar o perfil da sua dívida, mediante a captação de novos recursos, por meio de operações no mercado de capitais e financeiro, com perfil de longo prazo, com o objetivo de liquidar seu atual passivo de curto prazo.

Visando ao alongamento do perfil de sua dívida, a Companhia está estruturando a emissão de debêntures públicas de acordo com a instrução CVM 400, cujos recursos serão utilizados para, entre outros, resgate das referidas notas promissórias.

##### Esclarecimentos sobre o cálculo do valor patrimonial por ação e do resultado líquido por ação no quadro 3.1 para o exercício social encerrado em 31/12/2010

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, não obstante o número total de ações ex-tesouraria emitido pela Companhia fosse de 24.000.000.000, havia 1.642.152.405 ações a integralizar que não devem ser levadas em consideração no cálculo do valor patrimonial por ação e do resultado líquido por ação. Por essa razão é que o campo "Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)" foi preenchido com o número de ações integralizadas ex-tesouraria. O valor patrimonial por ação foi, então, calculado dividindo-se o patrimônio líquido de R\$218.609.000,00 pelo número de ações emitidas e integralizadas ex-tesouraria, que era de 22.357.847.595, e o resultado líquido por ação foi obtido pela divisão do prejuízo líquido no exercício, no valor de R\$1.058.000,00, também por 22.357.847.595, que é o número de ações emitidas e integralizadas ex-tesouraria.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### 4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

*Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos negócios, condição financeira, liquidez e/ou resultados de operações da Companhia, bem como seus futuros negócios e/ou valor das ações ordinárias de sua emissão. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.*

#### a) Com relação à Companhia

##### **A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de tráfego e receita de pedágios.**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e no trimestre encerrado em 31 de março de 2013, 59,3% e 58,2%, respectivamente, da receita bruta da Companhia é oriunda da arrecadação de pedágio e pode ser afetada por mudanças no volume de tráfego, aumento das tarifas dos pedágios e diminuição dos usuários de suas rodovias em razão do aumento das tarifas. Volumes de tráfego estão condicionados a múltiplos fatores, incluindo a qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas que não tenham sido concedidas à Companhia (inclusive pelo não cumprimento do contrato de concessão por outras concessionárias que tenham recebido em concessão rodovias ligadas às rodovias da Companhia), a qualidade e estado de conservação de suas rodovias, preços dos combustíveis, normas ambientais (incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar), a existência de concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais, climáticos, dentre outros, como, por exemplo, a existência de rotas importantes competitivas ao longo do trecho concedido à Companhia, incluindo as rodovias SP-280, SP-075 e SP-348. A Companhia não pode garantir que será capaz de adaptar suas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente o negócio e a condição financeira da Companhia.

##### **Custos de construção e manutenção maiores do que o esperado podem afetar negativamente a condição financeira da Companhia e o seu resultado operacional.**

A capacidade da Companhia (i) de concluir adequadamente as obras em andamento e futuros projetos exigidos pelo Contrato de Concessão; (ii) de obter custos adequados para a manutenção e conservação das rodovias sob sua administração; e (iii) de assumir projetos acessórios na Concessão está sujeita, dentre outros fatores, a flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados e interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos de construção da Companhia e, caso não possamos repassar aumentos em tais custos aos usuários das rodovias por meio do aumento das tarifas cobradas, nos termos do Contrato de Concessão, o fluxo de caixa da Companhia poderá ser negativamente afetado e, conseqüentemente, sua condição econômico-financeira e seus resultados operacionais.

O não cumprimento do cronograma de investimentos elaborado pela Companhia e aprovado pela ARTESP pode acarretar na imposição de multas à Companhia, conforme previstas no

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Contrato de Concessão.

**Nos termos do financiamento de curto-prazo obtido pela Companhia com a Quarta Emissão de Notas Promissórias Comerciais, a Companhia se encontra sujeita a obrigações específicas, bem como a restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais.**

Em 24 de julho de 2012, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da Quarta Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia, no montante de R\$ 600 milhões, a qual exige o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos assumidos no âmbito de tal emissão, que não seja sanado ou renunciado por seus credores, poderá acarretar o vencimento antecipado das Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão. Além disso, as Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão emitidas pela Companhia impõem restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais, de emitir valores mobiliários ou até mesmo de dar garantias a terceiros, devido a alienação fiduciária de suas ações ou a novos financiamentos ou emissões. Dessa forma, caso ocorra qualquer evento de inadimplemento, o fluxo de caixa e as demais condições financeiras da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa, além de poder resultar em alienação de controle. Para maiores informações sobre esta emissão, veja o item 18.5 deste Formulário de Referência.

**Dificuldades na obtenção de novos financiamentos poderão ter um efeito adverso nas operações da Companhia e no desenvolvimento de seu negócio.**

Até 31 de março de 2018, a estimativa dos investimentos a serem realizados pela Companhia, em cumprimento ao Contrato de Concessão, é de aproximadamente R\$ 317 milhões, sendo que os custos efetivos podem variar significativamente conforme a evolução do mercado, da inflação e outros fatores.

Além disso, o Contrato de Concessão determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão e o volume de recursos que a Companhia deve investir durante este período.

O objetivo da Companhia é financiar seu programa de investimentos dos 20 primeiros anos da Concessão por meio da geração de caixa próprio e da contratação de financiamentos.

A Companhia não pode assegurar que será capaz de obter recursos suficientes para completar seu programa de investimento ou para satisfazer suas demais obrigações de liquidez e recursos de capital. Em especial, a Companhia não pode assegurar que conseguirá recursos suficientes por meio de emissão de debêntures.

A dificuldade na obtenção de recursos necessários poderá adiar ou impedir que complete seu programa de investimento e outros projetos, o que poderá ter um efeito adverso em suas operações e no desenvolvimento de seu negócio, podendo gerar, inclusive a caducidade da Concessão por determinação do Poder Concedente.

**Não obstante os altos níveis de endividamento atuais da Companhia, um endividamento substancialmente maior poderá ainda ser contratado pela Companhia. Tal hipótese pode aumentar os riscos relacionados à substancial alavancagem da Companhia.**

A Companhia pode, no futuro, incorrer em um substancial endividamento adicional caso ocorra um aumento nos custos operacionais, nos investimentos nas rodovias ou mesmo uma queda no

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

volume de tráfego, incluindo dívidas com garantia. Caso haja um aumento no nível de endividamento ou outras obrigações sejam assumidas pela Companhia, os riscos por ela já assumidos podem ser intensificados.

##### **As ações da Companhia encontram-se alienadas fiduciariamente.**

Em 24 de julho de 2012, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da quarta emissão de notas promissórias comerciais da Companhia ("Quarta Emissão de Notas Promissórias Comerciais"), no montante de R\$ 600 milhões, conforme descrita no item 18.5 deste formulário de referência. As garantias oferecidas ao pagamento das obrigações assumidas no âmbito de tal emissão foram a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia e a cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia emergentes da exploração da concessão objeto do Contrato de Concessão.

Na hipótese de descumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, estabelecidas nos documentos de garantia e na cédula referentes às Notas Promissórias Comerciais, os credores terão o direito de executar, após ocorrência ou não de assembleia geral de titulares das Notas Promissórias Comerciais, se necessária, de acordo com os documentos referentes à emissão, as garantias reais estabelecidas nos referidos instrumentos financeiros, resultando na transferência de tais ações, e ocasionando a consequente mudança do controle acionário da Companhia. Na ocorrência de qualquer mudança de controle acionário acima mencionado, a Companhia pode ser adversamente afetada em suas operações, resultados e situação financeira.

##### **Parte significativa das receitas da Companhia é objeto de Cessão Fiduciária.**

Como garantia do pagamento das Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão da Companhia, a Companhia cedeu fiduciariamente a totalidade dos direitos creditórios provenientes da arrecadação das tarifas de pedágio realizada nas praças de pedágio da concessão rodoviária do Corredor Marechal Rondon Leste, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes do Contrato de Concessão e Outras Avenças, datado de 13 de agosto de 2012.

Na hipótese de descumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, estabelecidas nos documentos de garantia e na cédula referentes à emissão das Notas Promissórias Comerciais, os credores terão a faculdade de executar, após a ocorrência ou não de assembleia geral de titulares das Notas Promissórias Comerciais, se necessária, de acordo com os documentos referentes à emissão, as garantias reais estabelecidas nos referidos instrumentos financeiros e a Companhia poderá perder a propriedade plena e a posse direta de tais direitos creditórios, hipótese em que a Companhia pode ser adversamente afetada em suas operações, resultados e situação financeira.

##### **A Companhia possui curto histórico operacional, o que pode dificultar a avaliação de seus resultados operacionais e perspectivas futuras.**

A Companhia foi constituída em 19 de fevereiro de 2009, tendo iniciado suas operações em abril de 2009, completando seu primeiro ano de atividades operacionais no início do 2º trimestre de 2010. Sendo assim, apresenta um histórico de resultados operacionais que pode ainda não representar precisa e adequadamente sua situação econômico-financeira, de modo que os investidores poderão avaliar seu negócio atual e perspectivas futuras de maneira limitada.

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

**As rodovias da Companhia estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.**

Algumas das áreas por onde passam as rodovias da Companhia estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores. A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões atendidas pelo sistema viário da Companhia, podem ocorrer deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras e provocar a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em perdas de arrecadações de pedágio e investimentos adicionais aos planejados, o que podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, impactando negativamente sua arrecadação. Caso a Companhia não seja capaz de adaptar-se de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e serviços face às condições naturais diferentes das atuais, o resultado operacional e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

**A cobertura de seguro contratada pode não ser suficiente para cobrir os eventuais danos que possamos incorrer.**

Possuímos apólices de seguro em concordância com os limites e coberturas estipulados nos contratos de concessões, incluindo responsabilidade civil e riscos de engenharia. No entanto, existem determinados tipos de risco que não estão cobertos pelas apólices contratadas. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, podemos incorrer em custos e despesas adicionais, o que poderá afetar os nossos resultados financeiros e operacionais. Além disso, não se pode garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por uma das apólices de seguro contratadas, o pagamento da indenização pela companhia seguradora será suficiente para cobrir integralmente os danos decorrentes de tal sinistro.

**Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos à condição financeira da Companhia.**

Em 31 de março de 2013, a Companhia era ré em 124 processos judiciais no valor total de R\$ 9,4 milhões, e em 50 processos administrativos no valor total de R\$ 8,1 milhões, tendo constituído provisão no valor de R\$ 1,7 milhão para cobrir eventuais perdas nesses processos. Além disso, existem processos judiciais em que se questiona o direito da Companhia de cobrar pedágio em algumas praças de pedágio. A Companhia não pode garantir que as decisões nesses processos lhe serão favoráveis, ou que as classificações de seus advogados para fins de provisionamento sejam confirmadas. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em sua condição financeira e nos seus resultados.

Para mais informações sobre os processos em que a Companhia é parte, veja o item 4.3 deste Formulário de Referência.

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

**A perda de membros da alta administração da Companhia, ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.**

A capacidade da Companhia de manter suas atividades depende em larga escala dos serviços de sua alta administração. Nenhuma dessas pessoas está sujeita a contrato de trabalho de longo prazo e a sua alta administração não está sujeita a pacto de não concorrência. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo do seu crescimento.

A perda dos serviços de qualquer dos membros da alta administração da Companhia ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

**A indenização devida à Companhia na hipótese de caducidade da Concessão e reversão dos bens ao Poder Concedente pode ser insuficiente.**

Em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Companhia está sujeita à caducidade da Concessão, ou seja, a Concessão poderá ser extinta por decreto do Poder Concedente, após julgamento de processo administrativo. A declaração de caducidade, que é caso de inadimplemento por parte da Companhia, conforme estabelecido no parágrafo 6º, do artigo 38 da Lei de Concessões, ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

Declarada a caducidade, o Poder Concedente não é responsável por quaisquer encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com os empregados da Companhia.

Além disso, uma vez extinta a concessão, deve haver a reversão (devolução) dos bens reversíveis ao Poder Concedente, em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus e encargos. Se a reversão não ocorrer nesses termos, a Companhia deverá indenizar o Poder Concedente.

Por fim, a Companhia perderá sua principal fonte de receitas, de modo que a capacidade financeira para o pagamento de dívidas será adversamente afetada.

**A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.**

Em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo Contrato de Concessão, a Concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada, caso em que os ativos sujeitos à Concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Caso o Poder Concedente extinga o Contrato de Concessão por caducidade, que é o caso de inadimplemento grave por parte da Companhia, conforme estabelecido no parágrafo 5º, do artigo 38, da Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões”) a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, podendo o valor ser reduzido a até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades. De acordo com o artigo 38, parágrafo sexto, da Lei

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

de Concessões, uma vez declarada a caducidade, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da concessionária, não havendo, ademais, garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão oponíveis ao próximo concessionário.

Além disso, tal processo de indenização demanda tempo e a Companhia não pode garantir que a indenização devida pelo Poder Concedente seja suficiente para compensar o lucro não auferido ou os investimentos não amortizados realizados durante o prazo da Concessão.

Há também o risco de extinção unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente por encampação, que ocorre por motivo de interesse público e por meio de autorização legislativa, no qual o pagamento da indenização será prévio à extinção do vínculo contratual e deverá ser suficiente para indenizar a Companhia pelas parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, nos termos dos artigos 36 e 37, da Lei de Concessões.

Além disso, de acordo com o Contrato de Concessão, o Poder Concedente poderá decretar intervenção na Concessão, nas hipóteses de descumprimento, pela Companhia, de obrigações decorrentes do Contrato de Concessão que não justifiquem a caducidade. Nesses casos, o Poder Concedente tomará a seu cargo os serviços pertinentes à Concessão.

Por fim, a Companhia perderá sua principal fonte de receitas, de modo que a capacidade financeira para o pagamento de dívidas será adversamente afetada.

**A Companhia pode ser afetada adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gerem tempestivamente um aumento de seu fluxo de caixa.**

O Contrato de Concessão especifica as tarifas de pedágio que a Companhia pode cobrar e prevê um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação e fatores supervenientes, imprevisíveis, irresistíveis e extraordinários, que alterem de forma relevante o equilíbrio econômico financeiro do contrato. Entretanto, as tarifas reajustadas ou revisadas, conforme o caso, e o reconhecimento da ocorrência de tais fatores estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente e a Companhia não pode assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou com a rapidez por nós esperada.

Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, a Companhia deve confiar num mecanismo menos objetivo, previsto em seu Contrato de Concessão, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto a Companhia quanto o Poder Concedente possam buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do Contrato de Concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da Concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da Concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da Concessão, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

podem ser afetados adversamente.

**A Companhia não pode garantir se, e em que condições, a Concessão será renovada.**

As atividades da Companhia são desenvolvidas nos termos do Contrato de Concessão. Devido ao grau de discricionariedade conferido ao Poder Concedente para renovação da Concessão, que vence em abril de 2039, a Companhia não pode garantir que esta será renovada e se as condições de renovação serão em termos favoráveis para a Companhia. Caso a Companhia não consiga renová-la ou os termos de renovação sejam desfavoráveis, a Companhia pode sofrer um efeito adverso e perder sua principal fonte de receitas.

**Uma vez que parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.**

Uma parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos da sua Concessão e com a legislação. Essa limitação pode reduzir significativamente os valores disponíveis aos seus credores em caso de falência, além de poder ter um efeito negativo em sua capacidade de obter financiamentos.

**A Companhia não possui mecanismos formais de avaliação de desempenho dos órgãos de sua administração.**

A Companhia adota práticas de remuneração variável com o objetivo de atrair e reter talentos. Não obstante, atualmente não conta com políticas de avaliação de desempenho que estabeleçam mecanismos uniformes para análise de desempenho e consequente atribuição dos benefícios correspondentes em cada nível de performance dos órgãos de nossa administração. A não adoção de políticas de avaliação de desempenho poderá acarretar deficiências no equilíbrio entre a remuneração dos órgãos da administração em comparação às atividades que desenvolvem e às vantagens fruídas pela Companhia, resultando, potencialmente, em pagamentos de valores desproporcionais, bem como na perda de profissionais importantes da administração da Companhia.

**b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

Nenhum risco detectado.

**c) Com relação aos seus acionistas**

Nenhum risco detectado.

**d) Com relação às suas controladas e coligadas**

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

##### e) Com relação a seus fornecedores

**O fornecimento e manutenção dos equipamentos, a conclusão dos projetos dentro do cronograma e a qualidade da mão-de-obra em empreendimentos da Companhia dependem de certos fatores que estão além do seu controle.**

O prazo e a qualidade da gestão e operação do sistema rodoviário sob concessão dependem certas vezes de fatores que estão fora do seu controle, incluindo, mas não se limitando, ao fornecimento pontual e a correta manutenção de equipamentos, a qualidade e tempestividade da entrega do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e prestadores de serviços contratados.

Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelos fornecedores contratados podem ter um efeito negativo na imagem da Companhia e no relacionamento com seus clientes, podendo impactar negativamente nos seus negócios e operações.

Adicionalmente, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais na gestão e operação do sistema rodoviário sob concessão que ultrapassem suas estimativas originais em razão de aumentos de preço para aquisição ou manutenção de equipamentos, custos de materiais, de mão-de-obra ou quaisquer outros custos, caso não seja possível repassar esses aumentos de custos a terceiros.

**A Companhia está exposta a riscos relacionados à terceirização de parte de suas atividades.**

Atualmente a Companhia terceiriza certas atividades relacionadas à execução de obras podendo responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada solidariamente por danos causados ao meio ambiente ou a terceiros, resultantes das atividades prestadas por empresas terceirizadas, como por exemplo, desenvolvimento de obras civis, disposição de resíduos, eventos de contaminação e derramamento de substâncias, dentre outros. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, o resultado da Companhia poderá ser impactado adversamente. Importante notar que, não obstante qualquer terceirização de atividades relacionadas à execução de obras, a Companhia permanece como a única responsável perante o Poder Concedente pela prestação e conclusão das referidas atividades.

##### f) Com relação a seus clientes

**A Companhia depende em grande parte do volume de tráfego de carros de suas rodovias e da receita de seus pedágios.**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e no trimestre findo em 31 de março de 2013, 59,3% e 58,2%, respectivamente, da receita bruta da Companhia foi oriunda da arrecadação de pedágios em suas praças de pedágios, que são influenciadas diretamente por alterações no volume de tráfego das rodovias sob administração da Companhia. O tráfego nas rodovias está condicionado a diversos fatores, tais como qualidade das rodovias, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora da malha viária administrada pela Companhia, preços dos combustíveis, normas ambientais, concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais e climáticos.

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, fator importante do tráfego em rodovias é o tráfego de veículos-equivalentes pesados, incluindo caminhões e ônibus. Essa parcela de tráfego de veículos pode ser afetada por mudanças na economia e pela disponibilidade de modais alternativos. Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar as operações da Companhia em caso de mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode impactar adversamente os negócios e condição financeira da Companhia.

**Os usuários podem reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.**

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Antes da implantação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que no início da década organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio.

Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelo Contrato de Concessão, esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio da Companhia, como também podem reduzir a receita dispersando o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

#### g) Com relação aos setores de atuação

**Aumento na concorrência nos setores de atuação da Companhia poderá reduzir as receitas e a participação no mercado.**

Nossos principais concorrentes são as rodovias sob administração direta do governo federal, dos governos estaduais e municipais, bem como outras sociedades ou grupos privados atuantes neste setor.

Com relação às rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, verificamos que muitas delas não cobram pedágio e, dessa maneira, atraem parte do tráfego das rodovias que operamos. Por outro lado, a concorrência privada no setor de operação de rodovias por concessão tende a elevar as despesas realizadas pelas empresas concessionárias, como forma de tornar as rodovias mais atrativas aos usuários, diminuindo as margens praticadas.

A intensificação da concorrência, por parte do setor público ou do setor privado, poderá resultar na diminuição do número de veículos em nossas rodovias ou de nossas margens, impactando nosso resultado de forma adversa.

Ao longo do trecho de aproximadamente 60 quilômetros do Corredor Marechal Rondon Leste, entre os Municípios de Piracicaba e Salto e onde estão instaladas 2 das nove praças de pedágio da Companhia, existem rotas alternativas constituídas pelas Rodovias SP-304 (Rodovias Luiz de Queiroz), SP-348 (Rodovia dos Bandeirantes) e SP-330 (Rodovia Anhanguera), cujas administrações pertencem ao Governo Estadual (não pedagiada) e à Autoban (pedagiadas),

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

respectivamente. Estas rodovias são rotas concorrentes na ligação do interior do Estado à São Paulo e ao litoral. Adicionalmente, esta rota alternativa já é objeto de concessão desde o primeiro lote de licitação do governo do Estado e assim suas rodovias já estão duplicadas e em alto estado de conservação, atraindo a maior parte do tráfego da região, enquanto a Companhia não finaliza suas obras de duplicação da SP-308. Adicionalmente, se houver novo lote de concessões ferroviárias na região ou o desenvolvimento de transporte hidroviário que possa representar rota alternativa a parte ou todo o trecho administrado pela Companhia, os negócios da Companhia e seus resultados poderão ser adversamente afetados.

**As atividades da Companhia estão concentradas na operação de rodovias no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental das rodovias nesse Estado poderão nos afetar significativamente.**

As atividades da Companhia localizam-se no Estado de São Paulo, com a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste. Nosso Contrato de Concessão foi celebrado com o governo do Estado de São Paulo, cabendo à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP”) a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas. Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas por tal agência governamental ou pelo Estado de São Paulo poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, o nosso resultado operacional. Não podemos assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais.

**Podemos não conseguir implementar integralmente a nossa estratégia de negócios.**

O segmento em que a Companhia atua possui características próprias, como, por exemplo, alterações regulatórias e possibilidade de revisão de nossos contratos em razão do interesse público ou de mudanças na conjuntura política estadual. Os negócios da Companhia também podem ser prejudicados por alterações na situação econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxa de juros, possibilidade de captação de recursos nos mercados financeiro e de capitais e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a economia. Quaisquer desses fatores, isoladamente ou em conjunto, podem afetar negativamente a implementação da estratégia de negócios da Companhia, resultando em efeitos adversos sobre seus negócios e resultados.

**Crises econômicas ou aumento do preço dos combustíveis podem causar redução no tráfego de veículos, impactando adversamente os nossos negócios condição econômico-financeira e resultado operacional.**

Os negócios da Companhia dependem principalmente do número de veículos comerciais e de passeio que trafegam em suas rodovias e da frequência com que circulam. O número de veículos comerciais e de passeio pode ser diretamente afetado por crises econômicas, redução da atividade econômica ou aumento do preço dos combustíveis. A redução, por qualquer motivo, das exportações dos produtos que trafegam pelas rodovias administradas pela Companhia, incluindo grãos (soja) e derivados de cana-de-açúcar, impactaria diretamente no volume de tráfego. A redução do tráfego em decorrência dos fatores acima mencionados pode afetar adversamente os nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

**Efeitos da retração no nível da atividade econômica.**

O volume de tráfego nas rodovias e a frequência dos veículos que nelas circulam normalmente

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

tem correlação direta com o desempenho da economia nacional. Uma eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no Brasil poderá ter impacto no balanço de pagamentos, o que poderá forçar o governo federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, a taxas de juros mais elevadas. Igualmente, eventual elevação significativa nos índices de inflação do Brasil e eventual desaceleração da economia americana podem trazer impacto negativo para a economia brasileira.

Eventual retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar diminuição da circulação de veículos nas rodovias sob nossa administração, afetando direta e negativamente os resultados da Companhia.

##### h) Com relação à regulação do setor de atuação

**A Companhia atua em um ambiente altamente regulado e os seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente por medidas governamentais.**

A principal atividade da Companhia, a exploração de seu sistema rodoviário, é um serviço público delegado à iniciativa privada e, portanto, sujeito a um ambiente altamente regulado. O contrato de concessão é contrato administrativo regido pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões, podendo determinar, inclusive, que as tarifas cobradas pela Companhia sejam reduzidas ou os investimentos que a Companhia deve fazer sejam incrementados. Caso sejam necessários investimentos adicionais por conta de uma medida não prevista no contrato resultante de alterações unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte do Poder Concedente, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar a capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pela regulamentação alterada e os resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa.

Adicionalmente, a Companhia pode ser afetada pelas decisões do governo estadual com relação ao desenvolvimento do sistema rodoviário, especialmente, no que concerne à outorga de novas concessões, podendo aumentar a concorrência, ou com relação à decisão de não prosseguir com o programa de concessão de rodovias, limitar a capacidade da Companhia de crescer e implementar sua estratégia comercial.

**O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à Concessão da Companhia. Assim, a Companhia está sujeita a aumentos não previstos nos seus custos ou decréscimos não previstos nas suas receitas.**

A Companhia obtém grande parte de sua receita da cobrança de pedágio de acordo com o Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente. O Contrato de Concessão é contrato administrativo regido pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões. Caso sejam necessários investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, como resultado de alterações unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte do Poder Concedente, a condição financeira e os resultados operacionais podem ser afetados adversamente. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar a capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pela regulamentação alterada e os resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa.

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

**A regulamentação governamental afeta as operações e podem aumentar o custo do negócio, restringir as operações e resultar em atrasos operacionais.**

Nossas operações estão sujeitas a leis e normas que regem a relação de trabalho, saúde e segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas e outras questões. É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos ou mudanças na execução ou interpretação resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia, o que poderia ter impacto negativo significativo sobre seus negócios, resultados operacionais ou sua situação financeira. Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um processo complexo e demorado e não há como garantir qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessária será obtida e, quando obtida, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e licenças poderiam interromper e atrasar significativamente ou até restringir algumas das nossas operações.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis às operações da Companhia, mesmo que inadvertidamente, poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações, multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os negócios da Companhia, os resultados operacionais ou a situação financeira.

**A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.**

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas pela inobservância destas normas, além de eventual responsabilização nas esferas criminal e cível. Além disso, a Companhia está sujeita a sanções: (i) administrativas, que podem incluir, entre outras, a imposição de multas no valor de R\$500,00 a R\$50 milhões, embargo, e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das nossas atividades e demolição; e, (ii) criminais, podendo ser aplicadas as penas de detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente, de acordo com a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"). Ademais, a Companhia fica responsável pela recuperação ambiental, em esfera cível, caso a operação de nossas atividades sem as devidas licenças der causa a danos ao meio ambiente ou a terceiros. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras da Companhia e sobre os seus resultados.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, disposição inadequada de resíduos e ocorrência de eventos de contaminação, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. De acordo com determinadas leis ambientais, a Companhia poderá, inclusive, ser responsabilizada objetivamente por todos os custos relacionados a qualquer tipo de contaminação ocorrida em suas instalações atuais e antigas e às de suas antecessoras, bem como nas unidades de descarte de resíduos de terceiros, ainda que não causadas diretamente pela Companhia. A

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

legislação ambiental tem sido cada vez mais restritiva e complexa, exigindo da Companhia investimentos contínuos na melhoria e adequação de suas atividades. Os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos ambientais podem prejudicar as atividades, resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, a maioria da doutrina e jurisprudência entende que ações de reparação de danos ambientais não estão sujeitas à prescrição por decurso do tempo.

Adicionalmente, a Companhia pode não obter licenças necessárias para suas operações e obras dentro do prazo previsto. No caso das licenças de implantação (LI), o atraso na obtenção acaba ensejando atraso no início das obras e necessidade de informar o Poder Concedente sobre alteração no cronograma de implantação do Projeto. Vale ressaltar, ainda, que as concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo operam atualmente sem as licenças de operação (LO) aplicáveis.

Ademais, no curso do licenciamento ambiental das atividades da Companhia, poderá ser determinada pelas autoridades competentes a condução de estudos técnicos específicos para avaliar possíveis impactos decorrentes das intervenções realizadas. Merecem atenção as questões ligadas ao patrimônio arqueológico, cultural e histórico, bem como a necessidade de adoção de medidas de resgate e recolocação de fauna. As autoridades podem solicitar à Companhia que desempenhe medidas mitigadoras, de controle ou de monitoramento que poderão gerar custos elevados, atrasar, ou até mesmo inviabilizar a realização de suas atividades.

A demora ou indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação da Companhia.

Além disso, o não cumprimento das condicionantes técnicas estabelecidas nas licenças ambientais poderá sujeitar a Companhia às sanções administrativas previstas para a operação de suas atividades sem as devidas licenças, como por exemplo, imposição de multa que pode variar de R\$500,00 até R\$10 milhões, embargo, desativação de atividades e demolição. Do mesmo modo, as autoridades ambientais competentes podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação ou inadequabilidade de qualquer das condicionantes ou normas legais; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Adicionalmente, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações assumidas pela Companhia por meio de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais, poderá causar impacto adverso relevante na imagem, nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia. O não cumprimento de termos de ajustamento de conduta poderá ensejar a propositura de demandas judiciais contra a Companhia, dado que tais instrumentos configuram títulos executivos. Em razão das atividades que a Companhia desenvolve, usualmente ela se compromete a cumprir medidas reparatórias em razão da necessidade de supressão de vegetação e interferência em áreas de preservação permanente. A assinatura de termos de compromisso poderá prever uma série de medidas que podem gerar custos elevados, como por exemplo, recuperação de áreas degradadas, necessidade de plantio de árvores, doação de mudas etc.

**4.1 - Descrição dos fatores de risco**

i) Com relação a países estrangeiros
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em países estrangeiros.

## **4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco**

### **4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes:**

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. Atualmente, a Companhia não possui expectativa de redução ou aumento de sua exposição aos riscos mencionados no item 4.1 acima.

### **4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

#### **4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:**

A Companhia figura como parte em ações na esfera judicial relacionadas a matérias tributária, cível, trabalhista e ambiental, e processos na esfera administrativa. Todas as ações em que a Companhia figura como parte são oriundas do curso normal dos seus negócios.

O valor da contingência de cada processo pode não corresponder ao valor provisionado, tendo em vista a metodologia de definição de provisionamento utilizada. Para o provisionamento, o prognóstico dos processos é classificado em “provável”, “possível” ou “remoto”, conforme a estimativa de perda de cada demanda, considerando-se as ações nas quais a Companhia figura no pólo passivo. São provisionados valores apenas para ações em que a Companhia é ré e apenas para os processos classificados como de perda provável. As ações nas quais a Companhia é autora também podem gerar sucumbência no caso de improcedência, por exemplo. Essa classificação é feita após análise dos fatos e fundamentos alegados na peça processual inicial, dos argumentos de defesa e provas produzidas, do pleito deduzido em face da situação fática e de direito, da posição jurisprudencial dominante em casos análogos, além da opinião dos advogados internos e externos responsáveis pela condução de cada processo.

Os processos descritos neste item foram selecionados considerando não apenas sua capacidade de representar impacto significativo ao patrimônio da Companhia, à sua capacidade financeira ou aos seus negócios, mas também os riscos de imagem inerentes à atribuição de determinada conduta à Companhia ou quaisquer outros fatores que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

Na opinião dos Diretores da Companhia, com base em relatórios de seus advogados e consultores externos, a Companhia mantém provisão suficiente em seus balanços referentes a perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada dessas perdas. Abaixo seguem de forma sintética as matérias discutidas nos litígios judiciais e administrativos da Companhia.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**I) Processos Cíveis*Ações em que a Companhia figura como Autora*

<b>1 - Ação Declaratória nº 583.00.2010.214185-8</b>	
Juízo	27ª Vara Cível do Forum Central de São Paulo/SP.
Instância	Primeira.
Data de instauração	14 de dezembro de 2010.
Partes no processo	Autora: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Ré: Telecomunicações de São Paulo S. A – Telesp.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 566.651,98 (em 30/01/2013).
Principais fatos	<p>Trata-se de ação declaratória ajuizada pela Companhia visando à declaração de exigibilidade de remuneração, pela Ré, pela utilização de faixas de domínio nas rodovias de administração da Companhia. A Companhia busca a condenação da Ré ao pagamento de valores retroativos devido à utilização das faixas de domínio desde o início da concessão, os quais serão apurados e mensurados em fase futura de liquidação de sentença. Em 03/05/2011, foi realizada audiência de conciliação, na qual foi determinada a suspensão do processo por 30 dias para tratativas de acordo. No entanto, em 01/07/2011, a Companhia entrou com pedido para retomada do processo. Em 09/06/2011, foi proferido despacho negando a conexão requerida pela Ré com o processo que tramita perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em 04/07/2011, a Ré interpôs agravo retido contra tal despacho, e em 05/07/2011, a Companhia foi intimada a se manifestar a respeito de tal agravo retido. Em 19/10/2012, foi publicado despacho concedendo às partes 15 dias cada qual, para retirada dos autos de Cartório e designado o 31º dia para apresentação de alegações finais escritas, via protocolo em Cartório. As alegações finais foram apresentadas em dezembro de 2012.</p> <p>Em 31 de março de 2013, os autos encontravam-se conclusos para sentença.</p> <p>A Companhia considera este processo relevante pelo fato de que se a ação for julgada improcedente, a Companhia não será remunerada pela utilização, pela Ré, de suas faixas de domínio, o que poderá afetar o seu resultado operacional. Além do valor econômico envolvido, a complexidade e relevância da matéria discutida também foram determinantes para que Companhia considerasse este processo como relevante.</p>

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia não será remunerada pela utilização, pela Ré, de suas faixas de domínio, o que poderá afetar o seu resultado operacional.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

*Ações em que a Companhia figura como Ré*

<b>2 - Ação Civil Pública com Pedido de Liminar nº 0025760-06.2011.8.26.0053 (antigo processo n. 854/09 da 1ª Vara Cível da Comarca de Conchas – SP)</b>	
Juízo	Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo.
Instância	Primeira.
Data de instauração	23 de novembro de 2009.
Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo. Réus: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e outros.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 12.067,00 (em 30/01/2013).

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

Principais fatos	<p>Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual objetivando que a Companhia se abstenha de cobrar as tarifas de pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste. A Companhia teve sua defesa preliminar indeferida em 16/04/2012 e, em 27/04/2012, recorreu dessa decisão. Em 21/06/2012, foi publicado despacho intimando o Ministério Público a apresentar contra-razões, as quais foram apresentadas em 27/11/2012. Os autos foram remetidos à conclusão em 14/01/2013.</p> <p>Em 31 de março de 2013, o processo encontrava-se em fase de perícia, a qual ainda não foi iniciada.</p> <p>A Companhia considera relevante a ação diante do risco em caso de perda, que importaria na abstenção de cobrar pedágio nas praças acima mencionadas, o que poderá afetar negativamente as suas receitas. Além do valor econômico envolvido, a complexidade e relevância da matéria discutida também foram determinantes para que Companhia considerasse este processo como relevante. Além disso, eventual insucesso da Companhia na presente ação implicará na tomada de providências junto ao poder concedente, inclusive com solicitação de reequilíbrio contratual, uma vez que foi este que determinou a localização das praças, a forma de cobrança e a fixação das tarifas de pedágio.</p>
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré terá que se abster de cobrar pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

<b>3 - Ação Civil Pública nº 145.01.2011.003175-1 (nº de ordem 15/12)</b>	
Juízo	1ª Vara judicial da Comarca de Conchas.
Instância	Primeira.
Data de instauração	02 de dezembro de 2011.
Partes no processo	<p>Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo.</p> <p>Rés: Concessionária Rodovias do Tietê S.A., Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e Estado de São Paulo.</p>

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 10.673,94 (em 30/01/2013).
Principais fatos	<p>Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual objetivando declarar a ilegalidade da cobrança da tarifa de pedágio na Rodovia Marechal Rondon para os moradores das cidades de Conchas e Pereiras. Em 06/12/2012 foi proferido despacho informando acerca da antecipação do julgamento do processo, por desnecessidade de produção de provas suplementares. A Companhia recorreu contra esta decisão em 08/01/2013. Foi concedido efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto pela Companhia em 18/01/2013.</p> <p>Em 31 de março de 2013, o processo encontrava-se em fase de intimação dos agravados.</p> <p>A Companhia considera relevante a ação diante do risco em caso de perda, que importaria na abstenção de cobrar pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste, o que poderá afetar negativamente as suas receitas. Além do valor econômico envolvido, a complexidade e relevância da matéria discutida também foram determinantes para que Companhia considerasse este processo como relevante. Além disso, eventual insucesso da concessionária na presente ação implicará na tomada de providências junto ao poder concedente, inclusive com solicitação de reequilíbrio contratual, uma vez que foi este que determinou a localização das praças, a forma de cobrança e a fixação das tarifas de pedágio.</p>
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré terá que se abster de cobrar pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

**4 - Ação Civil Pública com pedido de liminar nº 2010.000.232-9 (antigo processo n. 2009.006.030-8 – 2ª Vara Cível da Comarca de Monte Mor)**

Juízo	2ª Vara Cível de Monte Mor/SP.
Instância	Primeira.
Data de instauração	16 de dezembro de 2009.
Partes no processo	<p>Autor: Sindicato Rural de Monte Mor.</p> <p>Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e outros.</p>

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 12.022,56 (em 30/01/2013).
Principais fatos	<p>Trata-se de ação civil pública movida pelo Sindicato Rural de Monte Mor objetivando declaração de ilegalidade e inconstitucionalidade da cobrança de pedágio na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, e que, liminarmente, seja suspensa a cobrança de pedágio aos habitantes de Monte Mor/SP. Em 15/01/2010, os autos da presente ação foram remetidos à Comarca de Conchas/SP. Contra essa decisão, a Companhia interpôs agravo de instrumento em 11/02/2010. Em 07/02/2011, foi interposto agravo pela Companhia e foi negado provimento ao recurso do Sindicato Rural de Monte Mor. Em 13/03/2012, foi publicada a intimação do acórdão. Em 16/05/2012, houve trânsito em julgado e os autos foram remetidos à vara de origem. Em 20/08/2012, foi publicado acórdão acerca do trânsito em julgado da decisão colegiada que reconheceu a conexão entre este processo e a ação civil pública nº 2009.003617-1. Os autos foram remetidos à Comarca de São Paulo, para julgamento conjunto com a mencionada ação civil pública.</p> <p>Em 31 de março de 2013, foi mantido o posicionamento anterior.</p> <p>A Companhia considera relevante a ação diante do risco em caso de perda, que importaria na abstenção de cobrar pedágio na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, o que poderia afetar negativamente as suas receitas. Além do valor econômico envolvido, a complexidade e relevância da matéria discutida também foram determinantes para que Companhia considerasse este processo como relevante. Além disso, eventual insucesso da concessionária na presente ação implicará na tomada de providências junto ao poder concedente, inclusive com solicitação de reequilíbrio contratual, uma vez que foi este que determinou a localização das praças, a forma de cobrança e a fixação das tarifas de pedágio.</p>
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré terá que se abster de cobrar pedágio na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

**5 - Ação Indenizatória nº 089.01.2009.010991-4/000000-000**

Juízo	1ª Vara Cível de Botucatu/SP.
Instância	Primeira.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

Data de instauração	09 de dezembro de 2010 (data da citação).
Partes no processo	Autor: Francisco Tadeu Novaes Júnior. Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 651.249,17 (em 30/01/2013).
Principais fatos	<p>Trata-se de ação ajuizada pelo Autor objetivando indenização por danos morais, cumulada com pensão mensal e danos morais, devido a acidente automotor ocorrido no dia 04/05/2009 decorrente de aquaplanagem na pista, resultando no falecimento da mãe do Autor. Em 19.09.2012 foi publicada sentença julgando parcialmente procedente o pedido do Autor em face do Município de Pardinho e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER, condenando-as, solidariamente, a pagar indenização por danos morais, sobre a qual incide desconto do seguro obrigatório recebido pelo Autor. O DER apresentou pedido de lide secundária em face da Companhia, o qual foi julgado improcedente. A Companhia apresentou lide secundária em face de Itaú Seguros S.A., a qual foi julgada extinta sem análise de mérito. Em outubro de 2012, foram apresentadas apelações pelas partes, inclusive pela Companhia.</p> <p>Em março de 2013: o processo aguarda julgamento das apelações.</p> <p>A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.</p>
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>6 - Ação Indenizatória nº 1679-2011</b>	
Juízo	2ª Vara Cível Ourinhos.
Instância	Primeira.
Data de instauração	07/10/2011 (ajuizamento pela parte).
Partes no processo	Autor: Valdenir Lino de Gouveia e Irene Dias de Gouveia. Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Denunciada à lide: Itaú Seguros S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 1.095.200,55 (em 30/01/2013).
Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada pela Autora objetivando indenização por dano moral cumulada com pensão mensal e 13º salários, devido a acidente automotor ocorrido no dia 09/09/2009 decorrente, em tese, de problemas na pista, que culminou na morte de seu filho. A Companhia denunciou a lide à sua seguradora.  Em março de 2013: o processo está em fase de produção de provas e aguarda a manifestação da seguradora.  A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>7 - Ação Indenizatória nº 1814-2010</b>	
Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Botucatu.
Instância	Primeira.
Data de instauração	22/08/2010 (ajuizamento pela parte).
Partes no processo	Autor: Marcos Antonio de Moraes.  Réus: Concessionária Rodovias do Tietê S.A., Município de Pardinho e DER – Departamento de Estradas e Rodagem.
Valores, bens ou direitos envolvidos.	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 722.927,24 (em 30/01/2013).
Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada pelo Autor objetivando indenização por danos morais por conta de acidente automotor, cumulado com pensão mensal contada da data do evento (04/05/2012) até 06/11/2016, data em que a vítima completaria 70 anos de idade. O acidente tratado na ação ocorreu devido à chuva e colisão com outro veículo, e culminou em morte da vítima (mãe do Autor). Em março de 2013: o processo encontra-se em fase instrutória (oitiva das testemunhas de ambas as partes).  A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.
Chance de perda:	Provável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	R\$ 722.927,24.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>8 - Ação Indenizatória nº 576.01.2010.062382-1/000000-000</b>	
Juízo	4ª Vara Cível de São José do Rio Preto.
Instância	Primeira.
Data de instauração	10/12/2010 (ajuizamento pela parte).
Partes no processo	Autor: Marcela das Graças Rosolem Teixeira e outro. Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Denunciada à lide: Itaú Seguros S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 408.000,00 (em 30/01/2013).
Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada pelos Autores (esposa e filho da vítima) objetivando indenização por danos morais, cumulado com pensão alimentícia, decorrente da morte da vítima em 22/06/2010, ocasionada por disparos de arma de fogo deferidos por assaltantes. O juiz julgou o pedido dos Autores parcialmente procedente no dia 11/07/2012, assim como julgou procedente a lide secundária para condenar a Itaú Seguros a reembolsar a Companhia do valor da condenação nos limites da apólice contratada (até R\$ 100.000,00). Em julho de 2012 foram protocoladas petições pela Companhia e pela Itaú Seguros, opondo embargos de declaração à sentença. Em 06/08/2012 foi proferida decisão colhendo os embargos opostos, por erro material na decisão. A Companhia protocolou apelação em 12/09/2012, que aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça.  Em março de 2013: o processo aguarda julgamento de apelação pelo Tribunal de Justiça.  A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>9 - Ação Indenizatória nº 089.01.2010.014763-0 (nº de ordem 2724-2010)</b>	
Juízo	2ª Vara Cível de Botucatu.
Instância	Primeira.
Data de instauração	01/09/2010 (ajuizamento pela parte).
Partes no processo	Autor: Florevita Carvalho da Silva Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Denunciada à lide: Itaú Seguros S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 16.999,56 (em 30/01/2013).
Principais fatos	Trata-se de ação de indenização por ato ilícito objetivando indenização por danos materiais, cumulada com pensão mensal vitalícia, decorrente de acidente causado por buraco na estrada, culminando na morte do filho da Autora. Foi proferida, em 02/08/2012, sentença julgando procedente a ação para condenar a Companhia ao pagamento de danos morais e ao pagamento de pensão mensal. Julgou, nessa mesma ocasião, procedente a denúncia à lide à Itaú Seguros. Em 27/08/2012, a Companhia apresentou seu recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça.  Em março de 2013: aguarda-se julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça.  A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>10 - Ação Indenizatória nº 1753/2011</b>	
Juízo	2ª Vara Cível de Votorantim.
Instância	Primeira.
Data de instauração	05/12/2012.
Partes no processo	Autor: Vanderlei Marques de Oliveira e outros.  Réus: Concessionária Rodovias do Tietê S.A., Prefeitura de Votorantim, Carlos Alberto Parri de Campos ME, e Carlos Alberto Parri de Campos.  Denunciada à lide: Itaú Seguros S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 1.907.500,00 (em 30/01/2013).
Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada pelos Autores em face da Companhia objetivando a indenização por danos morais, cumulada com pensão mensal, decorrente de acidente automotor devido à colisão de veículos culminando na morte da vítima (mãe e mulher dos Autores). Em 13/03/2012 foi protocolada petição pelo Município de Votorantim apresentando sua contestação. Em 10/01/2013 foi juntado o AR positivo de citação da Companhia. Em 08/02/2013 foi apresentada a contestação pela Companhia.  Em março de 2013: aguarda-se julgamento da contestação apresentada pela Companhia.  A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada, sendo este valor a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>11 - Ação Indenizatória nº 546-2011</b>	
Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas.
Instância	Primeira.
Data de instauração	28/03/2011 (ajuizamento pela parte).
Partes no processo	Autor: Michele Tainá da Costa Fidelis. Réus: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e DER – Departamento de Estradas e Rodagem.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 450.106,92 (em 30/01/2013).
Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada pela Autora em face das Rés, objetivando indenização por danos materiais e morais, decorrente de atropelamento da vítima (marido da Autora), em 25/09/2010, culminando em sua morte. Em março de 2013: aguarda-se o início da fase de produção de provas.  A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.
Chance de perda:	Provável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	R\$ 450.106,92

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>12 - Ação de Reparação de Danos – Processo nº 1032-2011</b>	
Juízo	2ª Vara Cível de São Manuel.
Instância	Primeira.
Data de instauração	04/10/2011 (ajuizamento pela parte).
Partes no processo	Autor: Dhione Henrique dos Santos  Réus: Concessionária Rodovias do Tietê S.A., ARTESP, DER e UNESP.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valor para fins de alçada: R\$ 215.382,60 (em 30/01/2013).
Principais fatos	Trata-se de ação de cobrança ajuizada pelo Autor em face dos Réus, objetivando indenização por danos materiais e morais, decorrente de acidente devido à derrapagem da motocicleta do Autor culminando avarias à sua moto e na amputação de seus 4º e 5º dedos.  A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>13 - Ação de Cobrança nº 629.01.2010.002.824-0</b>	
Juízo	2ª Vara Judicial de Tietê/SP.
Instância	Primeira.
Data de instauração	30 de julho de 2010.
Partes no processo	Autora: LMA Construtora Ltda. Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valores para fins de alçada: R\$ 997.530,63 (em 30/01/2013).
Principais fatos	<p>Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela Autora objetivando a cobrança de suposto saldo decorrente de contrato de empreitada firmado entre as partes. A Companhia ofereceu contestação e reconvenção, em 29/09/2010, objetivando que a Autora seja condenada ao pagamento do valor correspondente às multas devidas em função do atraso nas obras de construção das praças de pedágio de Anhembi/SP e Areiópolis/SP. Os autos foram remetidos, em 09/12/2011, à conclusão para despacho, que deferiu a produção de prova pericial de engenharia e facultou às partes a indicação de assistentes técnicos e o oferecimento de quesitos. Em 27/08/2012 foi protocolada petição da Companhia concordando com a estimativa de honorários do perito judicial, no valor de R\$ 38.000,00, ponderando caber à Autora antecipar o pagamento. Em 05/12/2012 foi juntada petição pela Autora informando que concorda com os honorários periciais. Em 13/12/12 foi publicado despacho para que a Autora se manifeste acerca da petição do perito. Em 14/01/2013 foi juntada petição protocolada pela Autora informando que não se opõe aos valores apresentados pelo perito.</p> <p>A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.</p>
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré será obrigada a realizar o pagamento requerido pela Autora, o que poderá afetar negativamente os seus resultados.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>14 - Ação Indenizatória nº 604.01.2012016955-7/000000-000 (nº de ordem 3262/2012)</b>	
Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Sumaré.
Instância	Primeira.
Data de instauração	18 de novembro de 2012 (ajuizamento pela parte).
Partes no processo	Autor: Pedro Filipi da Silva Barboza, representado por Cristiane da Silva Pavão.  Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valores para fins de alçada: R\$ 300.000,00 (em 30/01/2013).
Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada pelo Autor, objetivando indenização por danos materiais e morais, decorrente de acidente na Av. João Lirani, na cidade de Monte Mor, nas proximidades da Rodovia SP-101, no qual o Autor teve seu pé esquerdo amputado. O Autor foi atendido pelo resgate da Companhia (empresa terceirizada Enseg Serviços Pré-Hospitalares Ltda), mesmo o acidente tendo acontecido fora do trecho de concessão e alega que a Companhia não levou o seu pé do local, sendo somente levado o membro ao hospital 4 horas após o acidente. Diante da demora o membro já estava em estado de decomposição, não permitindo assim o reimplante. Em fevereiro de 2013, o juiz recebeu a exceção de incompetência e determinou a suspensão do processo principal, tendo sido este o último andamento processual.  A Companhia considera este processo relevante por conta do valor econômico envolvido.
Chance de perda:	Possível.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada, sendo este valor a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não há.

### **4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

#### II) Processos Criminais

Não há qualquer ação criminal envolvendo a Companhia em 31 de março de 2013.

#### III) Processos Ambientais

Não há qualquer ação ambiental envolvendo a Companhia em 31 de março de 2013.

#### IV) Processos Trabalhistas

Não há qualquer ação trabalhista que a Companhia entenda ser individualmente relevante.

#### V) Processos Tributários

Não há qualquer ação tributária envolvendo a Companhia em 31 de março de 2013.

#### VI) Processos Administrativos

Os processos administrativos estão detalhados no item 4.6 deste formulário de referência.

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

**4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

**4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:**

Não há processos sigilosos envolvendo a Companhia.

#### **4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

**4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios:**

Os processos descritos neste item foram selecionados considerando não apenas sua capacidade de, em conjunto, representar impacto significativo ao patrimônio da Companhia, à sua capacidade financeira ou aos seus negócios, mas também os riscos de imagem inerentes à atribuição de determinada conduta à Companhia ou quaisquer outros fatores que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

##### Ações Cíveis

Em 31 de março de 2013, a Companhia é parte em 74 ações cíveis em geral (notadamente de natureza indenizatória) em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que operam, totalizando R\$ 8.180.890,84 (já inclusos neste valor os processos relacionados no quadro acima), cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para as seguintes probabilidades de perda:

- I) Remotas: R\$ 271.999,25
- II) Possíveis: R\$ 6.553.887,50
- III) Prováveis: R\$ 1.355.004,09

##### *Utilização de Infraestrutura – Faixas de Domínio e Ações de Obrigação de Fazer e não fazer*

Em 31 de março de 2013, a Companhia é parte (autora) em 4 ações que discutem valores a serem pagos por terceiros a elas como contraprestação pela utilização das faixas de domínio (e infraestrutura relacionada), bem como ações de obrigação de fazer e não fazer relativas às rodovias que estão sob sua administração, totalizando R\$ 616.678,23 (valores somente para títulos de alçada, sendo devidamente calculados por peritos e o valor da indenização definida pelo juiz), para as quais as provisões são possíveis.

A Companhia figura como ré em 11 ações referentes ao uso pela faixa de domínio e de ações de isenção de cobrança de pedágio pelos autores, os quais possuem imóveis lindeiros às rodovias pedagiadas sob concessão da Companhia, possuindo valor estimado de R\$ 132.000,00, sendo este valor com probabilidade de perdas possíveis.

##### *Desapropriação*

Em 31 de março de 2013, a Companhia é parte em 50 ações referentes à desapropriação de imóveis em áreas comuns às rodovias que estão sob sua administração, totalizando R\$ 8.889.271,49 para as quais não são constituídas provisões, uma vez que em caso de perda não haverá passivo a ser assumido pela Companhia, sendo este valor desmembrado em:

- I) Construções de Praças de Pedágios: R\$ 229.962,00 (valores estimados pela concessionária);
- II) Contorno de Piracicaba: R\$ 7.242.047,00 (valores estimados de oferta inicial pela concessionária), já os peritos judiciais estimaram o valor de R\$ 48.950.871,53, porém os valores estão sendo discutidos judicialmente.
- III) Duplicação SP-101 – 1º Trecho: R\$ 1.007.110,67 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);

#### 4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

- IV) DCE R\$ 35.335,96 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- V) SP-308 km 141+410m: R\$ 91.344,75 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- VI) SP-308 km 127+730m ao 141+410m: R\$ 101.197,91 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária).
- VII) SP-308 km 127+730m ao 141+410m (áreas complementares): R\$ 52.952,63 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- VIII) Dispositivo SP-308 km 139 Capivari: R\$ 62.292,69 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- IX) Duplicação SP-308 km 146+250m – Rio das Pedras: R\$ 102.363,84 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);

#### Reclamações Trabalhistas – Verbas Trabalhistas

Em 31 de março de 2013, a Companhia é parte em 39 reclamações trabalhistas, dentre este número possuem ações diretas e indiretas (de empresas terceirizadas), em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais. Tais reclamações trabalhistas totalizam R\$ 1.159.317,65, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para as seguintes probabilidades de perda:

- I) Remotas: R\$ 410.764,14
- II) Possíveis: R\$ 425.369,96
- III) Prováveis: R\$ 323.183,55

#### III) Processos administrativos

A Companhia é parte em 20 processos administrativos perante a ARTESP, em que se discutem, principalmente, o não início ou a não conclusão de certas obras em determinado prazo e descumprimentos ao Contrato de Concessão. Em caso de eventual condenação pela ARTESP, as penalidades administrativas previstas incluem advertências e multas pecuniárias, que totalizam o valor de R\$ 8.143.474,31 (valor estimado pela concessionária). A diretoria da Concessionária entende que as perdas, nesses processos, são remotas. A decisão final da ARTESP no âmbito de tais processos pode ser levada à apreciação do Poder Judiciário.

O procedimento administrativo de maior relevância segue abaixo discriminado:

<b>1 – Processo Administrativo nº 194.816</b>	
a. Juízo	Artesp.
b. Instância	N/A.
c. Data de instauração	27/10/2011.
d. Partes no processo	Autora: Artesp. Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: não é possível estimar. Valores para fins de alçada: R\$ 3.446.743,00 (em 30/01/2013).

**4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos****e relevantes em conjunto**

	Trata-se de descumprimento do contrato de concessão em razão da não celebração de convênios com 20 Municípios para a conservação de rodovias vicinais. A infração gerou a imposição de multas em razão da não celebração dos convênios (o valor unitário histórico de cada multa imposta foi R\$164.148,05 por Município). Em 30/11/2011 foi apresentada defesa prévia, julgada improcedente. Em 02/04/2012 foram apresentadas alegações finais, mas as multas impostas foram mantidas. Em 06/08/2011 foi interposto recurso que aguarda análise.
g. Chance de perda:	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a realizar o pagamento das multas impostas, o que poderá afetar negativamente os seus resultados.
i. Valor provisionado, se houver.	Não há

## **4.7 - Outras contingências relevantes**

### **4.7. Outras contingências relevantes:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

#### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

##### **4.8. Informações sobre as regras do país de origem de emissor estrangeiro e regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados:**

Não aplicável, pois a Companhia tem sede no Brasil, estando todas as suas atividades sujeitas exclusivamente à legislação nacional.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

### 5. Riscos de Mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado em função de suas atividades. Esses riscos envolvem, principalmente, mudanças adversas na política econômica, em taxas de juros, inflação (índices de preços) e taxas de crescimento (PIB).

#### 5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

**A inflação e os esforços do Governo Federal de controle à inflação poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades, capacidade de pagamento da Companhia.**

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos anos anteriores. A taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, caiu de 20,1% positivos, em 1999, para deflação de 1,7% em 2009, tornando a subir para 11,32% em 2010 e, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IBGE”) foi de 5,9%, e 4,3% e 5,9%, 6,5% e 5,8% em 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 respectivamente.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, a taxa de juros básica no Brasil para os anos de, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 foram de 13,75%, 8,75%, 10,75%, 11% e 7,25% por ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária (“COPOM”).

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear o aumento da inflação.

Na hipótese de o Brasil sofrer aumento de inflação no futuro, o Governo Federal poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais. A alta na taxa de juros pode ter um efeito adverso nas atividades, e capacidade de pagamento da Companhia.

**A Companhia está sujeita a riscos de taxas de juros, uma vez que parte significativa de suas obrigações financeiras está indexada a taxas flutuantes.**

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que a maior parte de suas obrigações financeiras está atrelada a taxas flutuantes (CDI ou IPCA). O saldo contábil da dívida da Companhia indexada ao CDI em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 449,5 milhões, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 481,4 milhões, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 603,6 milhões e em 31 de março de 2013 era de R\$ 604,9 milhões para as dívidas com terceiros (relacionadas às Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão) e de R\$ 34,1 milhões, R\$ 38,2 milhões, R\$ 41,6 milhões e R\$ 42,3 milhões, em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

31 de março de 2013, respectivamente aos períodos acima, para as dívidas com partes relacionadas existentes via operações de mútuo. Caso o Governo Federal venha a aumentar as taxas de juros, em especial a SELIC, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento das taxas de juros, os encargos que a Companhia paga em suas dívidas aumentará, afetando adversamente sua condição econômico-financeira.

### **A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os resultados operacionais da Companhia.**

A moeda brasileira sofreu desvalorizações frequentes e significativas em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implantou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. A título de exemplo, o Real desvalorizou 52,3%, 18,7% e 9,3% frente ao Dólar em 2002, 2001 e 2000, respectivamente.

Nos anos 2005, 2006 e 2007, o Real se valorizou 11,8%, 8,7% e 17,2%, respectivamente, com relação ao Dólar. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 32,0% frente ao Dólar, fechando em R\$2,33 por US\$1,00 em 31 de dezembro. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, observou-se a valorização de 25,5% da moeda brasileira frente ao Dólar no exercício. Em 2010, o Real valorizou-se em aproximadamente 4,3% em relação ao Dólar, sendo que, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1,66 por US\$1,00 e em 2011 e 2012 de R\$ 1,87 por US\$1,00 e R\$ 2,04 por US\$1,00, respectivamente. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar novamente.

Apesar de a Companhia não atuar em outros países, a desvalorização da moeda brasileira com relação ao dólar e outras moedas fortes pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, por meio de aumento, de um modo geral, dos preços, inclusive de combustíveis, tornando necessária a adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal. As desvalorizações do Real podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros internas, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e o resultado das operações da Companhia, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais.

Por outro lado, a valorização do Real frente ao dólar e outras moedas pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Uma valorização ou desvalorização do real poderá impactar o volume de importações e exportações e, conseqüentemente, o fluxo de transporte comercial nas rodovias, que são os principais corredores de importação e exportação e ligam os maiores portos brasileiros.

### **A instabilidade política pode prejudicar o resultado operacional da Companhia.**

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

**5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado**

As incertezas e especulações sobre as medidas do novo Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e/ou resultados operacionais da Companhia.

Além disso, acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar a balança comercial e causar um impacto negativo aos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia.

## 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

### 5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, incluindo objetivos, estratégias e instrumentos:

#### a) riscos para os quais se busca proteção:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

#### b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*):

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

#### c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*):

##### Hedge de Fluxo de Caixa

Em 06 de junho de 2012, para mitigar o risco de taxa de juros sobre as notas promissórias, remuneradas pela variação do CDI e spread de 3,7% ao ano, a Companhia contratou, junto ao Banco BTG Pactual S.A., um swap de taxa de juros, no qual a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores das taxas de juros variável (CDI e spread de 3,7%) e fixa de 8,35% (acrescida da variação do IPCA) calculados com base no valor nominal de R\$600.000. Esse swap pretende dar cobertura (*hedge*) às notas promissórias a pagar, dessa forma, depois de considerar o efeito do swap de taxa de juros, as notas promissórias, que representam 94% do total do passivo exposto ao CDI, estão sujeitas a taxa fixa de juros.

Em 01 de outubro de 2012, a Companhia decidiu por aplicar a contabilidade de *hedge* para o referido contrato, o qual foi designado formalmente como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia classificou formalmente e documentou a relação de *hedge* à qual a Companhia desejou aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. Adicionalmente, foi avaliada a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças nos fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Os testes demonstraram que esse *hedge* é altamente eficaz para compensar mudanças nos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2012, a efetividade foi de 96%, já em 31 de março de 2013 foi de 90%. Consequentemente, por ser designado como um *hedge* de fluxo de caixa, a parte eficaz da perda do instrumento de *hedge* foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

#### d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

#### e) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

### **5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

**5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício social:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## 5.4 - Outras informações relevantes

### 5.4. Outras informações relevantes:

**A Companhia atua no mercado brasileiro estando sujeita, portanto, às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.**

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderá vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia brasileira e, ocasionalmente, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e implementar suas políticas macroeconômicas frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, bloqueio de contas correntes, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevêê-las. Os negócios da Companhia, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem determinados fatores, tais como:

- taxas de juros;
- políticas cambiais;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- alteração das normas trabalhistas;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção de medidas pelo Governo Federal nas políticas e normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros. Como resultado, estas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia.

**Alterações nas leis tributárias brasileiras poderão impactar adversamente os resultados operacionais da Companhia.**

O Governo Federal regularmente implanta mudanças nas leis tributárias que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus usuários. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos.

#### **5.4 - Outras informações relevantes**

Caso não haja o repasse desses tributos adicionais às tarifas da Companhia em valores suficientes e em prazo hábil, o aumento das obrigações fiscais da Companhia pode afetar adversamente o seu resultado operacional e sua condição econômico-financeira.

**Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.**

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos desses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou crises nas políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e países da União Europeia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo aqueles de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Quaisquer desses acontecimentos poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil.

As crises financeiras originadas nos Estados Unidos em 2008 e na Europa em 2011 resultaram em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	19/02/2009
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade por Ações de capital aberto.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	23/04/2039
<b>Data de Registro CVM</b>	09/02/2012

### 6.3 - Breve histórico

#### 6.3. Breve histórico da Companhia:

Em 29 de outubro de 2008, o Consórcio Brasinfra (“Consórcio”), formado pelas empresas Equipav S.A. – Pavimentação, Engenharia e Comércio S.A. (“Equipav”) (representando o Grupo Cibe), Opway Engenharia S.A. (“Opway”) (representando o Grupo Ascendi) e a Leão & Leão Ltda. (Leão”), participou do leilão da Segunda Etapa do Programa de Concessão de Rodovias do Estado de São Paulo (“Leilão”), e obteve o direito de exploração do Corredor Marechal Rondon Leste pelo prazo de 30 anos (“Concessão”).

No Leilão o Governo do Estado de São Paulo (“Poder Concedente”) concedeu à iniciativa privada 5 (cinco) corredores rodoviários:

Lote	Extensão (km)	Vicinais (km)	Investimentos			Desconto Vencedor (%)
			Capex 30 anos	Outorga fixa	Total	
			(R\$ milhões)	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)	
Dom Pedro I	297	81,4	2.410	1.342	3.752	6,02
Ayrton Senna/Carvalho Pinto	142	-	903	594	1.497	45,42
Raposo Tavares	444	389,8	1.803	634	2.437	16,11
<b>Marechal Rondon Leste</b>	<b>415</b>	<b>201,8</b>	<b>1.612</b>	<b>517</b>	<b>2.129</b>	<b>13,1</b>
Marechal Rondon Oeste	417	243,8	1.312	411	1.723	40,6
<b>Total</b>	<b>1.715</b>	<b>916,8</b>	<b>8.040</b>	<b>3.498</b>	<b>11.538</b>	

O Consórcio se sagrou vencedor do Leilão do Corredor Marechal Rondon Leste, apresentando um desconto sobre a tarifa quilométrica máxima de 13,10%.

A Companhia foi constituída em 19 de fevereiro de 2009, tendo iniciado suas operações em 23 de abril de 2009, data em que foi celebrado o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária nº 004/ARTESP/2009 com o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Marechal Rondon Leste, correspondente ao Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. A Companhia possui prazo de duração indeterminado, perdurando, no entanto, enquanto vigorar o Contrato de Concessão, ou seja, 30 anos contados da data de celebração deste. A Companhia tem, atualmente, como acionistas a Atlantia Bertin Participações S.A. (“ABP”) e a Ascendi International Holding BV (“Ascendi”) e, em conjunto com a ABP, “Acionistas”), cada uma com 50% das ações.

A ABP tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A Ascendi tem por objeto social: (i) constituir, participar em, gerenciar, financiar, administrar, dar assessoria e prestar serviços a outras sociedades e empresas; (ii) conceder e tomar empréstimos em dinheiro, emitir obrigações, títulos de dívidas ou outros valores mobiliários, bem como firmar os contratos pertinentes; (iii) constituir garantias por dívidas e outros compromissos da sociedade ou de terceiros; (iv) adquirir, gerenciar, explorar, gravar com ônus e alienar bens registrados; (v) explorar e comercializar direitos autorais, patentes, protótipos, processos secretos, marcas comerciais e outros direitos de propriedade intelectual ou industrial; (vi)

### 6.3 - Breve histórico

comercializar moedas, títulos e bens patrimoniais em geral; (vii) realizar quaisquer tipos de atividades industriais, financeiras e comerciais; e (viii) tudo aquilo que estiver relacionado com os itens acima.

Para mais informações sobre os Acionistas, ver item 8.1 deste Formulário de Referência. Para maiores detalhes sobre as alterações societárias no Grupo Societário da Companhia, consultar o item 8.3 deste formulário de referência.

A Companhia tem por objetivo, exclusivamente, a exploração, sob o regime de concessão onerosa, do sistema rodoviário definido por Corredor Marechal Rondon Leste, constituído por trecho da Rodovia SP-300 Rodovia Marechal Rondon (km 158+650 ao km 177+850) e acessos, que consistem nas rodovias SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença e Rodovia Bento Antônio de Moraes (km 0+000 ao km 71+250)), SP-113 (Rodovia Doutor João José Rodrigues (km 0+000 ao km 14+400)), SP-209 (Rodovia Professor João Hipólito Martins (km 0+000 ao km 21+090)) e SP-308 (Rodovia do Açúcar (km 102+200 ao km 162+000)), totalizando 415 quilômetros de extensão, correspondente ao Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, que correspondem a, aproximadamente, 2,7 % da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no país, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (“ABCR”). Tal exploração pressupõe (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados pelo Poder Concedente, inclusive serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços não delegados; e (iii) a gestão dos serviços complementares, além da prática de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão.

**6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas****6.5. Principais eventos societários:**

Não houve eventos societários (tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes) ocorridos na Companhia, que também não possui controladas nem coligadas, desde a sua constituição. Para informações sobre operações de reestruturação ocorridas no Grupo Econômico da Companhia, envolvendo seus acionistas, ver o item 8.3 deste Formulário de Referência.

**6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial:**

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não apresentou nem sofreu qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

## **6.7 - Outras informações relevantes**

### **6.7. Outras informações relevantes:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

### 7. Atividades da Companhia

#### 7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 23 de abril de 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do Sistema Rodoviário; (ii) o apoio aos serviços não delegados de competência exclusiva do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, tudo nos termos do Contrato de Concessão.

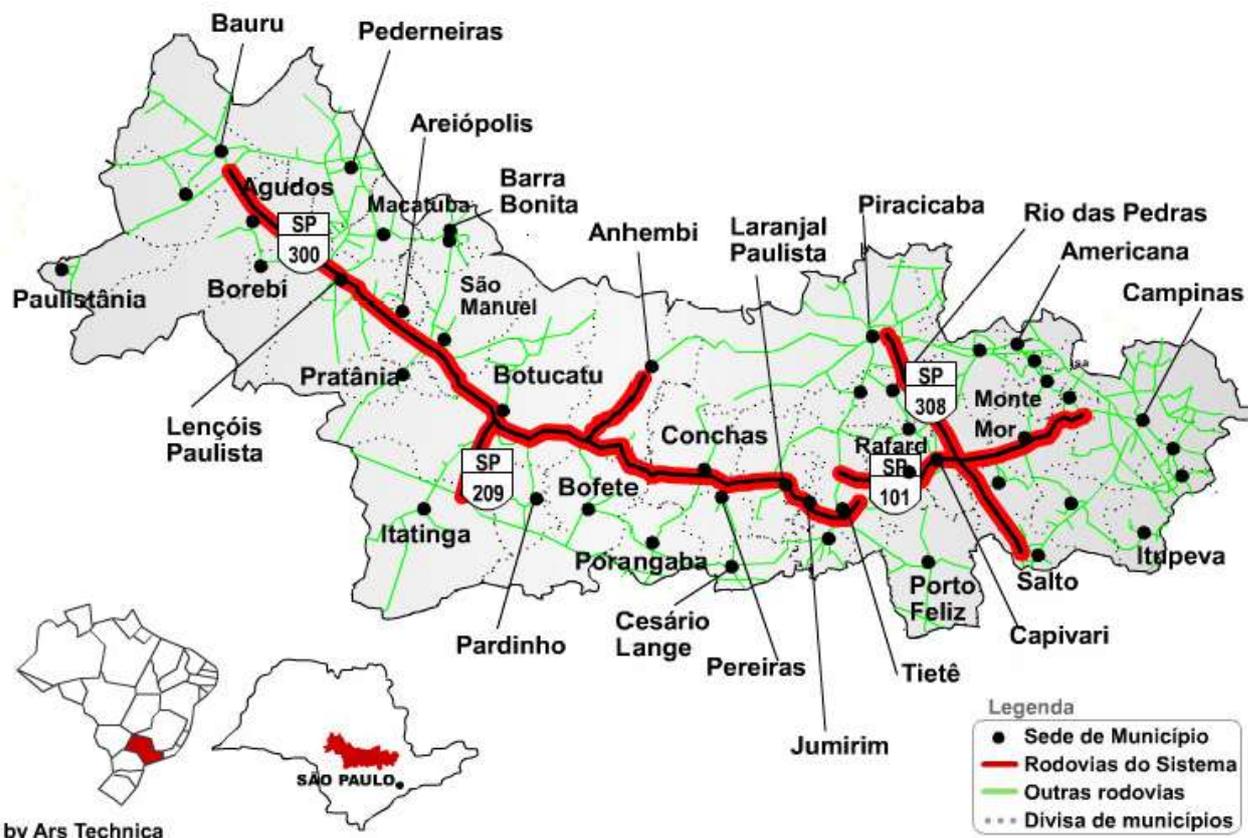
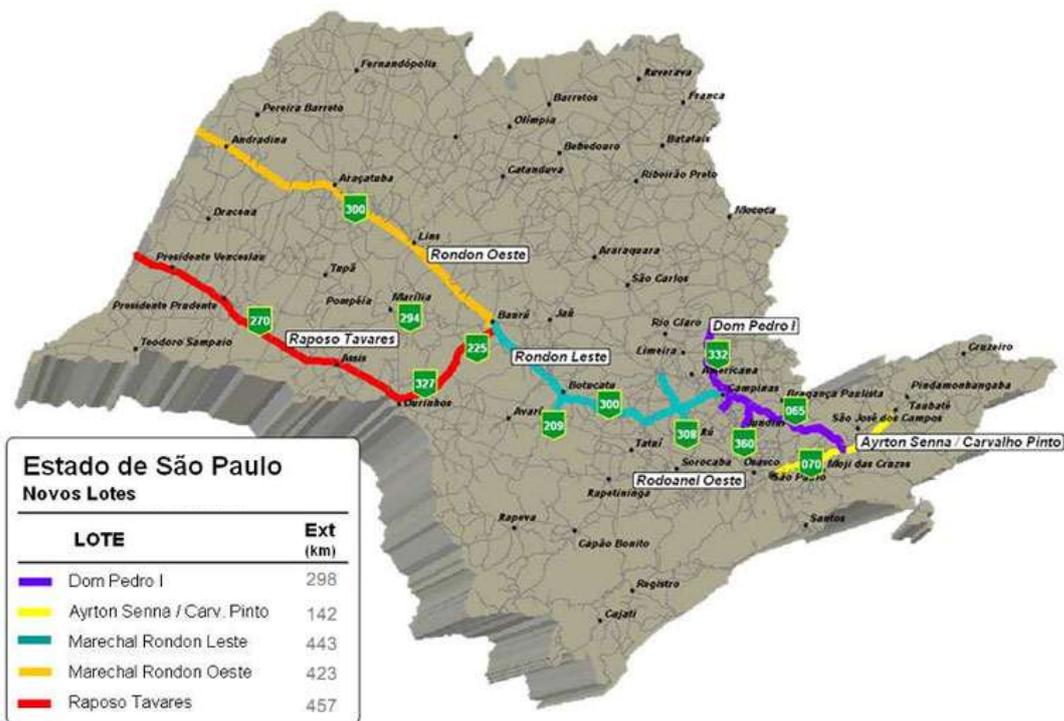
No trimestre encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia obteve receita bruta de R\$ 74,5 milhões, sendo R\$ 43,4 milhões oriunda de arrecadação de pedágio. No ano de 2012, a Companhia obteve receita bruta de R\$ 290,7 milhões, sendo R\$ 172,4 milhões oriunda de arrecadação de pedágio. No ano de 2011, a Companhia obteve receita bruta de R\$ 256,6 milhões, sendo R\$ 158,7 milhões oriunda de arrecadação de pedágio. E no ano de 2010, a Companhia obteve receita bruta de R\$ 185,1 milhões, sendo R\$ 147,1 milhões oriunda de arrecadação de pedágio. Desde o início da concessão em 2009 até o trimestre encerrado em 31 de março de 2013, a extensão das rodovias administradas pela Companhia permaneceu inalterada em 406 quilômetros.

No ano de 2012 circularam, em média, aproximadamente 73 mil veículos diários e aproximadamente 3,6 milhões de veículos em eixos equivalentes mensalmente, sendo que destes, 1,5 milhões são veículos de passeio e 2,1 milhões são veículos comerciais. A tabela abaixo demonstra o crescimento da receita bruta com arrecadação de pedágio nos últimos três exercícios sociais:

Receita bruta com arrecadação de pedágio (R\$ mil)	2010	2011	2012	Crescimento medio
Veículos Leves	63.504	69.184	76.270	9,6%
Veículos Pesados	83.616	89.501	96.172	7,2%
<b>TOTAL</b>	<b>147.120</b>	<b>158.685</b>	<b>172.442</b>	<b>8,3%</b>

### 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Os mapas abaixo ilustram a localização das rodovias do Estado de São Paulo e na sequência as rodovias administradas pela Companhia:



by Ars Technica

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A concessão outorgada à Companhia compreende 5 (cinco) rodovias, 2 (dois) contornos e 18 (dezoito) acessos, representando 7,76% do total de quilômetros das rodovias atualmente sob concessão no Estado de São Paulo, conforme dados do Departamento de Estradas de Rodagem, quais sejam:

- SP 300: Rodovia Marechal Rondon (km 158+650 ao km 336+500) – de Tietê à Bauru
- SP 101: Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença e Rodovia Bento Antônio de Moraes (km 0+000 ao km 71+850) – de Campinas à Rafard
- SP 308: Rodovia do Açúcar (km 102+200 ao km 162+000) de Piracicaba à Salto
- SP 113: Rodovia Doutor João José Rodrigues (km 0+000 ao km 14+400) – de Tietê à Rafard
- SP 209: Rodovia Professor João Hipólito Martins (km 0+000 ao km 21+090) – de Botucatu até a SP-280 (Rodovia Castello Branco)
- Contorno de Piracicaba (extensão: 8+875 km)
- Contorno de Maristela (extensão: 3+200km)
- SPA-022/101 – acesso Monte Mor (km 22+340. Extensão: 0,500 km)
- SPA-026/101 – acesso Monte Mor (km 26+000. Extensão: 1,230 km)
- SPA-032/101 – acesso Elias Fausto (km 32+150. Extensão: 6,260 km)
- SPA-043/101 – acesso Capivari (km 43+180. Extensão: 1,200 km)
- SPA-051/101 – acesso Rafard (km 51+800. Extensão: 1,900 km)
- SPA-007/209 – acesso Pardinho/Botucatu (km 7+170. Extensão: 17,810 km)
- SPA-159/300 – acesso Tietê (km 159+200. Extensão: 0,100 km)
- SPA-172/300 – acesso Laranjal Paulista (km 172+000. Extensão: 0,600 km)
- SPA-176/300 – acesso Laranjal Paulista (km 176+000. Extensão: 0,040 km)
- SPA-193/300 – acesso Conchas (km 193+000. Extensão: 1,280 km)
- SPA-196/300 – acesso Conchas (km 196+150. Extensão: 1,010 km)
- SPA-231/300 – acesso Botucatu (variante) (km 231+000. Extensão: 1,500 km)
- SPA-241/300 – acesso Botucatu/Gastão Dal Farra (variante) (km 241+380. Extensão: 9,740 km)
- SPA-251/300 – acesso Botucatu (variante) (km 251+000. Extensão: 4,000 km)
- SPA-270/300 – acesso São Manuel (km 270+900. Extensão: 0,580 km)
- SPA-283/300 – acesso Areiópolis (km 283+000. Extensão: 1,100 km)
- SPA-139/308 – acesso Capivari (km 139+220. Extensão: 9,000 km)
- SPA-155/308 – acesso Rio das Pedras (km 155+000. Extensão: 4,010 km)

A rodovia SP-300 apresenta dois perfis distintos, sendo o primeiro de Tietê a Botucatu, trecho de pista simples que é caracterizado pelo transporte de produtos para consumo interno dos municípios da região (corredor municipal), incluindo as praças de pedágio de Anhembi e Conchas. Neste perfil inclui-se, também a SP-209 que é a ligação entre a Rodovia Marechal Rondon e a Rodovia Castello Branco. O segundo é de Botucatu a Bauru, trecho de pista dupla, que é um importante corredor de exportação, que passa pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, pelo qual diversas empresas exportadoras transportam principalmente produtos como soja, cana-de-açúcar, madeira e carne.

Já a rodovia SP-308 entre Piracicaba e Salto da rodovia e o trecho entre Capivari e Campinas da SP-101, trechos de pista simples, constituem corredores industriais passando pelas praças de Rafard, Monte Mor, Salto e Rio das Pedras, pelo quais são transportados, sobretudo, cana-de-açúcar e produtos da indústria de construção civil. Empresas como Cosan, Dedini, Toyota, Caterpillar e Hyundai possuem fábricas nos trechos dessas rodovias.

Já o trecho da SP-101 entre Capivari e Rafard apresenta as mesmas características do corredor municipal da SP-300, entre Tietê e Botucatu, com destaque para o transporte para consumo interno das cidades lindeiras.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Por fim a SP-113 é uma rodovia de menor porte que liga a SP-101 à SP-300 entre Tietê e Rafard. Já os contornos de Maristela e de Piracicaba são obras realizadas pela Companhia que visam diminuir o fluxo de veículos pesados nessas cidades. Já as SPA's são basicamente acessos das rodovias às cidades lindeiras, que são administradas pela Companhia.

As tabelas abaixo mostram a evolução do tráfego, em veículos equivalentes, por praça de pedágio e por categoria de veículos para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e nos trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012.

Praça de Pedágio	Veículos Equivalentes					Veículos Equivalentes		
	2012	2011	2010	Crescimento 2012 X 2011	Crescimento 2011 X 2010	1º Trim. 2013	1º Trim. 2012	Crescimento
Monte Mor	2.747.955	2.794.143	2.783.463	-1,7%	0,4%	681.026	670.927	1,5%
Rafard	2.002.042	1.939.919	1.996.469	3,2%	-2,8%	490.722	474.762	3,4%
Conchas	2.578.172	2.487.025	2.249.657	3,7%	10,6%	669.889	615.723	8,8%
Anhembi	1.823.166	1.690.504	1.485.992	7,8%	13,8%	494.645	429.243	15,2%
Botucatu	8.984.544	8.750.057	8.823.564	2,7%	-0,8%	2.227.733	2.110.512	5,6%
Areiópolis	8.422.829	8.424.215	8.294.491	0,0%	1,6%	2.012.860	2.018.949	-0,3%
Agudos	8.617.562	8.473.707	8.600.492	1,7%	-1,5%	2.051.611	2.074.555	-1,1%
Salto	4.551.509	4.502.024	4.392.417	1,1%	2,5%	1.100.409	1.060.642	3,7%
Rio das Pedras	3.283.756	3.106.681	3.036.927	5,7%	2,3%	827.521	752.407	10,0%
<b>TOTAL</b>	<b>43.011.533</b>	<b>42.168.273</b>	<b>41.663.470</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,2%</b>	<b>10.556.414</b>	<b>10.207.720</b>	<b>3,4%</b>

Veículos Equivalentes	2012	2011	2010	Crescimento 2012 X 2011	Crescimento 2011 X 2010	1º Trim. 2013	1º Trim. 2012	Crescimento
Veículos Leves	18.784.865	18.136.304	17.627.042	3,6%	2,9%	4.697.019	4.587.627	2,4%
Veículos Pesados	24.226.668	24.031.969	24.036.428	0,8%	0,0%	5.859.395	5.620.093	4,3%
<b>TOTAL</b>	<b>43.011.533</b>	<b>42.168.273</b>	<b>41.663.470</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,2%</b>	<b>10.556.414</b>	<b>10.207.720</b>	<b>3,4%</b>

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e nos trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012, a Companhia apresentou receita operacional líquida de R\$275,2 milhões, R\$242,4 milhões, R\$172,4 milhões, R\$ 70,7 milhões e R\$ 65,7 milhões, respectivamente. Nesse sentido, houve um aumento de 7,7% do primeiro trimestre de 2012 para o primeiro trimestre de 2013, de 13,5% de 2011 para 2012 e de 40,6% de 2010 para 2011.

Além disso, o EBITDA da Companhia foi de R\$83,9 milhões, R\$77,4 milhões e R\$73,1 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente e de R\$ 17,2 milhões e R\$ 20,3 milhões nos trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente.

A Companhia possuía a obrigação contratual de pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 517 milhões ("Outorga Fixa") que, de acordo com o Contrato de Concessão, foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela no valor de R\$ 103,4 milhões, correspondente a 20% do valor da Outorga Fixa, paga 2 (dois) dias antes da assinatura do Contrato de Concessão, ou seja, dois dias antes de 23 de abril de 2009; e (ii) 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, cada uma no valor de R\$ 22.977.778,00, sendo que a primeira parcela venceu no último dia útil de maio de 2009 e as demais no último dia útil dos meses subsequentes, sendo a última em 29 de outubro de 2010.

Com as correções dos valores das parcelas pelo IPCA, conforme determinado pelo Contrato de Concessão, o valor total da Outorga Fixa passou a ser de aproximadamente R\$542 milhões, o qual foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Ademais, o Contrato de Concessão estabelece o pagamento mensal, até o último dia útil, de outorga variável à ARTESP em valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia no mês anterior ao do pagamento, durante todo o prazo da Concessão.

### *Investimentos no Projeto*

O cronograma de investimento foi estabelecido no Contrato de Concessão, abrangendo as intervenções necessárias para enquadrar o Projeto nos padrões de operação requeridos.

O programa de investimentos considera um conjunto de obras iniciais, que integram o chamado Programa Intensivo Inicial ("PII"), que foi executado satisfatoriamente dentro do prazo de 180 dias, contados da formalização da Concessão. O PII envolveu obras imediatas de recuperação das praças de pedágio, melhorias na sinalização, instalação de equipamentos em monitoração e Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU). Vale destacar que a cobrança de pedágio nas novas praças somente iniciou-se em novembro de 2009, após a execução do PII e a autorização da ARTESP.

Estas obrigações de investimentos podem ser divididas em três fases:

#### a) Programa Intensivo Inicial ou Primeira Fase:

O Programa Intensivo Inicial (PII), concluído em outubro de 2009, destinava-se à adequação das condições de tráfego, abrangendo intervenções nos locais mais críticos de utilização das rodovias, englobando pavimento, faixa de domínio, drenagem, dispositivos de proteção contínua, sinalização e dispositivos auxiliares, estruturas, prédios e pátios, sistemas de controle e automação, sistemas de telecomunicações e iluminação. Algumas das intervenções previstas no programa e devidamente implementadas são as seguintes:

- Remoção de detritos, lixo e entulho das plataformas, limpeza geral das pistas, acostamento, canteiros centrais e laterais de faixa de domínio;
- Retirada e substituição de dispositivos de segurança avariados;
- Poda do revestimento vegetal que esteja prejudicando a sinalização e em locais como praças de pedágio, balanças e postos de polícia;
- Execução de operação tapa buracos em todas as vias;
- Complementação e limpeza de placas e elementos de sinalização vertical, horizontal e aérea;
- Restauração da sinalização horizontal, com substituição de tachas e tachões;
- Recuperação de placas de sinalização;
- Desobstrução de bueiros e elementos de drenagem superficial;
- Recomposição de defensas e balizadores na aproximação dos encontros das obras de arte especiais; e
- Correção de depressões no pavimento junto às cabeceiras das obras de arte especiais (termo utilizado no setor para se referir a pontes e viadutos e obras de engenharia similares).

#### b) Segunda Fase:

A segunda fase, com início em 2010 e término previsto para 2017, engloba os principais investimentos da Companhia durante o prazo da Concessão. Nesta fase destacam-se a construção de 12 SAU's, implantação de acostamentos, instalação de sistema inteligente de gestão de rodovia com câmeras, radares, call box e fibra ótica e, por fim, a construção do

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Contorno de Piracicaba, as duplicações da SP-101 e SP-308, além da construção de marginais e faixas adicionais.

### c) Terceira Fase:

A terceira fase, que será iniciada em 2017, é uma etapa de manutenção do sistema viário concedido e ampliado pela Companhia. Nesta fase destacam-se os recapeamentos, a troca de sistemas e equipamentos e a substituição de elementos de segurança e sinalização.

O gráfico abaixo demonstra a divisão dos tipos de investimento para cada ano de 2009 a 2039:

R\$

Já o gráfico abaixo demonstra os percentuais de cada tipo de investimento do Projeto:

### *Investimentos Concluídos e em andamento*

Como parte do PII, a Companhia investiu mais de R\$25 milhões em obras de ampliação, manutenção, poda e drenagem das rodovias do complexo Marechal Rondon Leste. Esse investimento foi realizado antes mesmo da cobrança das tarifas de pedágio.

Além dessas obras, desde novembro de 2009, com a abertura das praças de pedágio, iniciaram-se diversos outros investimentos como, por exemplo, os acostamentos da SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, a instalação de fibra ótica em mais de 400km de Concessão, a restauração de obras de arte como a Ponte Orlando Mazzer na SP-113 sobre o Rio Tietê, a construção de 12 (doze) SAU's (Serviço de Apoio ao Usuário), a instalação de cercas e defensas nas rodovias, o recapeamento de mais de 200km de rodovias, o início da construção do Contorno de Piracicaba e das duplicações da SP-101 e SP-308, totalizando cerca de R\$285 milhões de investimentos no sistema rodoviário sob administração da Companhia, além dos R\$25 milhões já citados.

Os investimentos programados para os trinta anos da concessão estão discriminados abaixo, divididos entre os seguintes itens:

CAPEX	2009 (*)	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
1. AMPLIAÇÕES E MELHORAMENTOS	3.011	7.948	25.750	42.786	46.826	27.237	21.584	18.154	13.858	5.488	3.037
2. DEMAIS MELHORAMENTOS	30.215	13.911	12.473	35.711	36.928	31.349	23.857	24.564	22.486	14.945	9.140
3. EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SIST. CONTROLE	24.665	18.296	12.690	4.615	596	4.196	4.036	984	35	1.788	12.175
4. DESAPROPRIAÇÕES	932	311	5.215	4.921	1.601	3.053	1.633	2.879	3.916	1.086	25
5. CONSERVAÇÃO ESPECIAL	12.364	11.731	18.230	7.838	4.774	1.736	580	580	25.858	42.011	28.605
6. ELEMENTOS DE SEGURANÇA	200	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267
<b>TOTAL</b>	<b>71.388</b>	<b>52.462</b>	<b>74.625</b>	<b>96.138</b>	<b>90.991</b>	<b>67.838</b>	<b>51.956</b>	<b>47.428</b>	<b>66.420</b>	<b>65.583</b>	<b>53.248</b>

\* A partir de 23 de abril de 2009.

**7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas**

CAPEX	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
1. AMPLIAÇÕES E MELHORAMENTOS	3.795	6.705	12.904	3.669	2.351	3.135	3.135	7.838	11.757	5.705	3.427
2. DEMAIS MELHORAMENTOS	13.122	17.249	4.971	9.400	4.414	444	9.987	10.615	2.429	-	-
3. EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SIST. CONTROLE	7.128	11.358	3.423	-	5.984	2.844	477	1.853	596	11.489	8.886
4. DESAPROPRIAÇÕES	2.115	2.820	705	-	-	-	-	-	-	-	-
5. CONSERVAÇÃO ESPECIAL	9.332	3.161	1.165	1.486	3.264	17.072	21.167	19.455	5.232	749	6.901
6. ELEMENTOS DE SEGURANÇA	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267
<b>TOTAL</b>	<b>35.759</b>	<b>41.560</b>	<b>23.435</b>	<b>14.822</b>	<b>16.280</b>	<b>23.762</b>	<b>35.033</b>	<b>40.028</b>	<b>20.281</b>	<b>18.210</b>	<b>19.481</b>

CAPEX	2.031	2.032	2.033	2.034	2.035	2.036	2.037	2.038	2039 (*)
1. AMPLIAÇÕES E MELHORAMENTOS	5.997	8.510	14.202	8.146	6.412	10.009	7.053	1.425	-
2. DEMAIS MELHORAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SIST. CONTROLE	10.166	2.827	1.877	6.023	2.649	2.176	631	25.010	8.337
4. DESAPROPRIAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. CONSERVAÇÃO ESPECIAL	3.843	32.728	64.335	18.369	814	862	21.736	34.551	9.126
6. ELEMENTOS DE SEGURANÇA	267	267	267	267	267	267	267	267	67
<b>TOTAL</b>	<b>20.273</b>	<b>44.331</b>	<b>80.680</b>	<b>32.805</b>	<b>10.141</b>	<b>13.314</b>	<b>29.687</b>	<b>61.253</b>	<b>17.529</b>

\* Até 23 de abril de 2039.

As tabelas acima consideram a antecipação do cronograma de obras pela Companhia (com aprovação da ARTESP), com o objetivo de antecipar também uma maior arrecadação advinda do aumento de tráfego que costuma ocorrer quando das melhorias geradas pelas obras e principalmente pela duplicação das pistas.

**Receita Tarifária**

As tarifas de cada praça de pedágio da concessão são calculadas em função (i) da base tarifária quilométrica ofertada, (ii) da metodologia de reajuste estabelecida no Contrato de Concessão e (iii) do trecho de cobertura. A tabela abaixo mostra as tarifas de pedágio para automóvel vigente em cada praça de pedágio da concessão, entre julho de 2012 e junho de 2013.

RODOVIA	TARIFA PARA AUTOMÓVEL <sup>1</sup>
<b>SP-101 - Jornalista Francisco Aguiar Proença</b>	
Praça Monte Mor - Km 029 + 700m	R\$ 4,70
Praça Rafard - Km 055 + 800m	R\$ 3,70
<b>SP-300- Marechal Rondon</b>	
Praça Conchas - Km 192+100m	R\$5,00
Praça Anhembi - Km 228+200m	R\$5,60
Praça Botucatu - Km 259 + 300m	R\$3,90
Praça Areiópolis - Km 285+000m	R\$4,40
Praça Agudos - Km 314+000m	R\$4,30
<b>SP-308-Comendador Mário Dedini</b>	
Praça Salto - Km 109 + 300m	R\$2,50
Praça Rio das Pedras - Km 147 + 300m	R\$3,80

<sup>1</sup> Valores, por eixo, vigentes de julho de 2012 a junho de 2013.

**Cálculo do Valor das Tarifas de Pedágio e Reajustes**

Os valores máximos das tarifas básicas quilométricas, com data base em julho de 2008, foram fixadas no Contrato de Concessão, para veículos de rodagem simples dois eixos, em R\$0,077078 para rodovias de pista simples e R\$0,107910 para rodovias de pista dupla. Como a utilização de arrecadação por praças do tipo barreira não permite medição da exata

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

quilometragem percorrida pelo usuário, as tarifas são cobradas em cada praça com base na extensão de rodovia posta à sua disposição (Trecho de Cobertura da Praça de Pedágio - TCP). Para mais informações sobre TCP de cada uma das praças de pedágio administradas pela Companhia, veja o item "Praças de Pedágio" abaixo.

As tarifas são diferenciadas por categorias de veículos, de acordo com o desgaste físico que cada uma delas acarreta às rodovias.

Segundo o Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no dia primeiro de julho de cada ano de acordo com o IPCA acumulado de junho a maio de cada ano.

Além do reajuste anual pelo IPCA, o contrato de concessão prevê a alteração na tarifa quando a Companhia finalizar as obras de ampliação da malha viária, que no caso seriam as duplicações e o Contorno de Piracicaba.

As tabelas abaixo demonstram a base para cálculo da tarifa atual, conforme fórmula acima, bem como a evolução do TCP com o término das obras de ampliação.

Base tarifária jul/12	
Pista simples	0,082940
Pista dupla	0,116112

Pista Simples	mar/13	jul/14	jul/15	jul/16	jul/17	jul/18	jul/23
Monte Mor	40,9	26,6	26,6	26,6	9,5	9,5	9,5
Rafard	44,5	43,0	43,0	43,0	43,0	43,0	43,0
Conchas	59,2	59,2	59,2	59,2	59,2	59,2	56,2
Anhembi	53,1	53,1	53,1	53,1	53,1	53,1	53,1
Botucatu	12,9	12,9	12,9	12,9	12,9	12,9	12,9
Areiópolis	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Agudos	-	-	-	-	-	-	-
Salto	30,6	30,6	30,6	30,6	30,6	4,5	4,5
Rio das Pedras	33,7	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5

Pista Dupla	mar/13	jul/14	jul/15	jul/16	jul/17	jul/18	jul/23
Monte Mor	11,4	25,7	25,7	25,7	42,8	42,8	42,8
Rafard	-	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Conchas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	3,7
Anhembi	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5
Botucatu	24,7	24,7	24,7	24,7	24,7	24,7	24,7
Areiópolis	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8
Agudos	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0
Salto	-	-	-	-	-	26,1	26,1
Rio das Pedras	8,5	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6

### Sistemas para Cobrança de Pedágios

Existem dois sistemas mediante os quais o pedágio pode ser cobrado nas rodovias: o sistema manual e o sistema AVI (Identificação Automática de Veículos, do inglês *Automatic Vehicle Identification*). O sistema manual exige que o motorista pare na praça de pedágio e pague a tarifa correspondente à categoria de veículo visualmente identificada pelo arrecadador.

O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias operadas pela Companhia. Os motoristas que aderem ao sistema AVI acoplam um sensor eletrônico no pára-brisa do veículo, que os identifica e reconhece a categoria de veículo em que o respectivo

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

automóvel se enquadra. Ao passar por uma praça de pedágio que disponham do sistema AVI, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo. Os dados de cada praça de pedágio são adicionados aos das demais praças e posteriormente debitados na conta corrente ou no cartão de crédito do proprietário do veículo uma vez ao mês. Na eventualidade de tal proprietário permanecer inadimplente, o número do seu respectivo sensor é identificado de forma a impedir a passagem de seu veículo na praça de pedágio com a utilização do sistema AVI. Os sistemas AVI em operação (“Sem Parar” e “Auto Expresso” são interoperáveis com o sistema das demais concessionárias do Estado de São Paulo e de algumas das concessionárias federais.

O sistema AVI traz diversas vantagens, na medida em que representa economia de tempo e maior conveniência para o motorista, bem como uma redução dos custos operacionais da Companhia. O sistema AVI não implica riscos adicionais de cobrança para as operações da Companhia, sendo a eventual inadimplência dos usuários suportada pela STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. A instalação dos sistemas AVI também não importa em custos para a Companhia, sendo as despesas arcadas pela fornecedora do sistema de identificação automática.

Todas as praças de pedágio da Companhia estão equipadas com o sistema AVI. A utilização deste meio de pagamento representa uma porcentagem importante da receita bruta de pedágio da Companhia (57%, 55%, 57%, 55% e 50% nos trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente).

A Companhia não pode oferecer descontos nas tarifas de pedágio pelo uso do sistema AVI.

### *Receitas Acessórias*

Embora representem um percentual reduzido de sua receita total, a Companhia desenvolve e explora atividades alternativas que geram outras receitas para ela, além daquelas advindas da arrecadação de pedágio, tais como a exploração da faixa de domínio através da colocação de cabos de fibras óticas, redes de telefonia e de gás natural; a cobrança pelo uso da faixa de domínio para instalação de torres de telecomunicação; a cobrança pela realização de publicidade nas rodovias; dentre outros.

### *Praças de Pedágio*

No trecho objeto da Concessão, no km 285 da Rodovia SP-300, já estava instalada uma praça de pedágio tipo barreira, denominada Areiópolis à época que a Companhia passou a administrar tal rodovia, cuja arrecadação passou a ser exercida pela proponente no dia subsequente à formalização do Contrato de Concessão.

Inicialmente e conforme edital, o projeto previa a implantação adicional de oito praças de pedágio como descrito no quadro abaixo. Porém, a Companhia demoliu a praça já existente e construiu todas as 9 (nove) praças para manter um padrão de construção.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

RODOVIA	PRAÇA DE PEDÁGIO		LIGAÇÃO	TCP		
	Localização	Km		Rodovia	Acessos	Total (km)
SP-101	Monte Mor	033+000	SP-101 - km 000+000 ao km 045+500	45,500		55,040
			SP-032 / SP-101 - Elias Fausto		6,260	
			SP-026 / SP-101 - Monte Mor		1,230	
			SP-022 / SP-101 - Monte Mor		0,500	
			SP-051 / SP-101 - Rafard		0,950	
			SP-043 / SP-101 - Capivari		0,600	
SP-101 SP-113	Rafard	058+000	SP-101 - km 045+500 ao km 071+250	25,750		41,700
			SP-113 - km 000+000 ao km 014+400	14,400		
			SP-051 / SP-101 - Rafard		0,950	
			SP-043 / SP-101 - Capivari		0,600	
SP-300	Conchas	192+100	SP-300 - km 158+650 ao km 234+060	56,850		59,880
			SP-196 / SP-300 - Conchal		1,010	
			SP-193 / SP-300 - Conchal		1,280	
			SP-176 / SP-300 - Laranjal Paulista		0,040	
			SP-172 / SP-300 - Laranjal Paulista		0,600	
			SP-159 / SP-300 - Tietê		0,100	
SP-209 SP-300	Anhembi	227+700	SP-209 - km 000+000 ao km 010+545	10,545		63,690
			SP-300 - km 215+500 ao km 248+500	33,000		
			SP-241 / SP-300 - Anhembi		9,740	
			SP-231 / SP-300 - Anhembi		1,500	
			SP-007 / SP-209 - Pardinho		8,905	
SP-209 SP-300	Botucatu	261+120	SP-209 - km 010+545 ao km 021+090	10,545		37,650
			SP-300 - km 248+500 ao km 262+700	14,200		
			SP-251 / SP-300 - Botucatu		4,000	
			SP-007 / SP-209 - Pardinho		8,905	
SP-300	Areiópolis	285+000	SP-300 - km 262+700 ao km 299+500	36,800		38,480
			SP-270 / SP-300 - São Manoel		0,580	
			SP-283 / SP-300 - Areiópolis		1,100	
SP-300	Agudos	314+000	SP-300 - km 299+500 ao km 336+500	37,000		37,000
SP-308	Salto	105+000	SP-308 - km 102+200 ao km 127+730	25,530		30,030
			SP-139 / SP-308 - Capivari		4,500	
SP-308	Rio das Pedras	150+460	SP-300 - km 127+730 ao km 162+000	34,270		51,655
			Contorno de Piracicaba		8,875	
			SP-139 / SP-308 - Capivari		4,500	
			SP-155 / SP-308 - Piracicaba		4,010	

Todas as praças de pedágio administradas pela Companhia são do tipo barreira, forma mais comum no país em que a cobrança é feita em um determinado ponto da rodovia pelo trecho colocado à disposição do usuário, sem considerar a distância por ele percorrida no sistema, em oposição às praças do tipo "bloqueio", em que os usuários recebem tags colocados nos veículos, que ao passar por pórticos e antenas que fazem sua leitura eletrônica desde o ponto de entrada da rodovia, identificam a extensão do trecho percorrido para que o usuário efetue o pagamento da tarifa nos pontos de saída.

As praças de pedágio de Monte Mor, Rafard, Salto e Rio das Pedras foram construídas em locais diferentes ao previsto inicialmente no edital de concessão, no 29,70 km, 55,80 km, 109,30 km e 147,30 km respectivamente. Essas alterações foram solicitadas e aprovadas pela ARTESP e o motivo de mudança de cada uma das praças foi:

- **Monte Mor:** o local original era muito próximo à cabeceira do Rio Capivari, além da presença de uma rota de fuga (via alternativa no trecho em que se localiza uma praça, evitando o pagamento de pedágio), devido a uma estrada municipal existente no local. O novo local proposto e aceito pelo Poder Concedente dista 3,3km do original, porém em local sem restrições ambientais e sem possíveis rotas de fuga.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- Rafard: A localização original desta praça era muito próxima ao entroncamento com a SP-113, dificultando a implantação do garrafão de acesso e a respectiva sinalização de advertência necessária. Devido a esses motivos a Companhia foi autorizada a instalar a praça com deslocamento de 2km referente ao edital.
- Salto: No local indicado pelo Edital para instalação dessa praça foi identificado um trecho em declive e com vegetação nativa, além de três possibilidades de rotas de fuga. Devido a isso a Companhia foi autorizada a construir a praça com deslocamento de 4,3Km do que constava no Edital.
- Rio das Pedras: A localização indicada pelo Edital para praça de pedágio estava situada muito próxima ao trevo de acesso à Rio das Pedras, local em curva e com dificuldade de visibilidade na aproximação do acesso à praça. Devido a esses motivos a Companhia foi autorizada, pelo Poder Concedente, a construir a praça com deslocamento de 3km do edital.

### *Outros aspectos do contrato de concessão*

A Companhia está sujeita à regulamentação e fiscalização do Poder Concedente, devendo facultar à ARTESP livre acesso a todas as suas instalações, livros e documentos relativos à Companhia e às atividades abrangidas pela concessão, incluindo estatísticas e registros administrativos. A Companhia deve, ainda, prestar certas informações periodicamente e todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados. O não cumprimento das normas, regulamentações e parâmetros fixados pelo Poder Concedente, bem como atrasos no cumprimento de prazos, cronogramas e demais descumprimentos do contrato de concessão sujeitam a Companhia a penalidades de advertência, multa variando entre R\$30 mil e R\$400 mil por infração.

Para garantia do cumprimento de suas obrigações, a Companhia apresentou ao Poder Concedente um conjunto de garantias e seguros tal como previsto no contrato de concessão, incluindo: (a) seguro-garantia para cumprimento das funções operacionais e de conservação, que cobre o pagamento do valor mensal variável, pagamento de multas aplicáveis à Companhia e o ressarcimento de custos e despesas que venham a ser incorridas pelo Poder Concedente, a ser liberada quando da emissão do termo de devolução definitivo ao final da concessão; (b) seguro-garantia para cumprimento de funções de ampliação, que será liberada à proporção do cumprimento das funções de ampliação e (c) seguros contra responsabilidade civil, riscos de engenharia e riscos operacionais, dentre outros.

### *Contratos de elaboração de projetos, construção e conservação*

Para execução dos projetos de engenharia, construção e serviços de conservação incluídos no escopo da concessão, a Concessionária contrata empresas especializadas no mercado. A contratação dessas empresas é feita nos termos das minutas de contrato de projeto, de contrato de construção e de contrato de conservação, que são anexas ao Contrato de Concessão. Essas contratações são feitas conforme o princípio da transferência ("back-to-back"), em que a contratada se sujeita, na medida em que aplicável, às mesmas regras aplicáveis à Concessionária por meio do Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à imposição unilateral de alterações pelo Poder Concedente e ao direito de receber compensações e indenizações em caso alterações unilaterais ou outros eventos imputáveis ao Poder Concedente, desde que reconhecidos pelo Poder Concedente. As minutas de contrato de projeto, construção e conservação estabelecem obrigações de contratação de seguros, tais como seguro de responsabilidade civil geral e cruzada e riscos de engenharia. Essas minutas também preveem retenção de 5% do valor de cada fatura emitida pela contratada, a título de garantia, sendo que

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

esse valor é liberado após doze meses do recebimento definitivo da obra, nos contratos de construção ou de conservação, ou após seis meses da última medição contratual, nos contratos de elaboração de projeto. No caso dos contratos de construção e de conservação, além da retenção mensal, a contratada é obrigada a apresentar à Concessionária uma fiança bancária ou seguro-garantia, no montante de 15% do valor do contrato para garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

### ***Vantagens Competitivas***

#### **Pontos Fortes da Companhia**

Os principais pontos fortes da Companhia são:

**Elevada capacidade de geração de caixa do setor.** De acordo com os editais de concorrência pública para concessões rodoviárias, pode-se concluir que concessionárias de rodovias apresentam grande capacidade de geração de caixa, o que também pode ser verificado analisando-se as demonstrações financeiras das companhias abertas do setor. A Companhia apresentou nos trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 margens EBTIDA de 42,77%, 55,46%, 51,85%, 53,34% e 54,19%, respectivamente, demonstrando o potencial de geração de caixa do setor.

**Sistema rodoviário importante para a economia brasileira.** O transporte de cargas no Brasil é realizado predominantemente pela via rodoviária. A região por onde passam a rodovias SP-300 (Marechal Rondon) e as rodovias SP-308 e SP-101, administradas pela Companhia, tem como característica o crescimento no número de indústrias e seus diversos pólos econômicos geradores de grandes volumes de mercadorias e bens, segundo ranking do Ministério do Desenvolvimento ([http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1444 &refr=603](http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1444&refr=603)) e dados do SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. Isso gera volume de tráfego nas rodovias administradas pela Companhia e, conseqüentemente, aumento das receitas e resultados operacionais da Companhia.

As rodovias sob concessão da Companhia, atualmente, são em sua maioria interligadas, permitindo o aproveitamento de sinergias operacionais. Essa interligação será otimizada com a conclusão das principais obras como a construção do Contorno de Piracicaba e a duplicação da SP-101 e da SP-308.

**Localização estratégica dos ativos explorados pela Companhia.** A Companhia acredita que seu conjunto de ativos localiza-se em regiões estratégicas e economicamente privilegiadas no Estado de São Paulo (conforme PIB per capita de tais municípios divulgado pelo IBGE, acima da média nacional, conforme dados do parágrafo a seguir), estando posicionado perto dos principais centros comerciais do Brasil. Atende, portanto, grandes centros de produção, consumo e circulação de bens e pessoas, que geram grandes fluxos de veículos de passageiros e de cargas e ainda contam com um grande fluxo de transporte de passageiros e de turismo.

Os principais municípios lindeiros às rodovias administradas pela Companhia são Campinas, Piracicaba, Botucatu e Bauru, que apresentaram PIB per capita de R\$ 33 mil, R\$ 29 mil, R\$ 22 mil, R\$ 21 mil, respectivamente em 2010, segundo os últimos dados oficiais divulgados pelo IBGE, media superior à brasileira que foi de R\$ 19 mil no mesmo período.

**Suporte dos acionistas.** Os negócios da Companhia beneficiam-se de alinhamento de interesses entre a Companhia e seus acionistas controladores. Os acionistas controladores da

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Companhia possuem tradição na indústria de infraestrutura no Brasil e no exterior, por atuarem no setor desde o final de década de 1990, quando da outorga da Concessão Norte pelo Governo Português ao Grupo Ascendi. O grupo de empresas controladas pela Atlantia Bertin Concessões possui experiência no setor brasileiro de infraestrutura, incluindo em seu portfólio projetos em rodovias, centrais energéticas e construtoras, além de áreas de saneamento. A Atlantia também atua como concessionária na Itália, sendo um importante *player* atuante no país. O Grupo Ascendi possui forte atuação no setor de concessões rodoviárias em Portugal. Este alinhamento de interesses se reflete em maior flexibilidade para a avaliação de projetos e investimento em uma gama melhor e diversificada de ativos. Desta forma, a Companhia cria valores e sinergias para seu portfólio de negócios, consolidando assim uma posição sólida nos setores em que atua. Além disso, o fato de não possuímos um acionista controlador único traz uma outra vantagem competitiva frente aos concorrentes da Companhia, que consiste na contratação, na maioria das obras, de fornecedores de mercado ao invés de ligados às partes relacionadas, proporcionando condições de contratação em tese mais benéficas para a Companhia.

**Tecnologia.** Em 2012, foi instalado na sede administrativa da Companhia o Centro de Controle Operacional (“CCO”), que é responsável pela centralização de todos os chamados e atendimentos aos usuários e é equipado com recursos tecnológicos para controlar e direcionar as viaturas de atendimento, monitorando as rodovias pelas câmeras instaladas, além do controle das mensagens nos painéis fixos e móveis. Com a conclusão da instalação da fibra ótica e dos *call boxes* (telefones de emergência), toda a integração de sistemas foi finalizada e a Companhia passou a operar totalmente com o sistema inteligente de gestão de rodovias. Adiciona-se a essas inovações tecnológicas o sistema de posicionamento global (GPS), presente em todas as viaturas operacionais, permitindo ao CCO otimizar o tempo de atendimento aos usuários.

### Estratégia

A estratégia da Companhia tem sido orientada pelos seguintes princípios:

**Fortalecer a estrutura de capital da Companhia.** O endividamento financeiro da Companhia em 31 de março de 2013, 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foi de, respectivamente, R\$ 604,9 milhões, R\$603,6 milhões, R\$481,4 milhões e R\$449,5 milhões, sendo a totalidade de curto prazo. Existem estratégias e negociações em andamento para reduzir seus níveis de alavancagem, melhorando, assim, o perfil de sua dívida, por meio de alternativas de financiamento de longo prazo nos mercados nacional e internacional. A Companhia tem a intenção de substituir seu endividamento de curto prazo por endividamento de longo prazo no mercado de capitais.

**Aumentar receitas provenientes das rodovias.** A Companhia busca continuamente melhorar sua base de arrecadação pelo acompanhamento das mudanças de tráfego e monitoramento da utilização de rotas alternativas, por meio de pesquisas anuais de origem e destino e tipo de mercadorias transportadas. Estas melhorias são realizadas por meio da implantação de tecnologias alternativas para a cobrança do pedágio e da otimização das receitas das praças de pedágio. Além das receitas de pedágio, a Companhia procura obter outras fontes de receita, como contratos de aluguel de fibra ótica já fechados ou em negociação.

**Maximizar eficiências operacionais.** A Companhia procura obter determinadas eficiências operacionais por meio da utilização de um sistema integrado eletrônico de cobrança de pedágio, novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos (mecânica e ótica) e novas tecnologias relacionadas à leitura de placas e controles operacionais. A Companhia utiliza sistemas de comunicação e controle centralizados no CCO, como câmeras de Circuito Fechado de TV (CFTV), painéis de mensagens variáveis (PMV), telefones de emergência (SOS), radares e

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

analisadores de tráfego (SAT – Sistema de Analisadores de Tráfego), todos interligados por fibra ótica e rádio *wireless*, operados a partir de um ponto único.

**Maximizar o potencial de fontes alternativas de receitas.** Embora representem um percentual reduzido da receita total da Companhia, as receitas, nos termos do Contrato de Concessão, de determinadas oportunidades alternativas são desenvolvidas e exploradas pela Companhia, tais como: (a) exploração da faixa de domínio através da colocação de cabos de fibras óticas, redes de telefonia e de gás natural; (b) cobrança pelo uso da faixa de domínio para instalação de torres de telecomunicação; (c) manutenção de vias de acesso às suas rodovias que se situam próximas da faixa de domínio, custeada pela Companhia; (d) cobrança de receitas acessórias de publicidade na rodovia; (e) permissão de uso de rodovia com apoio de sinalização e suporte com veículos; (f) tráfego de cargas especiais; e (g) apoio operacional e logístico. Além disso, a Companhia acredita que tem possibilitado o desenvolvimento socioeconômico para as regiões em que atua, o que tem como consequência o aumento de tráfego e, por isso, também gera receitas para a Companhia.

**Qualidade no desenvolvimento dos trabalhos.** A Companhia trabalha buscando a melhoria contínua em todos os seus processos, atividades e ações. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

## **7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**

### **7.2. Segmentos operacionais:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais****7.3. Produtos e serviços:****a) características do processo de produção**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**b) características do processo de distribuição**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**c) características dos mercados de atuação, em especial: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados****Concessões Estaduais Atuais e Futuras****Concessões Estaduais Atuais**

O programa estadual de concessões teve início em 1994, com a concessão da Linha Azul, em Santa Catarina. Os programas estaduais de concessões foram impulsionados em 1996, com a promulgação da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, a qual autorizou a União a delegar aos Estados e Municípios da Federação a administração e exploração de rodovias federais, permitindo que estes entes concedessem trechos específicos de rodovias federais, localizados em seus territórios, à iniciativa privada. Nesse contexto, merecem destaque os programas de concessões do Estado do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, além das duas concessões no Estado do Rio de Janeiro (Via Lagos e Rota 116).

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo teve início em 1998 com a transferência à iniciativa privada das rodovias do eixo logístico mais importante do país. Dez anos mais tarde, em 2008, o Estado de São Paulo deu início à Segunda Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias com as publicações dos editais de concessão do Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas e de mais cinco lotes rodoviários: Corredores D. Pedro I, Raposo Tavares, Marechal Rondon Oeste, Marechal Rondon Leste e Ayrton Senna/Carvalho Pinto. A Segunda Etapa apresentou algumas novidades regulatórias em relação à primeira, tais como o pagamento da outorga no curto prazo e a realização de obras de melhoria e conservação durante toda a concessão, possibilitando a modernização do serviço de exploração rodoviária.

**(i) participação da Companhia no seu mercado de atuação:**

A Companhia faz parte dessa nova etapa de concessões rodoviárias estaduais e participa em 7,76% da extensão total da malha concedida pelo governo do Estado de São Paulo.

Atualmente, as concessões estaduais abrangem sete Estados e concentram a maior parte do tráfego rodoviário nacional, com aproximadamente 10.806,1 quilômetros de rodovias e pontes operadas pelo setor privado, conforme explicitado abaixo:

**7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

	Estado	Concessionária	Rodovias	Referência	Extensão (km)
SP 1ª Etapa		Autoban	SP-330/348/300	Sistema Anhanguera - Bandeirantes	317
		Viaoeste	SP-075/091/270/280	Sistema Castello Braco - Raposo Tavares	169
		Renovias	SP-215/340/342/344/350	Campinas - São José do Rio Pardo	346
		Ecovias	SP-055/150/160	Sistema Anchieta - Imigrantes	177
		Autovias	SP-255/318/330/334/345	Região de Franca	317
		Centrovias	SP-225/310	Região de Jau e São Carlos	218
		Intervias	SP-147/191/215/330/352	Região de Araras	376
		Colinas	SP-075/127/280/300	Região de Itu e Tietê	307
		SPVias	SP-127/255/258/270/280	Região de Itapetininga	516
		Tebe	SP-323/326/351	Região de Bebedouro	156
		Vianorte	SP - 322/330	Região de Ribeirão Preto	237
		Triângulo do Sol	SP-310/326/333	Região de Araraquara	442
	SP 2ª Etapa Fase		Rodoanel	SP-310/326/333	Rodoanel Mario Covas - Trecho Oeste
SP 2ª Etapa Fase		Rota das Bandeiras	SP-065/063/360/332	Corredor Dom Pedro I	297
		Ecopistas	SP-070	Corredo Ayrton Senna - Carvalho Pinto	135
		Rodovias do Tietê	SP-300/101/113/209/308	Corredor Rondon Leste	415
		Via Rondon	SP 300/	Corredor Rondon Oeste	414
	Cart	SP-280/225/327	Corredor Raposo Tavares	444	
SP 2ª Etapa Fase 3		SPMar		Rodoanel Sul/Leste	161
MT		Morro da Mesa	MT-130	Rondonópolis - Primavera do Leste	122
RJ		Vialagos	RJ- 124/106	Pedro da Aldeia	57
		Rota 116	RJ-116/104	Itaboraí - Nova Friburgo - Cantagalo	140
PR		Econorte	BR-153/369 e PR-090/323/445	Região de Londrina	341
		Viapar	BR- 369/376 e PR-317/369/444	Região de Maringá	547
		Ecocataratas	BR-277	Guarapuava - Foz do Iguaçu	459
		Caminhos do Paraná	BR-277/373/476	Curitiba - Guarapuava	406
		Rodonorte	BR- 277/373/376 e PR-151	Região de Ponta Grossa	568
		Ecovia	BR-277 e PR-407/508	Região do Paranaguá	175
		Metrovias	BR-290/116 e RS- 030/040	Região de Guaíba	501
RS		Rodosul	BR-116/285	Região de Vacaria	133
		Santa Cruz	BR-471 e RST-287	Região de Santa Cruz	208
		Sulvias	BR- 386 e RS-129 e RST-453/287	Região de Lajeado	329
		Brita	RS-020/115/235/466	Região de Canela	142
		Convias	BR-116 e RS-122	Região de Caxias	191
BA		Conviplan	BR-285/386 e RST- 153	Região de Carazinho	250
		CLN	BA- 099	Lauro de Freitas - Abadia (Linha Verde)	217
		Bahia Norte	BA-093	Camaçari	121
PE		Rota do Atlântico		Complexo Suape	44
PE		Rota dos Coqueiros		Paiva	7
MG		Nascentes das Gerais	MG-050 e BR-265	Belo Horizonte - Formiga - Divisa MG/SP	371
ES		Rodosol	ES-060	Guarapari- Vila Velha	68

Fonte: Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR

(<http://www.abcr.org.br/Conteudo/Secao/9/concessionarias.aspx>)

**(ii) condições de competição no mercado de atuação da Companhia:**

A Companhia acredita que as suas principais concorrentes podem ser consideradas rodovias sob administração direta de órgãos públicos em que não há cobrança de pedágio. Todavia, a Companhia acredita que tais rodovias estejam em piores condições em comparação às rodovias administradas pela Companhia. A Companhia esclarece, no entanto, que a concorrência não se limita a rodovias sob administração direta de órgãos públicos em que não há cobrança de pedágio. Além disso, há rodovias já concessionadas para outras empresas, como por exemplo as rodovias SP-348 (Rodovia dos Bandeirantes) e SP-330 (Rodovia Anhanguera) que são rotas alternativas na interligação entre o interior e a capital do Estado. Porém, com a conclusão das duplicações das pistas das rodovias sob Concessão da Companhia, tais rodovias terão a vantagem competitiva de possuírem tarifas de pedágio menores, aumentando a atratividade. A concorrência se limita, no entanto, ao tráfego de veículos da mesma região de operação da Concessão.

Além disso, outros meios de transporte, especialmente o ferroviário, também representam uma possibilidade de concorrência, caso exista um programa de investimentos no setor. Apesar de,

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

historicamente, o transporte rodoviário, de passageiros como no transporte de cargas, predominar no Brasil, o desenvolvimento do transporte ferroviário poderá afetar o fluxo de veículos nas rodovias sob concessão da Companhia.

#### d) eventual sazonalidade

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

#### e) principais insumos e matérias primas: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores e (iii) eventual volatilidade em seus preços .

(i) A Companhia procura permanentemente disseminar seus valores e práticas direcionados à gestão sustentável dos negócios. A Companhia mantém com seus fornecedores um relacionamento transparente e pautado pela valorização da qualidade na prestação de serviços. Para selecioná-los, a Companhia analisa a qualidade do produto e/ou serviço, a disponibilidade e as condições comerciais. Ademais, a Companhia segue critérios rigorosos na fase de qualificação, em que são cheçadas questões socioambientais, de saúde e segurança ocupacional e econômico-financeiras, assim como a adequação à legislação e a conformidade com as licenças ambientais. Os principais fornecedores que Companhia mantém relações são os prestadores de serviços de conservação, manutenção e construção de estruturas das rodovias, como, por exemplo, as construtoras Ellenco Construções Ltda., Construtora Estrutural Ltda. e Construtora Tardelli Ltda., entre outros. Além disso, na execução dos empreendimentos sob sua responsabilidade, a Companhia mantém as licenças e autorizações necessárias e cumpre as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

(ii) A Companhia acredita não possuir relação de dependência com nenhum de seus fornecedores ou prestadores de serviços. Nesse sentido, a Companhia adota a estratégia de pulverizar as contratações de fornecedores, solicitando sempre propostas de diversas construtoras e escolhendo a que oferece as melhores condições de mercado, ao invés de concentrar as contratações em uma única.

(iii) As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas em 1º de julho de cada ano. A tarifa-básica de pedágio de cada concessão é reajustada de acordo com a fórmula disposta no contrato de concessão. No caso da Companhia, a fórmula de correção corresponde a 100% do IPCA.

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

#### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

##### **7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia):**

Não há um cliente que, individualmente, seja responsável por mais de 10% da receita líquida da Companhia.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### 7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

#### **a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Por atuar na exploração de atividades de infraestrutura e no segmento de operação de rodovias, a Companhia mantém relacionamento constante com o Poder Público, que fiscaliza seus negócios.

#### *Concessões Rodoviárias*

As concessões de rodovias no Brasil possuem origem nas desestatizações promovidas no governo do ex-Presidente José Sarney, na segunda metade da década de 1980. Posteriormente, o ex-Presidente Fernando Collor de Mello deu continuidade à política com o Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031/90), culminando, no governo do ex-Presidente Itamar Franco, na criação do Programa de Concessões de Rodovias Federais – PROCROFE em 1993. Posteriormente, em 1994, houve a assinatura de contratos de concessões em todas as esferas federativas: municipal (Linha Amarela), estadual (Santa Catarina, que fracassou) e federal (Ponte Rio-Niterói). É importante ressaltar também que, com a promulgação da Lei nº 8.666, que estabeleceu regras gerais para os processos de licitação e contratação entre a administração pública e o setor privado, as licitações puderam ser promovidas com base nessa legislação. O governo federal, representado pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), também durante 1993, 1994 e 1995, realizou a licitação pública de mais quatro rodovias além da Ponte Rio Niterói, marcando o início da Primeira Etapa do PROCROFE. No início do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 13 de fevereiro de 1995, foi promulgada a Lei nº 8.987, a qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Seguindo esses passos iniciais, a promulgação da Lei nº 9.277, em maio de 1996, autorizou a União a delegar aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal a administração e operação de determinadas rodovias federais, as quais também foram alvo de concessão pelos Estados delegatários. Em junho de 2011, a Lei nº 10.233 deu início ao processo de reestruturação do setor de transporte terrestre brasileiro na esfera federal, por meio da criação dos seguintes órgãos reguladores:

- **Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT:** a quem compete propor políticas nacionais de integração dos diferentes modos de transporte de pessoas e bens em conformidade com (i) as políticas de desenvolvimento nacional, regional e urbano, de defesa nacional, de meio ambiente e de segurança das populações, formuladas pelas diversas esferas de governo; (ii) as diretrizes para a integração física e de objetivos dos sistemas viários e das operações de transporte sob jurisdição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (iii) a promoção da competitividade, para redução de custos, tarifas e fretes, e da descentralização, para melhoria da qualidade dos serviços prestados; (iv) as políticas de apoio à expansão e ao desenvolvimento tecnológico da indústria de equipamentos e veículos de transporte; e (v) a necessidade da coordenação de atividades pertinentes ao Sistema Federal de Viação e atribuídas pela legislação vigente aos Ministérios dos Transportes, da Defesa, da Justiça, das Cidades e à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.
- **Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT:** entidade autárquica federal de direito público, com autonomia financeira e funcional. A ANTT é responsável pela implementação das políticas estabelecidas pelo CONIT e tem autoridade para, dentre outras, (i) regular e supervisionar as atividades de prestação de serviços de transporte rodoviário e de exploração da infraestrutura de transportes, exercidas por terceiros, com vistas a (a) garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

tarifas e (b) harmonizar, preservado o interesse público, os objetivos dos usuários, das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica; (ii) firmar e administrar os contratos de concessão dentro de sua área de atuação; e (iii) revisar e reajustar as tarifas dos serviços prestados, segundo disposições contratuais.

- **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT:** entidade autárquica de direito público vinculada ao Ministério dos Transportes, que tem competência para implementar, em sua esfera de atuação, a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante construção de novas vias e terminais. Também é atribuição do DNIT, em sua esfera de atuação, declarar de utilidade pública bens e propriedades a serem desapropriadas para implementação do Sistema Federal de Viação. O DNER foi submetido a um processo de liquidação, sendo gradualmente sucedido (i) pela União, que assumiu, basicamente, suas ações judiciais e obrigações financeiras, (ii) pela ANTT, a quem foram atribuídas suas obrigações de natureza regulatória e contratos de concessão, e (iii) pelo DNIT, que, de forma geral, assumiu a administração dos projetos relacionados à construção, manutenção e expansão das rodovias, dentre outros. Esse processo de liquidação foi encerrado em 14 de agosto de 2003, com a consequente extinção do DNER. Adicionalmente, foram criadas agências reguladoras para regular e supervisionar as concessões outorgadas na esfera estadual. Em São Paulo, por meio da Lei Complementar Estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2002, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, ficando responsável pela fiscalização dos contratos de concessão da Primeira Etapa de Concessões do Estado de São Paulo (do processo de desestatização de 1997) e, posteriormente, pela transferência à iniciativa privada de outras rodovias estaduais. A ARTESP também foi responsável pela Segunda Etapa de Concessões do Estado de São Paulo, programa no qual a Companhia está inserida, dentro de um novo marco regulatório nas concessões rodoviárias estaduais paulistas.

A Companhia mantém um relacionamento adequado com a administração pública, de maneira que todas as autorizações necessárias para suas respectivas operações foram obtidas.

### ***b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental***

#### Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal. A depender da conduta praticada, no entanto, o agente poderá ser responsabilizado nas três esferas.

#### Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil encontra-se delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/81, que instaura a responsabilidade objetiva na matéria, ou seja, aquela que independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre este e a atividade de uma companhia ou indivíduo para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O empreendedor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades.

Além disso, é importante ressaltar que a Lei Federal nº 6.938/81 ampliou o rol de sujeitos responsáveis por danos ambientais, considerando como poluidor a pessoa, física ou jurídica, responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de dano ambiental.

A legislação ambiental estipula a responsabilidade solidária entre os poluidores. A vítima do dano ambiental, ou aquele que a lei autorizar, não está obrigada a processar todos os poluidores em uma mesma ação. Por ser solidária a responsabilidade, pode-se escolher uma dentre todas as empresas poluidoras (aquela que tem todos os requisitos necessários para figurar como ré na ação, ou simplesmente a de melhor situação econômica) para a efetiva reparação do dano. Resta para a empresa acionada o direito de regresso contra as demais.

Além disso, diante da previsão da responsabilidade civil objetiva e solidária, tem-se que a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço nas unidades de uma determinada companhia, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos não as isentam de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados, caso os terceiros não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Eventuais erros na gestão conjunta de riscos ambientais, imputáveis ou não à Companhia, podem resultar em responsabilização por danos ambientais, o que pode gerar efeitos adversos para a Companhia.

### Responsabilidade Criminal

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa, a depender do ilícito penal incorrido.

De tal sorte, para que seja configurada a responsabilidade criminal da Companhia, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão por parte da mesma e deve a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei Federal nº 9.605/98.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de direitos; (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como de dele obter subsídios, subvenções ou doações; e, (iv) prestação pecuniária.

### Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei dos Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08, dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente, independentemente da verificação de culpa ou da efetiva ocorrência de dano ambiental.

As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multa, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de contratação com entes públicos.

### Política Ambiental

A Companhia não possui atualmente uma política ambiental formalmente documentada (não obstante pretenda aprovar em breve documentos que já se encontram em desenvolvimento).

No entanto, adota algumas práticas que demonstram seu comprometimento com o meio ambiente e o desenvolvimento social das comunidades em que está inserida. Para mais informações sobre essas práticas, ver o item 7.9 deste Formulário de Referência.

### Adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia possui a certificação internacional ISO 9001, que define o padrão para sistemas de gestão de qualidade e para sistemas de gestão em geral.

### Custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental

Os custos incorridos pela Companhia para cumprimento da regulação ambiental não são relevantes.

### **c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, franquias ou contratos de royalties para o desenvolvimento das suas atividades.

Porém, por seu contrato ser de concessão de serviço público existe uma dependência direta no desenvolvimento das atividades da Companhia.

## **7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**

### **7.6. Informações acerca de países em que a Companhia obtém receitas relevantes:**

A Companhia não desenvolve suas atividades além do território brasileiro, sendo a totalidade de sua receita proveniente da prestação de serviços a seus clientes em território nacional.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

### **7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:**

Não aplicável à Companhia, pois ela não desenvolve suas atividades além do território brasileiro.

## **7.8 - Relações de longo prazo relevantes**

### **7.8. Outras relações de longo prazo relevantes da Companhia:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## 7.9 - Outras informações relevantes

### 7.9. Outras informações relevantes:

#### Sustentabilidade

Com atuação em mais de 25 municípios, a Companhia tem consciência de sua importância para o desenvolvimento das comunidades onde está presente. Para responder aos novos desafios mundiais que cobram das empresas maior responsabilidade socioambiental, a Companhia trabalha no planejamento de ações estruturadas de forma a minimizar os impactos sociais, econômicos e ambientais de sua atividade e promover um desenvolvimento sustentável.

#### Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

##### Política de Responsabilidade

A política de responsabilidade social adotada pela Companhia visa proporcionar a sustentabilidade aos negócios com benefícios para acionistas, colaboradores, usuários, fornecedores e comunidades próximas a seus locais de atuação, contribuindo para o desenvolvimento social.

##### *Acionistas*

- Assegurar que as informações relativas às atividades da Companhia sejam preservadas e somente divulgadas de acordo com as disposições legais e regulamentares, de forma transparente e ética;
- Basear os relacionamentos sociais na filosofia empresarial da Companhia, fundamentada nos valores de desprendimento, integridade, ousadia, respeito e autonomia, e ainda, na importância da parceria entre a iniciativa privada e o Estado e na busca legítima de resultados econômico-financeiros.

##### *Usuários*

- Manter elevado padrão de qualidade no atendimento nas concessões sob administração da Companhia, valorizando a criatividade e a pró-atividade de nossos colaboradores, lembrando que a prestação de serviço e um bom atendimento não se resumem às emergências;
- Garantir um rápido e bom atendimento aos usuários, independente de sua condição social, raça, sexo, cor, idade, religião, nacionalidade, opção sexual ou deficiência física;
- Investir em equipamentos, pessoal e tecnologia que garantam maior segurança, conforto, fluidez e orientação aos usuários, objetivando reduzir o índice de acidentes.

##### *Fornecedores*

- Manter relacionamento transparente em processos de suprimentos, adotando-se como premissa, tanto para quaisquer aquisições quanto para contratações de prestação de serviços, as regras de contratação com partes relacionadas, oferecendo aos participantes total igualdade de disputa, independente de ser ou não parte relacionada;
- Não firmar contratos com empresas que mantenham trabalho infantil, forçado ou compulsório de forma ativa ou passiva, ou que se beneficiem de práticas desonestas.

## 7.9 - Outras informações relevantes

### *Colaboradores*

- Valorizar a diversidade e repudiar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação por deficiência física, raça, sexo, cor, idade, religião, classe social, nacionalidade ou opção sexual;
- Coibir ações de qualquer natureza que possam representar ou caracterizar assédio moral e/ou sexual;
- Respeitar os direitos humanos nas relações com o seu quadro de colaboradores, não se beneficiando de trabalho compulsório, forçado, escravo ou infantil;
- Incentivar as relações de cortesia, respeito e honestidade no ambiente de trabalho;
- Propiciar igualdade de acesso às oportunidades de desenvolvimento profissional;
- Respeitar o direito a associação sindical e a negociação coletiva.

### Responsabilidade Social – Valorização da Vida

Para conscientizar usuários e moradores lindeiros sobre regras e melhores condutas de respeito no trânsito, a Companhia inclui no Programa de Redução de Acidentes (PRA) a realização de campanhas educativas focadas na segurança viária.

Ao longo de 2012, foram realizadas 33 campanhas educativas, algumas em parceria com o Policiamento Rodoviário do Estado.

Os principais temas apresentados incluíam: álcool e direção, travessia de pedestres – Programa Café na Passarela -, condução de motociclistas, uso do cinto de segurança, cadeirinha para transporte de menores, saúde e cidadania dos caminhoneiros – Programa Seleção da Estrada -, educação infantil - Programa Rodovia Mirim – e uso dos postos do Sistema de Atendimento aos Usuários (SAU). Aproximadamente 39.000 usuários participaram das campanhas, entre adultos e crianças, todos multiplicadores de uma nova consciência para um trânsito mais seguro.

A abordagem aos usuários foi feita por meio da entrega de folhetos e ações de relacionamento, como o Café na Passarela e a Rodovia Mirim.

No primeiro, os pedestres do trecho da concessionária têm, em datas específicas, um café da manhã servido nas passarelas. O objetivo é atrair o pedestre para o equipamento e, assim, criar um hábito seguro de travessia. No Rodovia Mirim, alunos do ensino fundamental de diversas escolas conhecem regras de trânsito, participando de um simulado como se estivessem em ruas e rodovias reais.

### Programa Seleção da Estrada – Mais qualidade de vida aos usuários

O Seleção da Estrada é um projeto de saúde, segurança e cidadania realizado pela Companhia para os usuários das rodovias, com foco no atendimento a caminhoneiros. O projeto faz parte do Programa de Redução de Acidentes (PRA) da empresa e foi criado em 2011 para estreitar o relacionamento de usuários e comunidade com a empresa, oferecendo gratuitamente serviços de saúde, de cidadania e de inspeção veicular.

Com parceria de diversas empresas, a Companhia incluiu o Seleção da Estrada em seu calendário anual de eventos. O projeto tem o apoio da Polícia Militar Rodoviária, DER e Artesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). Em 2012, foram realizadas quatro edições do programa, sempre em uma localidade diferente do trecho, totalizando mais de mil atendimentos.

## 7.9 - Outras informações relevantes

Na edição de dois dias, realizada na Semana Nacional do Trânsito, em setembro, na SP 300, o Seleção da Estrada recebeu o apoio do Poupatempo de Botucatu, Prefeitura de São Manuel, da empresa JB Locações de Veículos, Auto Posto Pedra Branca, Universidade Paulista (UNIP) de Bauru, do Hemocentro de Botucatu, do Banco de Olhos de Sorocaba e Enseg.

O objetivo principal do Seleção da Estrada é conscientizar os usuários de rodovias sobre ações preventivas de segurança, contribuindo assim para a redução no número de acidentes e vítimas. No Seleção da Estrada de 2012, os usuários receberam os seguintes serviços:

- Tipagem Sanguínea
- Vacinas
- Glicemia
- Aferição da pressão arterial
- Fisioterapia
- Nutrição
- Acuidade Visual
- Poupatempo
- DST – Hepatite C
- Inspeção Veicular – condições dos faróis e placas dos veículos

### Comunicação em tempo real

Manter os usuários e o público em geral bem informado é fundamental para o sucesso do negócio. Também em função do grande volume de obras em 2012, a comunicação institucional e o contato com a imprensa foram intensificados pela Companhia. Jornalistas das principais emissoras de TV da região conheceram o Centro de Controle Operacional (CCO), onde puderam acompanhar em tempo real as ocorrências e a dinâmica do tráfego das rodovias.

Os jornais matinais das rádios de maior audiência divulgaram notícias e informações sobre as obras e também o tráfego no trecho sob concessão. Pautas positivas – como a tecnologia de fibra óptica utilizada pela empresa e o trabalho de recolhimento de lixo nas rodovias – foram destaque em mídias de grande repercussão.

A Companhia ganhou em 2012 um novo site. Layout mais amigável, navegação mais prática e ágil, links para outros sites e ainda a seção Relação com os Investidores, que garante ao público interessado informações atualizadas e estudos detalhados.

As campanhas temáticas voltadas aos usuários ocuparam também as rodovias, através da instalação de painéis e faixas. O objetivo dessas campanhas é assegurar a fluidez do tráfego e principalmente a segurança dos usuários. Nas rodovias Jornalista Francisco Aguirra Proença (SP-101) e Comendador Mário Dedini (SP-308), a empresa instalou faixas orientando os usuários sobre as obras que estavam sendo executadas. Na Rodovia Marechal Rondon, a Companhia realizou uma campanha de segurança, visando atingir os usuários que utilizam as rodovias durante o período de férias.

### Meio Ambiente – Ações que garantem o futuro

A equipe responsável pelas ações de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho realiza um trabalho fundamental para garantir o atendimento da legislação e o bom desempenho das obras de ampliação das rodovias. Com processos planejados, a Companhia conseguiu, em 2012, todas as licenças ambientais necessárias para a realização dos investimentos previstos.

## **7.9 - Outras informações relevantes**

Engenheiros ambientais e técnicos de segurança do trabalho controlam, através de relatórios de campo e gerenciais, o andamento do serviço, os riscos das obras e identificam qualquer necessidade de correção.

Durante o licenciamento ambiental, realizaram estudos específicos que vão desde o levantamento da vegetação a ser suprimida a avaliações mais específicas, como levantamento arqueológico e medições de ruídos. O objetivo é garantir que as obras gerem o menor impacto possível ao meio ambiente.

Além disso, a Companhia vem acompanhando, passo a passo, todas as etapas das construções, monitorando com equipe de profissionais qualificada o cumprimento da legislação ambiental e demais normas aplicáveis.

Exemplos disso são a duplicação das rodovias SP-101 e SP-308 e a construção do Contorno de Piracicaba, que seguem um plano ambiental que respeita as normas e boas práticas de construção e ainda se molda a novos fatos e descobertas, sempre considerando a natureza como parte do processo.

A Companhia pretende aprovar documentos formais contendo as políticas acima mencionadas, documentos estes que atualmente já se encontram em desenvolvimento atualmente.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

### 8. GRUPO ECONÔMICO

#### 8.1.

#### a) Controladores diretos e indiretos e d) participações de sociedades do grupo na Companhia

A Companhia dois acionistas controladores diretos, a Atlantia Bertin Participações e a Ascendi, sendo cada um detentor de 50% do nosso capital social, conforme tabela abaixo:

Acionistas Diretos	Nacionalidade	CNPJ/CPF	Quantidade de ações Ordinárias	Participação
Atlantia Bertin Participações S.A.	Brasileira	14.975.903/0001-00	11.178.923.797	50%
Ascendi International Holding B.V.	Holandesa	14.382.914/0001-79	11.178.923.798	50%
<b>Total:</b>			22.357.847.595	100%

A Atlantia Bertin Participações é parte do grupo econômico da Atlantia Bertin Concessões S.A., uma *joint venture* que nasceu da união do grupo italiano Atlantia e do Grupo Bertin que, no setor rodoviário, detinha importantes concessionárias em dois Estados brasileiros. A Atlantia Bertin Concessões S.A. possui mais de 1.500 quilômetros sob sua administração.

Já a Ascendi, gestora de infraestruturas de transportes, é detida pelo Grupo Mota-Engil e Grupo Espírito Santo. O Grupo Ascendi atua no setor de concessões rodoviárias em Portugal e o fato de atuarem no mercado há quase 15 anos tem ajudado no desenvolvimento do nosso portfólio.

A ABP tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A Ascendi tem por objeto social: (i) constituir, participar em, gerenciar, financiar, administrar, dar assessoria e prestar serviços a outras sociedades e empresas; (ii) conceder e tomar empréstimos em dinheiro, emitir obrigações, títulos de dívidas ou outros valores mobiliários, bem como firmar os contratos pertinentes; (iii) constituir garantias por dívidas e outros compromissos da sociedade ou de terceiros; (iv) adquirir, gerenciar, explorar, gravar com ônus e alienar bens registrados; (v) explorar e comercializar direitos autorais, patentes, protótipos, processos secretos, marcas comerciais e outros direitos de propriedade intelectual ou industrial; (vi) comercializar moedas, títulos e bens patrimoniais em geral; (vii) realizar quaisquer tipos de atividades industriais, financeiras e comerciais; e (viii) tudo aquilo que estiver relacionado com os itens acima.

Para mais informações sobre a nossa estrutura societária, como controle indireto e toda a cadeia de acionistas até o nível da pessoa física, veja a seção "15. Controle" deste Formulário de Referência.

#### b) Controladas e coligadas e c) participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

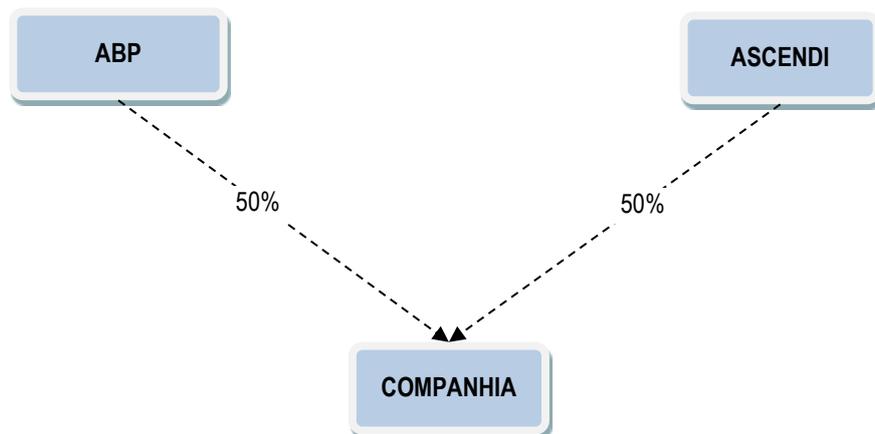
## **8.1 - Descrição do Grupo Econômico**

### **e) Sociedades sob controle comum**

A Companhia não possui outras Sociedades sob controle comum.

## 8.2 - Organograma do Grupo Econômico

### 8.2. Organograma do grupo econômico



### 8.3 - Operações de reestruturação

<b>Data da operação</b>	<b>30/07/2013</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Reestruturação Societária Transferência de Ações
<b>Descrição da operação</b>	No dia 30 de julho de 2013, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo que em 1º de julho de 2013 foram celebrados atos societários entre a acionista da Companhia, Atlantia Bertin Participações S.A. ("ABP") e a Atlantia Bertin Concessões S.A. ("ABC"), empresa de seu grupo econômico, Protocolo e Justificação de Incorporação da ABP pela ABC. Com a celebração dos atos societários, a ABP foi incorporada pela ABC.
<hr/>	
<b>Data da operação</b>	<b>26/05/2012</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Reestruturação Societária Transferência de Ações
<b>Descrição da operação</b>	No dia 26 de maio de 2012, foi publicada do Diário Oficial do Estado de São Paulo a autorização da ARTESP para transferência das ações pertencentes à Cibe (correspondentes a 50% do capital social da Companhia) para a ABP.
<hr/>	
<b>Data da operação</b>	<b>28/01/2012</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Reestruturação Societária Transferência de Ações
<b>Descrição da operação</b>	No dia 28 de janeiro de 2012, foi publicada do Diário Oficial do Estado de São Paulo a autorização da ARTESP para transferência das ações pertencentes à Leão (correspondentes a 10% do capital social da Companhia) para a acionista Ascendi.
<hr/>	
<b>Data da operação</b>	<b>25/11/2011</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Reestruturação Societária Transferência de Ações
<b>Descrição da operação</b>	Realizou-se a transferência das ações da Companhia detidas pela Opway para a Ascendi, e do restante das ações de propriedade da Equipav para a Cibe. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25 de novembro de 2011.
<hr/>	
<b>Data da operação</b>	<b>15/06/2010</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Reestruturação Societária Transferência de Ações

### 8.3 - Operações de reestruturação

#### Descrição da operação

Quando a Companhia foi constituída, em 2009, a participação do Grupo CIBE na sociedade deu-se por meio da Equipav, sociedade que detinha 50% das ações da Companhia e, juntamente com a Opway, detentora de 40% das ações (representando o Grupo Ascendi) e a Leão, detentora de 10% das ações, formava o grupo de controle da Companhia. Em 15 de junho de 2010, as empresas formadoras do Grupo CIBE (Heber Participações S.A (“Heber”) e Equipav) resolveram pôr fim à sua parceria e promoveram uma reestruturação societária com mudanças na composição do bloco de controle, pela qual a Heber resultou como controladora exclusiva do Grupo CIBE. Em decorrência, a Heber adquiriu 99,998% da participação societária da Equipav na Companhia e, posteriormente, fez dação em pagamento desta participação para a Cibe Participações e Empreendimentos S.A. (“Cibe PE”) a qual, sucessivamente, conferiu esta participação para capitalizar sua subsidiária integral Cibe Investimentos e Participações S.A. (“Cibe”). Ressalta-se que referida operação não acarretou alteração no bloco de controle da Companhia, o que é vedado pelo Poder Concedente caso ocorra em menos de 2 (dois anos) contados da assinatura do Contrato de Concessão. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 03 de dezembro de 2010. Com a conclusão desta fase do processo de reorganização societária, a Cibe passou a deter 49,999% das ações da Companhia, a Opway, 40%, a Leão, 10%, e a Equipav, 0,001%.

---

## 8.4 - Outras informações relevantes

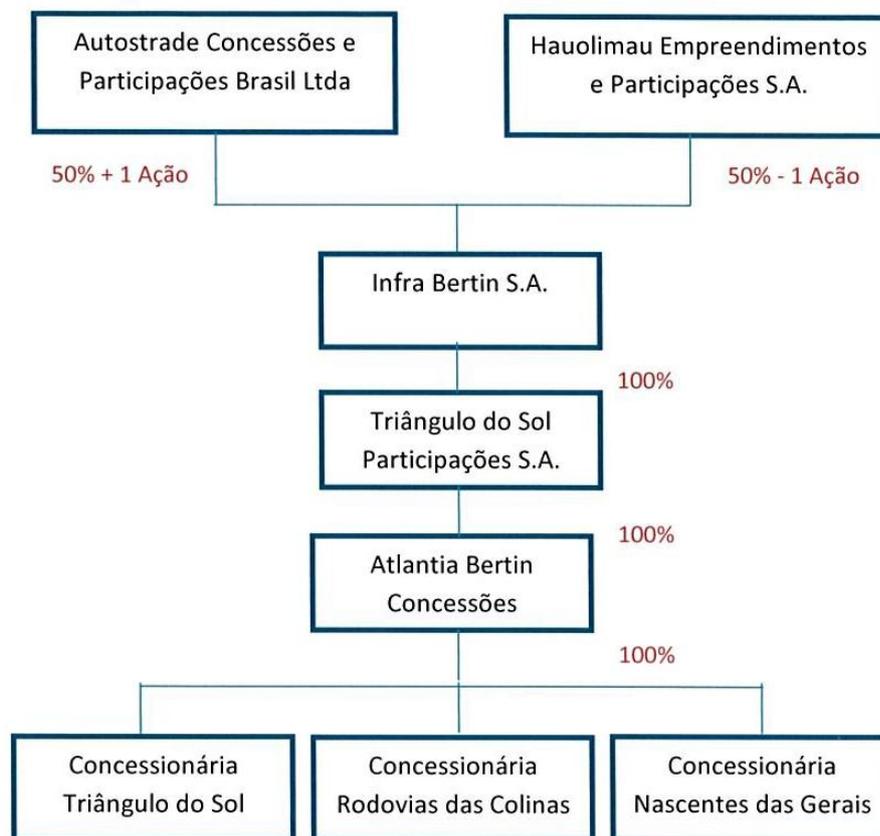
### 8.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

#### Incorporação da ABP pela ABC

Com o objetivo de reestruturar e simplificar a estrutura societária do seu grupo econômico, a Atlantia Bertin Concessões S.A. (“ABC”) realizou a incorporação da Atlantia Bertin Participações S.A. (“ABP”), acionista titular de 50% do capital social da Companhia (“Incorporação”).

A ABC é subsidiária integral da Triângulo do Sol Participações S.A., que, por sua vez, é detida integralmente pela Infra Bertin S.A. 50% mais uma ação do capital social da Infra Bertin S.A. é detido pela Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. (“Autostrade”) e 50% menos uma ação do seu capital social é detido pela Haulimau Empreendimentos e Participações S.A. (“Haulimau”).

A estrutura societária da ABC está representada no organograma a seguir:

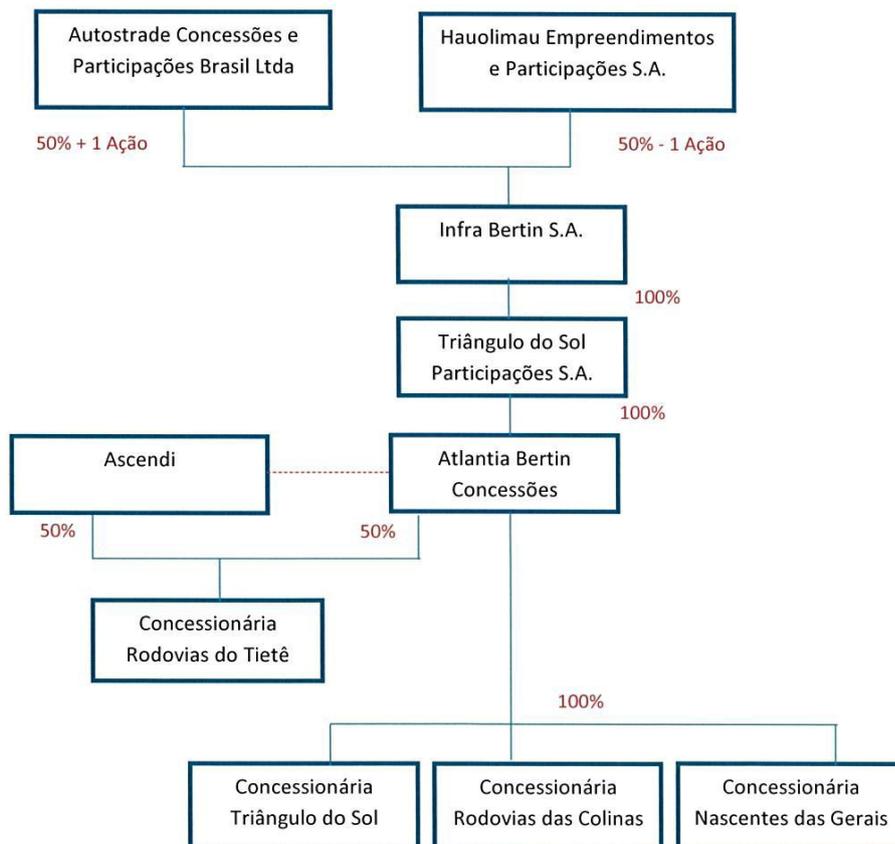


### 8.4 - Outras informações relevantes

Como resultado da Incorporação, a ABP foi extinta e a ABC sucedeu, de forma universal, todos os seus direitos e obrigações, incluindo a participação societária correspondente a 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela ABP.

Ademais, a Incorporação implicou também na alteração do controle indireto da Companhia, que passou a ser exercido pela Autostrade.

O organograma abaixo ilustra a estrutura societária do grupo societário da ABC, incluindo a Companhia, após a realização da Incorporação da ABP pela ABC:



Não obstante a Incorporação tenha tido como resultado a alteração dos controles direto e indireto da Companhia, o acordo de acionistas da Companhia atualmente vigente não foi modificado e, portanto, não houve mudanças na sua atual estrutura de governança.

Esclarece-se que a estrutura de controle indireto é alterada por conta de o controle da Companhia antes compartilhado entre os Grupos Ascendi e Bertin passar a ser compartilhado entre os Grupos Ascendi e Atlantia.

## **8.4 - Outras informações relevantes**

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Rodovias do Tietê registro nº 901951358, mista, classe 39	Brasil	02/10/2022	No âmbito administrativo, para este registro de marca, concedido em 02/10/2012, a perda dos direitos podem ocorrer de três formas: (i) ser contestado através de Processo Administrativo de Nulidade até 31/03/2013 e o INPI decidir pelo seu cancelamento por entender que a concessão está em desacordo com a Lei 9.279/96; (ii) Após 5 anos contados da concessão do registro, através de requerimento de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; e (iii) pela falta de pagamento da taxa de prorrogação. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de nossa marca, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento decenal de retribuições ao INPI.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Rodoviasdotiete.net.br	Brasil	28/04/2013	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Rodoviasdotiete.com.br	Brasil	03/04/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

## 9.2 - Outras informações relevantes

### 9.2. Outras informações relevantes:

#### *Bens da Concessão*

Integram a Concessão todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do Sistema Rodoviário concedido à Companhia, a ela transferidos por ocasião do início da Concessão, bem como os bens adquiridos pela Companhia ao longo de todo o prazo da Concessão, que sejam utilizados na exploração do Sistema Rodoviário concedido.

A Companhia somente pode alienar os bens que integram a Concessão, não afetados em decorrência de sua destinação especial de utilização pelos usuários, se proceder à sua imediata substituição por outros bens com condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores às dos bens substituídos.

Nos últimos 5 (cinco) anos da Concessão, qualquer alienação e aquisição de bens pela Companhia dependerá de prévia e expressa autorização da ARTESP.

Os bens do Sistema Rodoviário, durante o prazo de concessão, incluindo os bens imóveis adquiridos pela Companhia para a realização dos serviços correspondentes a funções de ampliação, afetados em decorrência de sua destinação especial de utilização pelos usuários, não poderão ser a nenhum título cedidos, alienados ou onerados, nem arrendados ou dados em comodato, ou de qualquer modo, ser permitida sua ocupação, arresto, penhora ou qualquer providência dessa mesma natureza, exceto no caso de bem móvel quando oferecido em garantia de financiamento à sua aquisição.

Além disso, as receitas da Concessão só são penhoráveis se não houver impacto à prestação do serviço público.

Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário concedido que haviam sido transferidos à Companhia no início da Concessão ou que foram por ela implantados durante e no âmbito da Concessão.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

#### 10.1.

##### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria informa que a Companhia é responsável pela concessão de trechos das rodovias: SP 101: Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença e Rodovia Bento Antônio de Moraes (km 0+000 ao km 71+250), SP 113: Rodovia Doutor João José Rodrigues (km 0+000 ao km 14+400), SP 209: Rodovia Professor João Hipólito Martins (km 0+000 ao km 21+090), SP 300: Rodovia Marechal Rondon (km 158+650 ao km 177+850) e SP 308: Rodovia do Açúcar (km 102+200 ao km 162+000), em um total de 406 quilômetros de extensão que passará para 415 quilômetros com a conclusão do Contorno de Piracicaba em 2013.

Informa a Diretoria ainda que grande parte da receita bruta obtida pela Companhia no trimestre encerrado em 31 de março de 2013 (58,2%) advém da cobrança de pedágios. A arrecadação de pedágio está distribuída da seguinte forma entre as praças que a Companhia opera: 7,72% na praça de Conchas, 6,38% na praça de Anhembi, 20,02% na praça de Botucatu, 20,41% na praça de Areiópolis, 20,33% na praça de Agudos, 7,38% na praça de Monte Mor, 4,18% na praça de Rafard, 6,34% na praça de Salto e 7,25% na praça de Rio das Pedras. Outras fontes de receita, menos relevantes, são provenientes de exploração da faixa de domínio e transporte de cargas especiais pelas rodovias. Os fatores que influenciam a receita operacional líquida da Companhia são o volume e classe de veículos pedagiados, bem como as tarifas de pedágio, que são reajustadas anualmente pelo IPCA, conforme previsto no Contrato de Concessão. No trimestre encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 70,7 milhões, R\$ 275,2 milhões, R\$ 242,4 milhões, R\$ 172,4 milhões, respectivamente, enquanto que o endividamento financeiro da Companhia foi de R\$ 604,9 milhões em 31 de março de 2013, R\$ 603,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$ 481,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 449,5 milhões em 31 de dezembro de 2010.

A Diretoria informa que o EBITDA, apurado para o trimestre encerrado em 31 de março de 2013 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram de R\$ 17,2 milhões, R\$ 83,9 milhões, R\$ 77,4 milhões e R\$ 73,1 milhões, respectivamente. O resultado financeiro do primeiro trimestre de 2013, de 2012, 2011 e 2010 foi uma despesa de R\$ 13,3 milhões, R\$ 78,1 milhões, R\$80,8 milhões e R\$64,8 milhões, respectivamente. Com este EBITDA a Companhia obteve uma relação EBITDA sobre receita líquida com arrecadação de pedágio e acessória em 31 de março de 2013 e nos anos de 2012, 2011 e 2010 de 42,77%, 51,85%, 53,34% e 54,19%, respectivamente. Já a relação de endividamento financeiro sobre EBITDA foi de 35,17X, 7,2X, 6,2X e 6,2X em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implantar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, tendo em vista a sua forte geração de caixa e capacidade de se financiar, caso haja necessidade.

##### b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Companhia possui sua estrutura de capital alavancada e, conforme o Contrato de Concessão, não poderá reduzir o seu capital, a nenhum título, ou adquirir as suas próprias ações sem prévia e expressa autorização da ARTESP.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria informa que o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 183,4 milhões em 31 de março de 2013, R\$ 188,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 207,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e de R\$ 218,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. O endividamento financeiro da Companhia era de R\$ 604,9 milhões em 31 de março de 2013, R\$ 603,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 481,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e de R\$ 449,5 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Já a relação entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido passou de 2,06 em 31 de dezembro de 2010, 2,32 em 31 de dezembro de 2011, 3,21 em 31 de dezembro de 2012, para 3,30 em 31 de março de 2013. A Administração considera esta relação adequada diante do perfil da dívida atual de curto prazo e estágio inicial da empresa. A Companhia não possui, até o presente momento, ações negociadas em bolsas de valores.

A tabela abaixo apresenta a relação entre o capital próprio e de terceiros em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

(Em R\$ milhões)	31/03/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Endividamento Financeiro	604,9	603,6	481,4	449,5
Patrimônio Líquido	183,4	188,2	207,4	218,6
D/E <sup>1</sup>	76,7%	76,2%	69,9%	67,3%

<sup>1</sup> A relação D/E é resultado da divisão do Endividamento Financeiro pela soma do endividamento financeiro com o patrimônio líquido.

### (i) hipóteses de resgate

Com relação à possibilidade de resgate de ações ou quotas, a Diretoria informa que não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento, ou seja, que a estrutura de capital da Companhia não contempla hipóteses de resgate de ações.

### (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Diretoria informa que este subitem não é aplicável, uma vez que informou no subitem anterior sobre a inexistência de hipóteses de resgate.

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

As principais fontes de recursos da Companhia são (i) o caixa gerado por meio das suas atividades operacionais; (ii) aportes de capital próprio, (iii) empréstimos e financiamentos e (iv) captações de recursos no mercado de capitais.

A Companhia já efetuou pagamento do valor de R\$ 517 milhões a título de outorga fixa, conforme item 10.3 do edital da Concessão. Além disso, a Companhia assumiu obrigações de pagar uma outorga variável correspondente a 3% de sua receita bruta até o final do período de concessão e de efetuar investimentos de infraestrutura conforme previsto no Contrato de Concessão.

O endividamento financeiro da Companhia era de R\$ 604,9 milhões em 31 de março de 2013, R\$ 603,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 481,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e de R\$ 449,5 milhões em 31 de dezembro de 2010.

O perfil atual de endividamento da Companhia é de curto prazo, sendo que o saldo do endividamento financeiro, composto por notas promissórias, em 31 de março de 2013 foi de R\$ 604,9 milhões, com vencimento em 13 de agosto de 2013.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações. Para fazer frente aos investimentos e aos compromissos assumidos a Companhia entende que possui plenas condições de buscar fontes de recursos para alongar o perfil de sua dívida e adequar a capacidade de geração de caixa.

### **d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

A Diretoria informa que a principal fonte de financiamento para capital de giro é a própria geração do fluxo de caixa operacional. Quando houve necessidade de financiamento para capital de giro a Companhia utilizou-se de instrumentos usualmente utilizados pelo mercado, contratados junto a bancos comerciais de seu relacionamento.

Os recursos iniciais destinados ao desenvolvimento dos serviços delegados por meio do Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente foram obtidos via financiamento com bancos comerciais e de sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

A estrutura inicial de financiamento da Concessão contemplou a concessão de um empréstimo-ponte à Companhia no valor total de R\$ 340 milhões, sendo que o Banco do Brasil e o Banco Espírito Santo concederam R\$ 170 milhões cada um. Tal operação foi efetivada por meio da emissão de Cédulas de Crédito Bancário ("CCBs") pela Companhia.

No primeiro semestre de 2010, os bancos ABC e Votorantim ingressaram na sindicalização, concedendo R\$ 30 milhões e R\$ 39 milhões cada um, respectivamente, porém sem alterar o montante total do empréstimo.

A data de vencimento deste financiamento foi alterada de 08 de outubro de 2010 para 08 de dezembro de 2010, e foram acrescentados novos valores ao montante total, R\$ 10 milhões pelo ABC e R\$ 7 milhões pelo Votorantim.

Conforme estabelecido no contrato de empréstimo-ponte, a Companhia estava obrigada a manter uma relação de dívida sobre capital próprio em 57/43, obedecendo ao critério *pari passu* em relação aos desembolsos realizados. Como o valor inicial do financiamento era de R\$ 340 milhões, a Companhia deveria aportar aproximadamente R\$ 256,5 milhões, valor este que foi integralmente aportado ao longo dos 17 meses iniciais da Concessão.

A Companhia realizou, em dezembro de 2010, uma emissão de 135 notas promissórias comerciais, dividida em 3 séries, no valor total de R\$ 450 milhões, com vencimento em 180 dias após a data de emissão. Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* anual de 3,70%, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento ("Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão"). Os recursos obtidos por meio de tal emissão foram destinados para o pagamento integral das obrigações de principal, de juros e outros encargos devidos nos termos das cédulas de crédito bancário emitidas pela Companhia no âmbito (a) do Contrato de Abertura de Crédito para Concessão de Financiamento celebrado em 16 de abril de 2009, com posteriores aditamentos, entre a Emissora, Banco do Brasil, Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Cibe Rodovias e Participações S.A., Equipav S.A. – Pavimentação, Engenharia e Comércio, Empate Engenharia e Comércio Ltda., Controlpav Participação e Administração Ltda., Opway Engenharia S.A., Leão & Leão Ltda. e Heber Participações S.A ("Contrato de Financiamento BB") e (b) e do Contrato de Abertura de Crédito para Concessão de

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Financiamento celebrado em 16 de abril de 2009, com posteriores aditamentos, entre a Companhia, a Ascendi Group SGPS S.A., BES, e Empreendimentos S.A., Cibe Rodovias e Participações S.A., Equipav S.A. – Pavimentação, Engenharia e Comércio, Empate Engenharia e Comércio Ltda., Controlpav Participação e Administração Ltda., Opway Engenharia S.A., Leão & Leão Ltda. e Heber Participações S.A (“Contrato de Financiamento BES” e, em conjunto com o Contrato de Financiamento BB, os “Contratos de Financiamento”), aos quais posteriormente aderiram Banco ABC e Banco Votorantim, assim como para investimentos em ativo fixo previstos no Contrato de Concessão.

As Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão contavam com as seguintes garantias (i) aval da Heber Participações S.A (“Heber”), Leão & Leão Ltda. (“Leão”) e Ascendi International Holding B.V. (“Ascendi”) para as notas promissórias comerciais da primeira série, segunda série e terceira série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão.

Ademais, a Companhia realizou, em junho de 2011, uma emissão de 135 notas promissórias comerciais, dividida em 3 séries, no valor total de R\$ 484,2 milhões, com vencimento em 180 dias após a data de emissão (“Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão”). Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* anual de 3,70%, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os recursos obtidos por meio de tal emissão foram destinados para o pagamento integral das obrigações de principal, de juros e outros encargos devidos nos termos das Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão, assim como para investimentos em ativo fixo previstos no Contrato de Concessão.

As Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão contavam com as seguintes garantias (i) aval da Heber, Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da primeira série, segunda série e terceira série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Conforme previsto nas Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, a Companhia deveria manter uma relação de dívida sobre capital próprio em 75/25.

Em dezembro de 2011 ocorreu a emissão de 135 notas promissórias comerciais, dividida em 3 séries, no valor total de R\$ 484,2 milhões, com vencimento em 180 dias após a data de emissão (“Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão”). Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* anual de 3,70%, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os recursos obtidos por meio de tal emissão foram destinados para o pagamento integral das obrigações de principal, de juros e outros encargos devidos nos termos das Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, assim como para investimentos em ativo fixo previstos no Contrato de Concessão.

As Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão contavam com as seguintes garantias (i) aval da Heber, Leão e Ascendi. para as notas promissórias comerciais da primeira série, segunda série e terceira série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Conforme previsto nas Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, a Companhia deveria manter uma relação de

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dívida sobre capital próprio em 75/25. Com a transferência das ações da Leão & Leão Ltda. para a Ascendi, realizada em 2012, houve também a transferência dos avais e garantias.

Por fim, em 24 de julho de 2012, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da Quarta Emissão de Notas Promissórias Comerciais, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"). A emissão foi realizada em 13 de agosto de 2012, composta por 60 notas promissórias comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, totalizando R\$600 milhões ("Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão"), a serem amortizadas em 360 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão. Como garantias foram oferecidas a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia e a cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia emergentes da concessão objeto do Contrato de Concessão.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro utilizadas, a Diretoria indica verificar item "f" a seguir.

#### **e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

Para futuros investimentos e para a amortização da dívida de curto prazo a Companhia pretende emitir, no primeiro semestre de 2013, debêntures a serem ofertadas publicamente, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Os níveis de endividamento e características das dívidas da companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são:

<b>Endividamento (R\$ mil)</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	27.845	20.241
Notas promissórias	604.937	603.605
Credor pela concessão	456	578
Obrigações tributárias	2.519	2.922
Obrigações trabalhistas	2.481	3.586
Instrumento financeiro derivativo	30.251	23.454
Provisões	3.821	3.658
Outros passivos	234	296
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>672.544</b>	<b>658.340</b>
Não circulante		
Provisões	23.459	19.266
Mútuos a pagar a partes relacionadas	42.337	41.615
Outros passivos	2.868	2.925
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>68.664</b>	<b>63.806</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>741.208</b>	<b>722.146</b>
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>183.361</b>	<b>188.182</b>
<b>ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>4,042342701</b>	<b>3,837487114</b>

**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

		Em 31.03.2013	Em 31.12.2012	Em 31.12.2011	Em 31.12.2010
<b>Modalidade - Credor, Tomador</b>	<b>Indexador</b>	<b>em R\$ milhões</b>			
Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão	100% CDI + 3,7 Spread	-	-	-	449,5
Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão	100% CDI + 3,7 Spread	-	-	481,4	-
Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão	100% CDI + 3,7 Spread	604,9	603,6	-	-

As Notas Promissórias de Primeira Emissão foram liquidadas em junho de 2011 e substituídas pelas Notas Promissórias de Segunda Emissão.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As Notas Promissórias de Segunda Emissão foram liquidadas em dezembro de 2011 e substituídas pelas Notas Promissórias de Terceira Emissão, que foram quitadas em agosto de 2012, substituídas pelas Notas Promissórias de Quarta Emissão.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de março de 2013, o endividamento financeiro da Companhia era oriundo, em sua totalidade, das Notas Promissórias de Quarta Emissão, que contam com as seguintes garantias: alienação fiduciária das ações de controle acionário da companhia, cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis e constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão da Companhia.

### **(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Com exceção das relações constantes dos contratos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

### **(iii) grau de subordinação entre as dívidas**

A Companhia ofereceu garantias reais aos detentores das Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão. Os detentores das Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão possuem, portanto, até o valor dos respectivos bens dados em garantia, prioridade com relação aos demais credores no caso de falência da Companhia, nos termos da legislação falimentar, preferindo-lhes apenas os credores de eventual crédito trabalhista, até o limite de 150 salários mínimos por trabalhador.

**(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:**

Conforme previsto nas Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão, a Companhia deverá manter uma relação de dívida sobre capital próprio de 75/25.

As Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão trazem, ainda, restrições à Companhia quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

As Notas Promissórias da Quarta Emissão também poderão ter seu vencimento antecipado declarado nos casos de alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou das garantidoras sem aprovação prévia dos detentores das Notas Comerciais; cisão, fusão ou incorporação da Companhia e/ou garantidoras ou realização de qualquer forma de reorganização societária da Companhia e/ou garantidoras que implique na alteração do seu controle societário, sem aprovação prévia dos detentores das Notas Comerciais; assunção de novas dívidas ou outras obrigações financeiras pela Companhia e/ou garantidoras em valores superiores a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); prestação de quaisquer garantias, pela Companhia e/ou garantidoras, sejam elas reais ou pessoais, ou realização de quaisquer operações financeiras que tenham o efeito prático de uma garantia; alienação de ativos relevantes da Emissora e das Garantidoras, em valor, individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem prévia e expressa anuência dos titulares das Notas Comerciais; alteração da composição acionária, por meio de aporte de capitais em descumprimento ao previsto nas Notas Comerciais, sem a autorização prévia e formal dos titulares das Notas Comerciais e da ARTESP, conforme previsto no Contrato de Concessão; constituição de garantias de qualquer espécie sem que as mesmas sejam previamente

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

oferecidas aos titulares das Notas Comerciais; concessão de preferência a outros créditos, realização de amortização de ações, emissão de debêntures ou partes beneficiárias sem a prévia anuência dos titulares das Notas Comerciais.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados:**

Em 31 de março de 2013, a Companhia não possui limites nos financiamento já contratados.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**

As informações financeiras da Companhia referentes às demonstrações de resultados, aos balanços patrimoniais e aos fluxos de caixa para os trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 são derivados das Informações Trimestrais - ITR e Demonstrações Financeiras, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS. As análises apresentadas abaixo são oriundas de comentários de Diretores da Companhia.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO****Comparação das demonstrações do resultado para os trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012**

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos resultados da Companhia para os trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012 (valores expressos em milhares de reais).

	31.03.2013	A.V	A.H	31.03.2012	A.V
Receita operacional líquida	<b>70.689</b>	100,0%	7,7%	<b>65.656</b>	100,0%
Custos dos serviços prestados	<b>(51.302)</b>	72,6%	12,5%	<b>(45.605)</b>	69,5%
Lucro bruto	<b>19.387</b>	27,4%	-3,3%	<b>20.051</b>	30,5%
Despesas (receitas) operacionais:					
Gerais e administrativas	<b>(6.430)</b>	9,1%	91,5%	<b>(3.358)</b>	5,1%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<b>(3)</b>	0,0%	-400,0%	<b>1</b>	0,0%
	<b>(6.433)</b>	9,1%	91,6%	<b>(3.357)</b>	5,1%
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	<b>12.954</b>	18,3%	-22,4%	<b>16.694</b>	25,4%
Despesas financeiras	<b>(17.103)</b>	24,2%	-21,2%	<b>(21.711)</b>	33,1%
Receitas financeiras	<b>3.767</b>	5,3%	463,9%	<b>668</b>	1,0%
	<b>(13.336)</b>	18,9%	-36,6%	<b>(21.043)</b>	32,1%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(382)</b>	0,5%	-91,2%	<b>(4.349)</b>	6,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>47</b>	0,1%	-96,4%	<b>1.310</b>	2,0%
Prejuízo do exercício	<b>(335)</b>	0,5%	-89,0%	<b>(3.039)</b>	4,6%

**Receita Operacional Líquida**

A Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 70.689 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2013, que corresponde a um aumento de R\$ 5.033 mil, ou 7,7%, em relação ao trimestre encerrado em 31 de março de 2012, em que a receita operacional líquida foi de R\$ 65.656 mil.

Do total de receita líquida tem-se:

- R\$ 43.398 mil foi resultado da receita bruta de arrecadação de pedágio no primeiro trimestre de 2013, comparado a R\$ 39.999 mil no primeiro trimestre de 2012. Segundo a Diretoria da Companhia, esse aumento de 8,5% deve-se ao reajuste de 5,5% das tarifas de pedágio em julho de 2012, além de 3% de crescimento no tráfego;
- R\$ 30.428 mil foi resultado da receita bruta de serviços de construção no primeiro trimestre de 2013, comparado a R\$ 29.025 mil no primeiro trimestre de 2012. Segundo os Diretores da Companhia, esse aumento de 4,8% deve-se principalmente às obras do Contorno de Piracicaba e à duplicação da SP-101 e SP-308;

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- R\$ 683 mil foi resultado das receitas acessórias brutas no primeiro trimestre de 2013, comparado a R\$ 77 mil no primeiro trimestre de 2012. Esse aumento de R\$ 606 mil deve-se, segundo os Diretores da Companhia, à assinatura em 2012, de contrato anual de aluguel de fibra ótica com a GVT; e
- R\$ 3.820 mil foi resultado de impostos incidentes sobre os serviços prestados (ISS, PIS e COFINS) no primeiro trimestre de 2013, comparado a R\$ 3.445 mil no primeiro trimestre de 2012.

### Custos dos Serviços Prestados

Os custos de serviços prestados totalizaram R\$ 51.302 mil no primeiro trimestre de 2013, que corresponde a um aumento de R\$ 5.697 mil, ou 12,5%, em relação ao primeiro trimestre de 2012, em que os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 45.605 mil.

Esse aumento nos custos dos serviços prestados advém, segundo os Diretores da Companhia, de:

- um aumento de R\$ 1.403 mil nos custos com serviços de construção, que totalizaram R\$ 30.428 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2013, comparado a R\$ 29.025 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2012.
- um aumento de R\$4.294 mil nos custos operacionais, principalmente pelo aumento de gastos com manutenção e conservação no montante R\$910 mil e aumento da provisão para manutenção em rodovias no montante de R\$ 2.505 mil.

### Lucro Bruto

Em decorrência dos fatores explicados acima, no trimestre encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia registrou lucro bruto no montante de R\$ 19.387 mil, enquanto que no trimestre encerrado em 31 de março de 2012 o lucro bruto foi de R\$20.051 mil, ou seja, uma redução de R\$ 664 mil.

### Despesas (Receitas) Operacionais

No trimestre encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia registrou despesas operacionais no montante de R\$6.433 mil, enquanto que no trimestre encerrado em 31 de março de 2012, as despesas operacionais totalizaram R\$3.357 mil, ou seja, um aumento de R\$ 3.076 mil, devido, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, ao aumento nas despesas gerais e administrativas, conforme explicado abaixo.

#### Despesas Gerais e Administrativas

No trimestre encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 6.430 mil, enquanto que no trimestre encerrado em 31 de março de 2012 as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 3.358 mil, ou seja, um aumento de R\$ 3.072 mil, devido, principalmente, segundo os Diretores da Companhia, ao reajuste inflacionário de materiais e serviços contratados, além de aumento nos seguros e garantias de operação, exigidas pelo contrato de concessão.

Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Não houve variação significativa nos trimestres comparados, sendo uma despesa líquida de R\$ 3 mil no primeiro trimestre de 2013 comparado a uma receita líquida de R\$ 1 mil no primeiro trimestre de 2012.

### **Lucro Antes das Despesas e Receitas Financeiras**

Em decorrência dos fatores explicados acima, o lucro antes das despesas e receitas financeiras diminuiu 22,4%, passando de R\$ 16.694 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2012 para R\$ 12.954 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2013.

### **Despesas Financeiras**

No trimestre encerrado em 31 de março de 2013, as despesas financeiras totalizaram R\$ 17.103 mil, que corresponde a uma redução de R\$ 4.608 mil em relação ao trimestre encerrado em 31 de março de 2012 em que as despesas financeiras totalizaram R\$ 21.711 mil. A redução dessas despesas, segundo os Diretores da Companhia, deve-se a menor taxa de juros incidente sobre a dívida de curto prazo.

### **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras aumentaram R\$ 3.099 mil, passando de R\$ 668 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2012 para R\$ 3.767 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2013. Este aumento ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, pelo ganho realizado em operação com derivativo, em fevereiro de 2013, no montante de R\$ 3.018 mil.

### **Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Como resultado dos fatores acima expostos, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 4.349 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2012 para R\$ 382 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2013.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e contribuição social passou de uma receita de R\$ 1.310 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2012, para R\$ 47 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2013. Esta variação está relacionada principalmente ao prejuízo apurado nos períodos.

### **Prejuízo do Período**

Em decorrência dos fatores explicados acima, no trimestre encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia obteve um prejuízo líquido de R\$ 335 mil, que representa uma redução de R\$ 2.704 mil em comparação ao trimestre encerrado em 31 de março de 2012, em que o prejuízo líquido foi de R\$ 3.039 mil.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Comparação das demonstrações do resultado para exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos resultados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (valores expressos em milhares de reais).

	<b>31.12.2012</b>	A.V	A.H	<b>31.12.2011</b>	A.V
Receita operacional líquida	<b>275.247</b>	100,0%	13,5%	<b>242.405</b>	100,0%
Custos dos serviços prestados	<b>(182.878)</b>	66,4%	13,1%	<b>(161.748)</b>	66,7%
Lucro bruto	<b>92.369</b>	33,6%	14,5%	<b>80.657</b>	33,3%
Despesas (receitas) operacionais:					
Gerais e administrativas	<b>(22.947)</b>	8,3%	42,1%	<b>(16.154)</b>	6,7%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<b>(143)</b>	0,1%	-380,4%	<b>51</b>	0,0%
	<b>(23.090)</b>	8,4%	43,4%	<b>(16.103)</b>	6,6%
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	<b>69.279</b>	25,2%	7,3%	<b>64.554</b>	26,6%
Despesas financeiras	<b>(87.879)</b>	31,9%	-0,6%	<b>(88.421)</b>	36,5%
Receitas financeiras	<b>9.779</b>	3,6%	27,9%	<b>7.648</b>	3,2%
	<b>(78.100)</b>	28,4%	-3,3%	<b>(80.773)</b>	33,3%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(8.821)</b>	3,2%	-45,6%	<b>(16.219)</b>	6,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>967</b>	0,4%	-80,7%	<b>5.018</b>	2,1%
Prejuízo do exercício	<b>(7.854)</b>	2,9%	-29,9%	<b>(11.201)</b>	4,6%

**Receita Operacional Líquida**

A Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 275.247 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, que corresponde a um aumento de R\$ 32.842 mil, ou 13,5%, em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, em que a receita operacional líquida foi de R\$ 242.405 mil.

Do total de receita líquida tem-se:

- R\$ 172.442 mil foi resultado da receita bruta de arrecadação de pedágio em 2012, comparado a R\$ 158.685 mil em 2011. Segundo a Diretoria da Companhia essa variação positiva de 8,7% deve-se ao reajuste de 5,5% das tarifas de pedágio em julho de 2012, além de 3,2% de crescimento no tráfego;
- R\$ 113.479 mil foi resultado da receita bruta de serviços de construção em 2012, comparado a R\$ 97.350 mil em 2011. Segundo os Diretores da Companhia, essa variação positiva de 16,6% deve-se ao início das obras do Contorno de Piracicaba e à duplicação da SP-101 e SP-308.
- R\$ 4.800 mil foi resultado das receitas acessórias brutas em 2012, comparado a R\$ 580 mil em 2011. Esse aumento de R\$4.220 mil deve-se, segundo os Diretores da Companhia, à assinatura em 2012 do contrato anual de aluguel de fibra ótica com a Embratel;
- R\$ 15.474 mil foi resultado de impostos incidentes sobre os serviços prestados (ISS, PIS e COFINS) em 2012, comparado a R\$ 14.210 mil em 2011.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Custos dos Serviços Prestados**

Os custos de serviços prestados totalizaram R\$182.878 mil em 2012, que corresponde a um aumento de R\$21.130 mil, ou 13,1%, em relação a 2011, em que os custos dos serviços prestados totalizaram R\$161.748 mil.

Esta variação de R\$21.130 mil nos custos dos serviços prestados advém, segundo os Diretores da Companhia, de:

- um aumento de R\$16.129 mil nos custos com serviços de construção, que totalizaram R\$113.479 mil em 2012 comparado a R\$ 97.350 mil em 2011. Esses serviços de construção são relacionados às obras previstas no Contrato de Concessão.
- um aumento de R\$5.001 mil nos custos operacionais, principalmente pelo aumento da provisão para manutenção em rodovias no montante de R\$ 7.540 mil, que foi compensado parcialmente pela redução nos gastos com manutenção e conservação no montante de R\$ 1.844 mil.

### **Lucro Bruto**

Em decorrência dos fatores explicados acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou lucro bruto no montante de R\$92.369 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 o lucro bruto foi de R\$80.657 mil, ou seja, um aumento de R\$ 11.712 mil.

### **Despesas (Receitas) Operacionais**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou despesas operacionais no montante de R\$23.090 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 as despesas operacionais totalizaram R\$16.103 mil, ou seja, um aumento de R\$6.987 mil, devido, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, ao aumento nas despesas gerais e administrativas, conforme explicado abaixo.

#### **Despesas Gerais e Administrativas**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 22.947 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 16.154 mil, ou seja, um aumento de R\$ 6.793 mil, devido, principalmente, segundo os Diretores da Companhia, ao reajuste inflacionário de materiais e serviços contratados, além de aumento nos seguros e garantias de operação, exigidas pelo contrato de concessão.

#### **Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, as outras despesas operacionais foram de R\$ 143 mil enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 houve uma receita de R\$ 51 mil. Essa variação de R\$ 194 mil, segundo os Diretores da Companhia, deve-se basicamente ao pagamento de impostos sobre importação de equipamentos em 2012.

### **Lucro Antes das Despesas e Receitas Financeiras**

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Em decorrência dos fatores explicados acima, o lucro antes das despesas e receitas financeiras aumentou 7,3%, passando de R\$ 64.554 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 69.279 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

### **Despesas Financeiras**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, despesas financeiras totalizaram R\$ 87.879 mil, que corresponde a uma redução de R\$ 542 mil em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 em que as despesas financeiras totalizaram R\$ 88.421 mil. A redução dessas despesas, segundo os Diretores da Companhia, deve-se a menor taxa de juros incidente sobre a dívida de curto prazo.

### **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras aumentaram R\$ 2.131 mil, passando de R\$ 7.648 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 9.779 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Este aumento ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, pelo reconhecimento de ganho em operação com derivativo, em 2012, de R\$ 7.780 mil, cujo impacto foi minimizado pela redução das receitas auferidas com rendimentos sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 5.684 mil (R\$ 7.604 mil em 2011 e R\$ 1.920 mil em 2012).

### **Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Como resultado dos fatores acima expostos, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 16.219 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 8.821 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 5.018 mil em 2011, para R\$ 967 mil em 2012. Esta variação está relacionada, principalmente, ao prejuízo apurado nos exercícios.

### **Prejuízo do Exercício**

Em decorrência dos fatores explicados acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia obteve um prejuízo líquido de R\$ 7.854 mil, que representa uma redução de R\$ 3.347 mil em comparação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, em que o prejuízo líquido foi de R\$ 11.201 mil.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Comparação das nossas demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos resultados da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (valores expressos em milhares de reais).

	<b>31.12.2011</b>	A.V	A.H	<b>31.12.2010</b>	A.V
Receita operacional líquida	<b>242.405</b>	100,0%	40,6%	<b>172.412</b>	100,0%
Custos dos serviços prestados	<b>(161.748)</b>	66,7%	72,9%	<b>(93.572)</b>	54,3%
Lucro bruto	<b>80.657</b>	33,3%	2,3%	<b>78.840</b>	45,7%
Despesas (receitas) operacionais:					
Gerais e administrativas	<b>(16.154)</b>	6,7%	3,9%	<b>(15.547)</b>	9,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	<b>51</b>	0,0%	410,0%	<b>10</b>	0,0%
	<b>(16.103)</b>	6,6%	3,6%	<b>(15.537)</b>	9,0%
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	<b>64.554</b>	26,6%	2,0%	<b>63.303</b>	36,7%
Despesas financeiras	<b>(88.421)</b>	36,5%	35,6%	<b>(65.189)</b>	37,8%
Receitas financeiras	<b>7.648</b>	3,2%	1725,3%	<b>419</b>	0,2%
	<b>(80.773)</b>	33,3%	24,7%	<b>(64.770)</b>	37,6%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(16.219)</b>	6,7%	1005,6%	<b>(1.467)</b>	0,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	0,0%	-100,0%	<b>(372)</b>	0,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>5.018</b>	2,1%	542,5%	<b>781</b>	0,5%
Prejuízo do exercício	<b>(11.201)</b>	4,6%	958,7%	<b>(1.058)</b>	0,6%

**Receita Operacional Líquida**

A Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$242.405 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 que corresponde a um aumento de R\$69.993 mil, ou 40,6%, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em que a receita operacional líquida foi de R\$172.412 mil.

Do total de receita líquida tem-se:

- R\$158.685 mil foi resultado da receita bruta com arrecadação de pedágio em 2011, comparado a R\$147.120 mil em 2010. A variação, segundo os Diretores da Companhia, de R\$11.565 mil ocorreu pelo reajuste das tarifas de pedágio em julho de 2011 pelo IPCA, além do crescimento de 2,2% no tráfego.
- R\$97.350 mil foi resultado da receita bruta dos serviços de construção em 2011, comparado a R\$37.478 mil em 2010. A variação de R\$59.872 mil deve-se, segundo os Diretores da Companhia, principalmente ao início da duplicação da SP-101 e à instalação de fibra ótica em mais de 350km de rodovias.
- R\$580 mil foi resultado das receitas acessórias brutas em 2011, comparado a R\$520 mil em 2010. A variação de R\$60 mil, segundo os Diretores da Companhia, deve-se pelo aumento no transporte de cargas especiais pelas rodovias.
- R\$14.210 mil foi resultado de impostos incidentes sobre os serviços prestados (ISS, PIS e COFINS) em 2011, comparado a R\$12.706 mil em 2010.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$161.748 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, que corresponde a um aumento de R\$68.176 mil, ou 72,9%, em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, em que os custos dos serviços prestados totalizaram R\$93.572 mil.

Esta variação nos custos dos serviços prestados corresponde, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, ao:

- Aumento de R\$ 59.872 mil nos custos de serviços de construção, relacionados às obras previstas no Contrato de Concessão.
- Aumento de R\$ 3.117 mil em despesas com pessoal, decorrente, principalmente, da contratação de 48 funcionários para os SAU's e 10 para operação de radar que não existia em 2010.
- Aumento de R\$ 2.800 mil em despesas com depreciação e amortização, devido ao maior número de obras concluídas.
- Aumento de R\$ 2.437 mil nos gastos com manutenção e conservação.

### Lucro Bruto

Em decorrência dos fatores explicados acima, a Companhia registrou lucro bruto no montante de R\$ 80.657 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 o lucro bruto foi de R\$ 78.840 mil, ou seja, um aumento de R\$ 1.817 mil.

### Despesas (Receitas) Operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou despesas operacionais líquidas no montante de R\$ 16.103 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 as despesas operacionais líquidas foram de R\$ 15.537 mil, ou seja, um aumento de R\$ 566 mil, devido principalmente, segundo os Diretores da Companhia, ao aumento nas despesas gerais e administrativas, conforme explicado abaixo.

#### Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 16.154 mil, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 15.547 mil, ou seja, um aumento de R\$ 607 mil devido, principalmente, ao reajuste inflacionário de materiais e serviços contratados.

#### Outras Receitas Operacionais

Não houve variação significativa nos exercícios comparados, sendo uma receita líquida de R\$ 51 mil em 2011 comparado a uma receita líquida de R\$ 10 mil em 2010.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Lucro Antes das Despesas e Receitas Financeiras**

Em decorrência dos fatores explicados acima, o lucro antes das despesas e receitas financeiras aumentou R\$ 1.251 mil, passando de R\$ 63.303 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 64.554 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

### **Despesas Financeiras**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas financeiras totalizaram R\$ 88.421 mil que corresponde a um aumento de R\$ 23.232 mil em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro 2010, em que as despesas financeiras totalizaram R\$ 65.189 mil. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente do maior volume de recursos captados de terceiros.

### **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras aumentaram R\$ 7.229 mil, passando de R\$ 419 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 7.648 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Este aumento ocorreu, segundo os diretores da Companhia, principalmente, pelas receitas com rendimentos sobre aplicações financeiras decorrentes da aplicação do excesso de caixa captado com a emissão das 2ª Notas Promissórias e que foi utilizado até junho de 2012.

### **Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Como resultado dos fatores acima expostos, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 1.467 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 16.219 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e contribuição social passou de uma receita de R\$ 409 mil em 2010, para R\$ 5.018 mil em 2011. Esta variação está relacionada ao prejuízo apurado nos exercícios.

### **Prejuízo do Exercício**

Em decorrência dos fatores acima expostos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia teve um prejuízo líquido de R\$ 11.201 mil, que representa um aumento de R\$ 10.143 mil em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, em que o prejuízo líquido foi de R\$ 1.058 mil.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****BALANÇO PATRIMONIAL****Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 (valores expressos em milhares de reais).

	<b>31/03/2013</b>	<b>A.V</b>	<b>A.H</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>A.V</b>
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	<b>37.561</b>	4,1%	-21,7%	<b>47.951</b>	5,3%
Contas a receber	<b>10.594</b>	1,1%	-25,0%	<b>14.118</b>	1,6%
Despesas antecipadas	<b>2.265</b>	0,2%	-47,0%	<b>4.273</b>	0,5%
Tributos a recuperar	<b>4.453</b>	0,5%	16,1%	<b>3.834</b>	0,4%
Outros ativos	<b>672</b>	0,1%	45,5%	<b>462</b>	0,1%
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>55.545</b>	6,0%	-21,4%	<b>70.638</b>	7,8%
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	<b>3.716</b>	0,4%	0,0%	<b>3.716</b>	0,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>16.452</b>	1,8%	16,7%	<b>14.094</b>	1,5%
Despesas antecipadas	<b>916</b>	0,1%	-3,7%	<b>951</b>	0,1%
Imobilizado	<b>8.954</b>	1,0%	-2,1%	<b>9.142</b>	1,0%
Intangível	<b>838.986</b>	90,7%	3,4%	<b>811.787</b>	89,2%
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>869.024</b>	94,0%	3,5%	<b>839.690</b>	92,2%
<b>Total do Ativo</b>	<b>924.569</b>	100,0%	1,6%	<b>910.328</b>	100,0%
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores e prestadores de serviços	<b>27.845</b>	3,0%	37,6%	<b>20.241</b>	2,2%
Notas promissórias	<b>604.937</b>	65,4%	0,2%	<b>603.605</b>	66,3%
Credor pela concessão	<b>456</b>	0,0%	-21,1%	<b>578</b>	0,1%
Obrigações tributárias	<b>2.519</b>	0,3%	-13,8%	<b>2.922</b>	0,3%
Obrigações trabalhistas	<b>2.481</b>	0,3%	-30,8%	<b>3.586</b>	0,4%
Instrumento financeiro derivativo	<b>30.251</b>	3,3%	29,0%	<b>23.454</b>	2,6%
Provisões	<b>3.821</b>	0,4%	4,5%	<b>3.658</b>	0,4%
Outros passivos	<b>234</b>	0,0%	-20,9%	<b>296</b>	0,0%
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>672.544</b>	72,7%	2,2%	<b>658.340</b>	72,3%
<b>Não circulante</b>					
Provisões	<b>23.459</b>	2,5%	21,8%	<b>19.266</b>	2,1%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	<b>42.337</b>	4,6%	1,7%	<b>41.615</b>	4,6%
Outros passivos	<b>2.868</b>	0,3%	-1,9%	<b>2.925</b>	0,3%
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>68.664</b>	7,4%	7,6%	<b>63.806</b>	7,0%
<b>Total do passivo</b>	<b>741.208</b>	80,2%	2,6%	<b>722.146</b>	79,3%
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social integralizado	<b>223.578</b>	24,2%	0,0%	<b>223.578</b>	24,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	<b>(15.858)</b>	-1,7%	39,4%	<b>(11.372)</b>	-1,2%
Prejuízos acumulados	<b>(24.359)</b>	-2,6%	1,4%	<b>(24.024)</b>	-2,6%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>183.361</b>	19,8%	-2,6%	<b>188.182</b>	20,7%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>924.569</b>	100,0%	1,6%	<b>910.328</b>	100,0%

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Ativo Circulante**

O ativo circulante totalizou R\$ 55.545 mil em 31 de março de 2013, uma redução de R\$ 15.093 mil se comparado ao total em 31 de dezembro de 2012, que era de R\$ 70.638 mil, principalmente pela redução em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, conforme explicado abaixo.

### **Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 37.561 mil em 31 de março de 2013, uma redução de R\$ 10.390 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 47.951 mil. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente do caixa utilizado pelas atividades de investimento e de financiamento, que foi compensado parcialmente pelo caixa gerado pelas atividades operacionais no primeiro trimestre de 2013.

### **Contas a Receber**

Em 31 de março de 2013, o saldo de contas a receber era de R\$10.594 mil, uma redução de R\$3.524 mil em relação ao saldo de R\$14.118 mil em 31 de dezembro de 2012. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, decorre do recebimento da receita com aluguel de fibra ótica para a Embratel, cujo saldo de contas a receber de receitas acessórias em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 4.446 mil, comparado ao saldo de R\$1 mil em 31 de março de 2013.

### **Despesas Antecipadas**

Em 31 de março de 2013, o saldo de despesas antecipadas era de R\$ 2.265 mil, uma redução de R\$ 2.008 mil comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 4.273 mil. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, é oriunda dos prêmios pagos aos seguros relacionados aos riscos operacionais, aos riscos de engenharia e às garantias sobre arrecadação que são pagos à vista e apropriados no resultado pelo tempo de vigência da apólice.

### **Tributos a recuperar**

O saldo de tributos a recuperar em 31 de março de 2013 era de R\$4.453 mil, comparado ao saldo de tributos a recuperar de R\$ 3.834 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, está relacionado ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos das aplicações financeiras.

### **Outros Ativos**

O saldo de outros ativos em 31 de março de 2013 era de R\$ 672 mil, comparado ao saldo de outros ativos de R\$ 462 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente do maior saldo com adiantamento de férias e empréstimos consignados.

### **Ativo não Circulante**

O ativo não circulante totalizou R\$869.024 mil em 31 de março de 2013, um acréscimo de R\$ 29.334 mil comparado ao total em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 839.690 mil, principalmente, pelo aumento do ativo intangível, conforme explicado abaixo.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Contas a Receber**

O saldo das contas a receber de longo prazo era de R\$3.716 mil em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 e refere-se, segundo os Diretores da Companhia, ao não recebimento das tarifas de pedágio em novembro de 2009, pelo atraso na liberação da ARTESP para a abertura dos pedágios, bem como pela liminar de Conchas que afetou a arrecadação durante três dias. Esse valor é passível de reequilíbrio econômico-financeiro e o pedido já foi feito à ARTESP, encontrando-se sob análise.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

O saldo de imposto de renda e a contribuição social diferidos, em 31 de março de 2013, era de R\$ 16.452 mil, ou seja, um aumento de R\$ 2.358 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 14.094 mil. Este aumento, segundo os Diretores da Companhia, deve-se às diferenças temporárias e aos impostos diferidos registrados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Do total do aumento, R\$ 47 mil foi reconhecido em contrapartida do resultado do período e R\$ 2.311 mil foi reconhecido em contrapartida da rubrica ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

### **Imobilizado**

O saldo em 31 de março de 2013 era de R\$ 8.954 mil, comparado ao saldo de R\$ 9.142 mil em 31 de dezembro de 2012. A redução, segundo os Diretores da Companhia, deve-se, principalmente, à depreciação da nova sede administrativa na Rodovia SP-308 – Comendador Mario Dedini.

### **Intangível**

O ativo intangível aumentou de R\$ 811.787 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 838.986 mil em 31 de março de 2013. O aumento de R\$ 27.199 mil no saldo do ativo intangível ocorreu, segundo os diretores da Companhia, principalmente, pela evolução de obras, tais como o Contorno de Piracicaba e a Duplicação da SP-101 e SP-308, que foi compensado parcialmente pela amortização do ativo intangível no primeiro trimestre de 2013.

### **Passivo Circulante**

O passivo circulante totalizou R\$ 672.544 mil em 31 de março de 2013, um acréscimo de R\$ 14.204 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 658.340 mil. De acordo com os Diretores da Companhia, esse aumento é decorrente, principalmente, pelo aumento de contas a pagar com fornecedores e prestadores de serviços e instrumentos financeiros derivativos, conforme explicado abaixo.

### **Fornecedores e Prestadores de Serviços**

Em 31 de março de 2013, as contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços totalizaram R\$ 27.845 mil, um aumento de R\$ 7.604 mil comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2012 de R\$ 20.241 mil. Esse aumento ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, pelo avanço nas obras executadas pela Companhia.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Notas Promissórias**

O saldo de notas promissórias aumentou de R\$ 603.605 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 604.937 mil em 31 de março de 2013. O aumento ocorreu em função dos juros apropriados no período no montante de R\$ 16.835 mil (desse montante, R\$ 16.035 mil foi reconhecido com despesas financeiras e R\$ 800 mil foi capitalizado no intangível), compensado pelo pagamento trimestral de juros em fevereiro de 2013 no montante de R\$ 15.503 mil.

### **Credor pela Concessão**

Desde outubro de 2010, com a quitação da outorga fixa, o único valor devido pela Companhia ao poder concedente é a outorga variável, calculada em 3% sobre as receitas de pedágio e acessórias a ser paga no mês subsequente à arrecadação. Em 31 de março de 2013, o saldo a pagar ao credor pela concessão era de R\$ 456 mil, comparado ao saldo de R\$ 578 mil em 31 de dezembro de 2012.

### **Obrigações Tributárias**

Em 31 de março de 2013 o saldo das obrigações tributárias era de R\$ 2.519 mil, não tendo ocorrido variações significativas, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 2.922 mil.

### **Obrigações Trabalhistas**

Em 31 de março de 2013, o saldo de obrigações trabalhistas era de R\$ 2.481 mil, uma redução de R\$1.105 mil, comparado ao saldo de R\$ 3.586 mil em 31 de dezembro de 2012, devido, principalmente, ao pagamento da remuneração variável que ocorreu em março de 2013.

### **Instrumento Financeiro Derivativo**

O saldo de instrumento financeiro derivativo aumentou de R\$23.454 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 30.251 mil em 31 de março de 2013. Esse aumento é decorrente da variação do valor justo do contrato de swap de taxa de juros.

### **Provisões**

Em 31 de março de 2013, o saldo de provisões no passivo circulante era de R\$ 3.821 mil comparado ao saldo de R\$ 3.658 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente de reclassificação, de não circulante para circulante, da provisão para investimentos em rodovias devido ao cronograma para execução dessas obras.

### **Outros Passivos**

O saldo de outros passivos em 31 de março de 2013 era de R\$ 234 mil, uma redução de R\$ 62 mil, comparado ao saldo de R\$ 296 mil em 31 de dezembro de 2012. Na opinião dos Diretores da Companhia não houve variação significativa desses saldos.

### **Passivo não Circulante**

O passivo não circulante totalizou R\$ 68.664 mil em 31 de março de 2013, um acréscimo de R\$ 4.858 mil, comparado ao total em 31 de dezembro de 2012, que era de R\$ 63.806 mil,

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

principalmente pelo aumento de provisões e do saldo do mútuo a pagar a partes relacionadas, conforme explicado abaixo.

### Provisões

O saldo de provisões no passivo não circulante aumentou de R\$ 19.266 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 23.459 mil em 31 de março de 2013. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente, principalmente, do aumento na provisão para manutenção de rodovias.

### Mútuos a Pagar a Partes Relacionadas

Em 31 de março de 2013, o saldo de mútuos a pagar a partes relacionadas era de R\$ 42.337 mil, um aumento de R\$ 722 mil, comparado ao saldo de R\$ 41.615 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, refere-se à atualização dos juros sobre o saldo principal.

### Outros Passivos

Em 31 de março de 2013 o saldo de outros passivos era de R\$ 2.868 mil e R\$ 2.925 mil em 31 de dezembro de 2012, não tendo ocorrido variações significativas, segundo os Diretores da Companhia.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido diminuiu 2,6% ou R\$ 4.821 mil, passando de R\$ 188.182 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 183.361 mil em 31 de março de 2013. Essa redução ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, pelo prejuízo reconhecido no trimestre encerrado em 31 de março de 2013 de R\$ 335 mil e pelo reconhecimento de perda sobre hedge de fluxo de caixa (SWAP) apurada no primeiro trimestre de 2013 no montante de R\$ 4.486 mil, líquida os efeitos tributários.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em milhares de reais).

	<b>31/12/2012</b>	<b>A.V</b>	<b>A.H</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>A.V</b>
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	<b>47.951</b>	5,3%	75,3%	<b>27.347</b>	3,5%
Contas a receber	<b>14.118</b>	1,6%	42,5%	<b>9.909</b>	1,3%
Despesas antecipadas	<b>4.273</b>	0,5%	388,9%	<b>874</b>	0,1%
Tributos a recuperar	<b>3.834</b>	0,4%	112,1%	<b>1.808</b>	0,2%
Outros ativos	<b>462</b>	0,1%	-62,4%	<b>1.230</b>	0,2%
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>70.638</b>	7,8%	71,6%	<b>41.168</b>	5,2%
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	<b>3.716</b>	0,4%	0,0%	<b>3.716</b>	0,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>14.094</b>	1,5%	93,9%	<b>7.269</b>	0,9%
Despesas antecipadas	<b>951</b>	0,1%	286,6%	<b>246</b>	0,0%
Imobilizado	<b>9.142</b>	1,0%	40,3%	<b>6.515</b>	0,8%
Intangível	<b>811.787</b>	89,2%	10,7%	<b>733.510</b>	92,6%
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>839.690</b>	92,2%	11,8%	<b>751.256</b>	94,8%
<b>Total do Ativo</b>	<b>910.328</b>	100,0%	14,9%	<b>792.424</b>	100,0%
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores e prestadores de serviços	<b>20.241</b>	2,2%	-4,7%	<b>21.249</b>	2,7%
Notas promissórias	<b>603.605</b>	66,3%	25,4%	<b>481.438</b>	60,8%
Credor pela concessão	<b>578</b>	0,1%	7,2%	<b>539</b>	0,1%
Obrigações tributárias	<b>2.922</b>	0,3%	0,1%	<b>2.920</b>	0,4%
Obrigações trabalhistas	<b>3.586</b>	0,4%	2,3%	<b>3.505</b>	0,4%
Instrumento financeiro derivativo	<b>23.454</b>	2,6%	-	<b>-</b>	0,0%
Provisões	<b>3.658</b>	0,4%	-84,3%	<b>23.248</b>	2,9%
Outros passivos	<b>296</b>	0,0%	7,6%	<b>275</b>	0,0%
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>658.340</b>	72,3%	23,5%	<b>533.174</b>	67,3%
<b>Não circulante</b>					
Provisões	<b>19.266</b>	2,1%	83,8%	<b>10.484</b>	1,3%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	<b>41.615</b>	4,6%	9,0%	<b>38.195</b>	4,8%
Outros passivos	<b>2.925</b>	0,3%	-7,5%	<b>3.163</b>	0,4%
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>63.806</b>	7,0%	23,1%	<b>51.842</b>	6,5%
<b>Total do passivo</b>	<b>722.146</b>	79,3%	23,4%	<b>585.016</b>	73,8%
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social integralizado	<b>223.578</b>	24,6%	0,0%	<b>223.578</b>	28,2%
Ajuste de avaliação patrimonial	<b>(11.372)</b>	-1,2%	-	<b>-</b>	0,0%
Prejuízos acumulados	<b>(24.024)</b>	-2,6%	48,6%	<b>(16.170)</b>	-2,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>188.182</b>	20,7%	-9,3%	<b>207.408</b>	26,2%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>910.328</b>	100,0%	14,9%	<b>792.424</b>	100,0%

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Ativo Circulante**

O ativo circulante totalizou R\$ 70.638 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$ 29.470 mil comparado ao saldo de R\$ 41.168 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente, principalmente do aumento em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, conforme explicado abaixo.

### **Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 47.951 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$ 20.604 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 27.347 mil. Esse acréscimo, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente do caixa gerado pelas atividades operacionais e de financiamento, que foi consumido parcialmente pelas atividades de investimento em 2012.

### **Contas a Receber**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contas a receber era de R\$14.118 mil, um aumento de 42,5% em relação ao saldo de R\$9.909 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, decorre do reconhecimento da receita com aluguel de fibra ótica para a Embratel, cujo saldo de contas a receber de receitas acessórias em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 4.446 mil.

### **Despesas Antecipadas**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de despesas antecipadas era de R\$ 4.273 mil, um acréscimo de R\$3.399 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$874 mil. O acréscimo mencionado, segundo os Diretores da Companhia, é oriundo dos maiores prêmios pagos aos seguros relacionados aos riscos operacionais, aos riscos de engenharia e às garantias sobre arrecadação que são pagos à vista e apropriados no resultado pelo tempo de vigência da apólice.

### **Tributos a recuperar**

O saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2012 era de R\$3.834 mil, comparado ao saldo de tributos a recuperar de R\$1.808 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, está relacionado ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de aplicação financeira.

### **Outros Ativos**

O saldo de outros ativos em 31 de dezembro de 2012 era de R\$462 mil, comparado ao saldo de outros ativos de R\$1.230 mil em 31 de dezembro de 2011. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente ao menor saldo com adiantamento de férias e empréstimos consignados.

### **Ativo não Circulante**

O ativo não circulante totalizou R\$839.690 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$88.434 mil, comparado ao saldo do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2011 de R\$751.256 mil, principalmente, pelo aumento do ativo intangível, conforme explicado abaixo.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Contas a Receber**

O saldo das contas a receber de longo prazo era de R\$3.716 mil em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e refere-se, segundo os Diretores da Companhia, ao não recebimento das tarifas de pedágio em novembro de 2009, pelo atraso na liberação da ARTESP para a abertura dos pedágios, bem como pela liminar de Conchas que afetou a arrecadação durante três dias. Esse valor é passível de reequilíbrio econômico-financeiro e o pedido já foi feito à ARTESP, encontrando-se sob análise.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

O saldo de imposto de renda e a contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 14.094 mil, ou seja, um aumento de R\$ 6.825 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 7.269 mil. Este aumento, segundo os Diretores da Companhia, deve-se às diferenças temporárias e aos impostos diferidos registrados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

### **Imobilizado**

O saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 9.142 mil, comparado ao saldo de R\$ 6.515 mil em 31 de dezembro de 2011. O aumento, segundo os Diretores da Companhia, deve-se, principalmente, à construção da nova sede administrativa na Rodovia SP-308 – Comendador Mario Dedini.

### **Intangível**

O ativo intangível aumentou de R\$ 733.510 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 811.787 mil em 31 de dezembro de 2012. O aumento de R\$ 78.277 mil no saldo do ativo intangível ocorreu, segundo os diretores da Companhia, principalmente, pela conclusão de obras, tais como o recapeamento das rodovias e início de outras como o Contorno de Piracicaba e a Duplicação da SP-101 e SP-308, que foi compensando pela amortização em 2012 de R\$ 13.871 mil.

### **Passivo Circulante**

O passivo circulante totalizou R\$ 658.340 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$ 125.166 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011, de R\$ 533.174 mil, principalmente pelo aumento das notas promissórias de curto prazo com a emissão da quarta série de notas promissórias.

### **Fornecedores e Prestadores de Serviços**

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços totalizaram R\$ 20.241 mil, uma redução de R\$ 1.008 mil, comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2011 de R\$ 21.249 mil. Esta redução ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, pelo término do recapeamento em todas as rodovias administradas pela Companhia.

### **Notas Promissórias**

O saldo de notas promissórias aumentou de R\$ 481.438 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 603.605 mil em 31 de dezembro de 2012. O aumento ocorreu, segundo os Diretores da

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Companhia, principalmente, pela quarta emissão de notas promissórias que foi utilizada para o pagamento da terceira emissão de notas promissórias emitida em dezembro de 2011.

### Credor pela Concessão

Desde outubro de 2010, com a quitação da outorga fixa, o único valor devido pela Companhia ao poder concedente é a outorga variável, calculada em 3% sobre as receitas de pedágio e acessórias a ser paga no mês subsequente à arrecadação. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a pagar ao credor pela concessão era de R\$ 578 mil, comparado ao saldo de R\$ 539 mil em 31 de dezembro de 2011.

### Obrigações Tributárias

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo das obrigações tributárias era de R\$ 2.922 mil, não tendo ocorrido variação significativa, comparando-se ao saldo de R\$2.920 mil em 31 de dezembro de 2011.

### Obrigações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de obrigações trabalhistas era de R\$ 3.586 mil, um aumento de 2,3% comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011, que era de R\$ 3.505 mil, não tendo ocorrido variação significativa.

### Instrumento Financeiro Derivativo

Em 06 de junho de 2012, para mitigar o risco de taxa de juros sobre as notas promissórias, remuneradas pela variação do CDI e spread de 3,7% ao ano, a Companhia contratou, junto ao Banco BTG Pactual S.A., um swap de taxa de juros, no qual a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores das taxas de juros variável (CDI e spread de 3,7%) e fixa de 8,35% (acrescida da variação do IPCA) calculados com base no valor nominal de R\$600.000. Esse swap pretende dar cobertura (hedge) às notas promissórias a pagar, dessa forma, depois de considerar o efeito do swap de taxa de juros, as notas promissórias, que representam 94% do total do passivo exposto ao CDI, estão sujeitas a taxa fixa de juros. Em 01 de outubro de 2012, a Companhia decidiu por aplicar a contabilidade de hedge para o referido contrato, o qual foi designado formalmente como hedge de fluxo de caixa, pois os testes de eficácia demonstraram que esse hedge é altamente eficaz para compensar mudanças nos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2012, a efetividade foi de 96% e o saldo contabilizado como perda não realizada foi de R\$ 23.454 mil com contrapartida em despesas financeiras e no patrimônio líquido da Companhia.

### Provisões

O saldo de provisões em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 3.658 mil, comparado ao saldo de R\$ 23.248 mil em 31 de dezembro de 2011. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente pela redução da provisão para investimentos em rodovias.

### Outros Passivos

O saldo de outros passivos em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 296 mil comparado ao saldo de R\$ 275 mil em 31 de dezembro de 2011. Na opinião dos Diretores da Companhia, não houve variação significativa desses saldos.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Passivo não Circulante**

O passivo não circulante totalizou R\$ 63.806 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$ 11.964 mil, comparado ao saldo de R\$ 51.842 mil em 31 de dezembro de 2011, principalmente pelo aumento das provisões e do mútuo a pagar a partes relacionadas, conforme comentado abaixo.

### **Provisões**

O saldo de provisões no passivo não circulante aumentou de R\$ 10.484 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 19.266 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente do aumento na provisão para manutenção de rodovias.

### **Mútuos a Pagar a Partes Relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de mútuos a pagar a partes relacionadas era de R\$ 41.615 mil, comparado ao saldo de R\$ 38.195 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento de R\$ 3.420 mil, segundo os Diretores da Companhia, refere-se à atualização dos juros sobre o saldo principal.

### **Outros Passivos**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de outros passivos era de R\$ 2.925 mil, comparado ao saldo de R\$ 3.163 mil em 31 de dezembro de 2011, não tendo ocorrido variação significativa, segundo os Diretores da Companhia.

### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido diminuiu 9,3% ou R\$ 19.226 mil, passando de R\$ 207.408 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 188.182 mil em 31 de dezembro de 2012. Essa redução ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, pelo prejuízo reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 7.854 mil e pela perda sobre hedge de fluxo de caixa no montante de R\$ 11.372 mil referente ao contrato de swap de taxa de juros, líquida de efeitos tributários.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 (valores expressos em milhares de reais).

	<b>31/12/2011</b>	<b>A.V</b>	<b>A.H</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>A.V</b>
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	<b>27.347</b>	3,5%	-63,6%	<b>75.125</b>	9,3%
Contas a receber	<b>9.909</b>	1,3%	29,2%	<b>7.669</b>	0,9%
Despesas antecipadas	<b>874</b>	0,1%	-24,8%	<b>1.162</b>	0,1%
Tributos a recuperar	<b>1.808</b>	0,2%	632,0%	<b>247</b>	0,0%
Outros ativos	<b>1.230</b>	0,2%	247,5%	<b>354</b>	0,0%
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>41.168</b>	5,2%	-51,3%	<b>84.557</b>	10,5%
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	<b>3.716</b>	0,5%	0,0%	<b>3.716</b>	0,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>7.269</b>	0,9%	222,9%	<b>2.251</b>	0,3%
Despesas antecipadas	<b>246</b>	0,0%	-	<b>-</b>	0,0%
Imobilizado	<b>6.515</b>	0,8%	297,0%	<b>1.641</b>	0,2%
Intangível	<b>733.510</b>	92,6%	2,5%	<b>715.845</b>	88,6%
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>751.256</b>	94,8%	3,8%	<b>723.453</b>	89,5%
<b>Total do Ativo</b>	<b>792.424</b>	100,0%	-1,9%	<b>808.010</b>	100,0%

	<b>31/12/2011</b>	<b>A.V</b>	<b>A.H</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>A.V</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores e prestadores de serviços	<b>21.249</b>	2,7%	114,2%	<b>9.922</b>	1,2%
Notas promissórias	<b>481.438</b>	60,8%	7,1%	<b>449.472</b>	55,6%
Credor pela concessão	<b>539</b>	0,1%	37,9%	<b>391</b>	0,0%
Obrigações tributárias	<b>2.920</b>	0,4%	37,9%	<b>2.118</b>	0,3%
Obrigações trabalhistas	<b>3.505</b>	0,4%	64,9%	<b>2.125</b>	0,3%
Provisões	<b>23.248</b>	2,9%	-72,6%	<b>84.744</b>	10,5%
Outros passivos	<b>275</b>	0,0%	1275,0%	<b>20</b>	0,0%
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>533.174</b>	67,3%	-2,8%	<b>548.792</b>	67,9%
<b>Não circulante</b>					
Provisões	<b>10.484</b>	1,3%	60,7%	<b>6.525</b>	0,8%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	<b>38.195</b>	4,8%	12,2%	<b>34.057</b>	4,2%
Outros passivos	<b>3.163</b>	0,4%	11614,8%	<b>27</b>	0,0%
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>51.842</b>	6,5%	27,7%	<b>40.609</b>	5,0%
<b>Total do passivo</b>	<b>585.016</b>	73,8%	-0,7%	<b>589.401</b>	72,9%
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social integralizado	<b>223.578</b>	28,2%	0,0%	<b>223.578</b>	27,7%
Prejuízos acumulados	<b>(16.170)</b>	-2,0%	225,4%	<b>(4.969)</b>	-0,6%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>207.408</b>	26,2%	-5,1%	<b>218.609</b>	27,1%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>792.424</b>	100,0%	-1,9%	<b>808.010</b>	100,0%

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Ativo Circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 41.168 mil em 31 de dezembro de 2011, um decréscimo de R\$ 43.389 mil se comparado ao saldo de R\$ 84.557 mil em 31 de dezembro de 2010. Esse decréscimo é decorrente, principalmente da redução de caixa e equivalentes de caixa, conforme explicado abaixo.

### Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 27.347 mil em 31 de dezembro de 2011, um decréscimo de R\$ 47.778 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2010 que era de R\$ 75.125 mil. O principal fator, segundo os Diretores da Companhia, que contribuiu para essa redução é decorrente da utilização do caixa e equivalentes de caixa nas atividades de investimento e de financiamento, que foi compensado parcialmente pelo caixa gerado pelas atividades operacionais em 2011.

### Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de contas a receber era de R\$ 9.909 mil, um aumento de 29,2% em relação ao saldo de R\$ 7.669 mil em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento é decorrente, segundo os Diretores da Companhia, do aumento do saldo de contas a receber com pedágios eletrônicos.

### Despesas Antecipadas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de despesas antecipadas era de R\$ 874 mil que representa uma redução de R\$ 288 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2010 de R\$ 1.162 mil, não tendo ocorrido, segundo os Diretores da Companhia, variação significativa.

### Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 1.808 mil, comparado ao saldo de R\$ 247 mil em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é referente ao imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

### Outros Ativos

O saldo de outros ativos em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 1.230 mil, comparado ao saldo de R\$ 354 mil em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente pelo maior saldo de adiantamento de férias e empréstimos consignados.

### Ativo não Circulante

O ativo não circulante totalizou R\$ 751.256 mil em 31 de dezembro de 2011, um acréscimo de R\$ 27.803 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 723.453 mil. Esse aumento é decorrente, principalmente, pelo aumento do ativo intangível, conforme explicado abaixo.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Contas a Receber

O saldo de contas a receber de R\$ 3.716 mil em 31 de dezembro de 2011 e 2010 refere-se ao não recebimento das tarifas de pedágio em novembro de 2009, pelo atraso na liberação da ARTESP para a abertura dos pedágios, bem como pela liminar de Conchas que afetou a arrecadação durante 3 dias. Esse valor é passível de reequilíbrio econômico-financeiro e o pedido já foi feito à ARTESP e está em análise.

### Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 7.269 mil, ou seja, um aumento de R\$ 5.018 mil em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 2.251 mil. Este aumento, segundo os Diretores da Companhia, deve-se às diferenças temporárias bem como aos impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados em 2011.

### Imobilizado

O saldo do imobilizado em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 6.515 mil, comparado ao saldo de imobilizado de R\$ 1.641 mil em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento é decorrente, principalmente, segundo os Diretores da Companhia, pela construção da nova sede.

### Intangível

O ativo intangível aumentou de R\$ 715.845 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 733.510 mil em 31 de dezembro de 2011. O aumento de R\$ 17.665 mil ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, pela conclusão das obras, tais como acostamentos, SAUs e projetos de duplicação e início de outras como o Contorno de Piracicaba, que foi compensado parcialmente pela amortização do ativo intangível em 2011 no valor de R\$ 12.465 mil.

### Passivo Circulante

O passivo circulante totalizou R\$ 533.174 mil em 31 de dezembro de 2011, um decréscimo de R\$ 15.618 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 548.792 mil, principalmente pela redução do saldo de provisões, que foi compensado parcialmente pelo aumento das notas promissórias, conforme explicado abaixo.

### Fornecedores e Prestadores de Serviços

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços totalizaram R\$ 21.249 mil, um aumento de R\$ 11.327 mil, comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2010 de R\$ 9.922 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, pelo início das obras de acostamento e recapeamento das rodovias concedidas.

### Notas Promissórias

Em 31 de dezembro de 2011, as notas promissórias de curto prazo totalizaram R\$ 481.438 mil, um acréscimo de R\$ 31.966 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 449.472 mil. Este aumento é explicado, segundo os Diretores da Companhia, principalmente pela emissão, em dezembro de 2011, das notas promissórias comerciais da primeira emissão

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

que foram utilizadas para quitar o empréstimo ponte para pagamento da outorga fixa ao Poder Concedente.

### Credor pela Concessão

Em outubro de 2010, com a quitação da outorga fixa, o único valor devido pela Companhia ao poder concedente passou a ser a outorga variável que é calculada com 3% sobre as receitas de pedágio e acessórias a ser paga no mês subsequente a arrecadação. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo credor pela concessão era de R\$ 539 mil, comparado ao saldo de R\$ 391 mil em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento é decorrente, principalmente, do aumento da receita com arrecadação de pedágio.

### Obrigações Tributárias

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo das obrigações tributárias era de R\$ 2.920 mil, e segundo os Diretores da Companhia, não houve variação significativa, comparando ao saldo de R\$ 2.118 mil em 31 de dezembro de 2010.

### Obrigações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de obrigações trabalhistas era de R\$ 3.505 mil, um aumento de R\$ 1.380 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 2.125 mil. Esse aumento ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, principalmente pela maior constituição de provisão para pagamento de remuneração variável aos colaboradores.

### Provisões

O saldo de provisões no passivo circulante diminuiu de R\$ 84.744 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 23.248 mil em 31 de dezembro de 2011. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente, principalmente, pela redução das provisões para investimentos em rodovias.

### Outros Passivos

O saldo de outros passivos em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 275 mil, comparado ao saldo R\$ 20 mil em 31 de dezembro de 2010. Segundo os Diretores da Companhia, não houve variação significativa nos saldos.

### Passivo não Circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 51.842 mil em 31 de dezembro de 2011, um acréscimo de R\$ 11.233 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 40.609 mil, principalmente pelo aumento do saldo de mútuo a pagar a partes relacionadas e aumento nas provisões, conforme explicado abaixo.

### Provisões

O saldo de provisões no passivo não circulante aumentou de R\$ 6.525 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 10.484 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente, segundo os Diretores da Companhia, principalmente do aumento da provisão para demandas judiciais e para manutenção em rodovias.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Mútuos a Pagar com Partes Relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de mútuos a pagar a partes relacionadas era de R\$ 38.195 mil, que representa um aumento de R\$ 4.138 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2010 que foi de R\$ 34.057 mil. Esse aumento é decorrente, segundo os Diretores da Companhia, de juros sobre o saldo principal a pagar.

### **Outros Passivos**

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de outros passivos era de R\$ 3.163 mil, comparado ao saldo de R\$ 27 mil em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento , segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente do recebimento antecipado pelo aluguel de fibra ótica pela GVT assinado em 2011.

### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido diminuiu 5,1% ou R\$ 11.201 mil, passando de R\$ 218.609 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 207.408 mil em 31 de dezembro de 2011. Essa redução é decorrente do prejuízo apurado em 2011.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA****Comparação das demonstrações do fluxo de caixa entre os trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012**

A tabela abaixo apresenta o sumário dos valores relativos à demonstração do fluxo de caixa da Companhia nos trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2012 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	35.804	25.087
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(30.691)	(30.261)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(15.503)</u>	<u>-</u>
Decréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(10.390)	(5.174)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>47.951</u>	<u>27.347</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u><u>37.561</u></u>	<u><u>22.173</u></u>

**Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 35.804 mil no primeiro trimestre de 2013, o que representa um aumento de R\$ 10.717 mil quando comparado ao caixa de R\$ 25.087 mil do primeiro trimestre de 2012. Esse aumento é resultado principalmente da das maiores receitas operacionais com arrecadação de pedágio, e da redução do prejuízo líquido da Companhia de R\$ 3.039 mil no trimestre findo em 31 de março de 2012 para R\$ 335 mil no trimestre findo em 31 de março de 2013.

**Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**

No primeiro trimestre de 2013, houve um caixa utilizado de R\$ 30.691 mil, enquanto que no primeiro trimestre de 2012 o caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 30.261 mil. Esta variação de R\$ 430 mil deve-se, principalmente ao avanço das obras do Contorno de Piracicaba e duplicação da SP-101 e SP-308.

**Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

No primeiro trimestre de 2013, houve um o caixa usado nas atividades de financiamento de R\$ 15.503 mil, enquanto no primeiro trimestre de 2012 não houve caixa utilizado nessa atividade. A variação ocorreu, principalmente, pelo pagamento dos juros da quarta série de notas promissórias em fevereiro de 2013.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Comparação das demonstrações do fluxo de caixa entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

A tabela abaixo apresenta o sumário dos valores relativos à demonstração do fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	85.645	99.679
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(115.891)	(102.777)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	<u>50.850</u>	<u>(44.680)</u>
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	20.604	(47.778)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>27.347</u>	<u>75.125</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>47.951</u></u>	<u><u>27.347</u></u>

**Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 85.645 mil em 2012, o que representa uma redução de R\$ 14.034 mil quando comparado ao caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 99.679 mil em 2011. Esta redução é resultado principalmente da redução do saldo de fornecedores em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2011, devido ao término das obras de recapeamento.

**Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**

Em 2012, houve um caixa utilizado nas atividades de investimento de R\$ 115.891 mil, enquanto que em 2011 o caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 102.777 mil. Esse aumento de R\$ 13.114 mil deve-se, principalmente ao recapeamento da SP-300, SP-101 e SP-308, além das obras do Contorno de Piracicaba e duplicação da SP-101 e SP-308.

**Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

Em 2012, houve um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R\$ 50.850 mil, enquanto em 2011 houve um caixa utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 44.680 mil. A variação ocorreu, principalmente, pela emissão da quarta série de notas promissórias em 2012 para pagamento da terceira série de notas promissórias emitida em dezembro de 2011, que gerou uma maior entrada de caixa em 2012, enquanto que em 2011 houve uma saída maior de caixa para o pagamento de notas promissórias.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Comparação das demonstrações de fluxo de caixa entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

A tabela abaixo apresenta o sumário dos valores relativos à demonstração do fluxo de caixa da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	99.679	70.478
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(102.777)	(34.479)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	<u>(44.680)</u>	<u>29.767</u>
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(47.778)	65.766
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>75.125</u>	<u>9.359</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>27.347</u></u>	<u><u>75.125</u></u>

**Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 99.679 mil em 2011, o que representa um acréscimo de R\$ 29.201 mil quando comparado ao caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 70.478 mil em 2010. Este aumento é decorrente, principalmente, das maiores receitas operacionais da Companhia.

**Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**

Em 2011, houve um caixa utilizado nas atividades de investimento de R\$ 102.777 mil, enquanto que em 2010 o caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 34.479 mil. Esse aumento de R\$ 68.298 mil deve-se, principalmente ao início do recapeamento da SP-300, SP-101 e SP-308, além das obras do Contorno de Piracicaba.

**Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

O caixa líquido usado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 44.680 mil em 2011. Em 2010 houve um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R\$ 29.767 mil. Esta variação é decorrente da emissão da primeira série de notas promissórias mil para quitação do empréstimo ponte e financiamento do CAPEX durante 2011. Em dezembro de 2011 foi emitida a terceira série de notas promissórias que foi utilizada para quitar a segunda série de notas promissórias. E, em 2011, houve o pagamento, em junho e dezembro dos juros da primeira e segunda emissão de notas promissórias que contribuiu para a variação no fluxo de caixa das atividades de financiamento. Enquanto que em 2010, houve a emissão e captação de financiamentos e de mútuos com partes relacionadas e integralização de capital pelo acionistas, e o pagamento do ônus fixo ao credor pela concessão.

**10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2.****a) Resultados das operações da Companhia:****i. descrições de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em abril de 2009, por meio da cobrança de pedágio dos usuários das rodovias. Nos últimos exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012 e no trimestre encerrado em 31 de março de 2013 a receita líquida da Companhia superou seus custos operacionais e despesas gerais e administrativas, apresentando lucro antes das despesas e receitas financeiras nesses períodos.

Apesar do lucro antes das despesas e receitas financeiras, a Companhia teve prejuízo líquido nos últimos três exercícios sociais e no trimestre encerrado em 31 de março de 2013, principalmente em razão das operações financeiras de curto prazo necessárias para pagamento da outorga e dos investimentos iniciais nas rodovias, fato comum em projetos de investimento com essas características.

As receitas de pedágio que provêm do sistema de arrecadação manual são recebidas por meio de 3 (três) meios de pagamento, (i) à vista, por meio de dinheiro e cheque, (ii) por meio de Cartão Visa Vale Pedágio, e (iii) Cupom DBTRANS. As duas últimas modalidades de pagamento com prazo de recebimento de até 30 dias. No trimestre encerrado em 31 de março de 2013, 38% das receitas de pedágio da Companhia procederam dos pagamentos à vista, 3% do Cartão Visa Vale Pedágio e 2% do Cupom DBTRANS.

As receitas de arrecadação de pedágio provenientes do AVI (*Automatic Vehicle Identification*), também conhecido como “Sem Parar”, são recebidas em até 45 dias. No trimestre encerrado em 31 de março de 2013, 57% da receita de pedágio da Companhia procedeu do sistema AVI, mesmo percentual do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, 55% da receita teve essa origem e, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 o percentual foi de 50%. Nos últimos meses, dois novos contratos de arrecadação automática foram assinados, um com a DBTrans e outro com a Conect Car. Esses novos contratos têm repasse das receitas em 4 dias, diferentemente do contrato com o Sem Parar, que prevê repasse das receitas em 45 dias. No entanto, ainda não é possível afirmar o impacto dessa redução do prazo de repasse nas receitas da Concessionárias, pois os sistemas tiveram início de funcionamento em março de 2013. A instalação dos sistemas AVI não reflete em custos para a Companhia, sendo as despesas arcadas pela fornecedora do sistema de identificação automática.

Abertura das Receitas da Companhia (em R\$ mil)	1º Trim/2013	% do Total	2012	% do Total	2011	% do Total	2010	% do Total
Receitas com arrecadação de pedágio	43.398	61,4%	172.442	62,6%	158.685	65,5%	147.120	85,3%
Receitas de serviços de construção (*)	30.428	43,0%	113.479	41,2%	97.350	40,2%	37.478	21,7%
Receitas acessórias	683	1,0%	4.800	1,7%	580	0,2%	520	0,3%
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(3.820)	-5,4%	(15.474)	-5,6%	(14.210)	-5,9%	(12.706)	-7,4%
<b>TOTAL</b>	<b>70.689</b>	<b>100,0%</b>	<b>275.247</b>	<b>100,0%</b>	<b>242.405</b>	<b>100,0%</b>	<b>172.412</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Compensado pelas despesas de construção. De acordo com as práticas contábeis da ICPC 01, elaborada com base na norma de contabilidade internacional IFRIC 12 (Service Concession Arrangements), emitida pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), as concessionárias de serviço público devem reconhecer receitas relativas à prestação de serviços de construção da infraestrutura da concessão, que são, no entanto, compensadas pelos custos de construção. De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Por isso, a Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida, ou seja, a receita de construção é igual à despesa de construção

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

#### *Reajustes das tarifas de pedágio*

As tarifas de pedágio cobradas são um dos fatores fundamentais que influenciam a receita bruta de serviços da Companhia. De acordo com o Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente, em 1º de julho, em função da variação acumulada do IPCA no período de 12 meses que vai de 1º de junho do ano anterior até 31 de maio do ano correspondente. O reajuste em função do IPCA aplicado na tarifa adotada pela Companhia no último ano foi de 5%.

Adicionalmente, as tarifas vigentes nas praças de pedágio localizadas em rodovias de pista simples são reajustadas para tarifas de pista dupla quando a concessionária termina as obras de duplicação no trecho de abrangência do referido pedágio. Para mais detalhes verificar item 7.1 deste formulário de referência.

#### *Crescimento do Tráfego de Veículos e o Crescimento do PIB*

O negócio da Companhia é diretamente associado à evolução e crescimento da economia. A Companhia acredita que a evolução do tráfego em suas rodovias acompanhará futuros crescimentos reais do PIB brasileiro.

#### **b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

#### **c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**  
**10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional:**

A Diretoria da Companhia informa que a Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**

A Diretoria da Companhia informa que a Companhia não possui nem possuiu participação societária em qualquer sociedade.

**c) Eventos ou operações não usuais:**

A Diretoria da Companhia informa que a Companhia não efetuou nenhuma operação não usual nos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 que tenham impactado seus resultados operacionais.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 10.4.**

### **a) Mudanças significativas nas praticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e no trimestre encerrado em 31 de março de 2013.

### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e no trimestre encerrado em 31 de março de 2013.

### **c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

Os diretores da Companhia informam que o relatório de revisão das Informações Trimestrais – ITR relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2013 e os pareceres do auditor independente relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010: (i) não possuem ressalvas e (ii) possuem uma ênfase, que descreve sobre o fato de que em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no trimestre findo em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

Conforme comentado na nota explicativa nº 1 às Informações Trimestrais – ITR e às demonstrações financeiras, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nesses parágrafos de ênfase, a Concessão proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos junto ao mercado. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além dos outros ativos não circulantes, depende do êxito do projeto e da conseqüente geração de resultados positivos futuros.

A Companhia apresentou, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes nos montantes de R\$ 617,0 milhões e R\$ 587,7 milhões, respectivamente, principalmente, pela emissão das Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão, no montante de R\$ 604,9 milhões em 31 de março de 2013 e de R\$ 603,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, que a Companhia pretende liquidar com a obtenção dos recursos financeiros de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes nos montantes de R\$ 492,0 milhões e R\$ 464,2 milhões, respectivamente.

**10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiências e recomendações presentes na elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

- a) **Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

A Diretoria da Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados pela Companhia para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Diretoria da Companhia comenta, ainda, que está atenta às novas tecnologias e investe nos controles da Companhia a fim de aprimorá-los cada vez mais.

- b) **Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:**

A Diretoria da Companhia informa que o relatório dos auditores independentes não incluiu quaisquer recomendações ou observações relacionadas ao sistema de controles internos da Companhia.

**10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

**10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

- a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos):

A Diretoria da Companhia informa que não há qualquer transação relacionada com as operações da Companhia que não se encontre contabilizada nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e nas Informações Trimestrais relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2013.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

A Diretoria da Companhia informa que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

A Diretoria da Companhia informa que este item do Formulário de Referência não é aplicável, uma vez que informou no item 10.8 que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b) natureza e o propósito da operação**

A Diretoria da Companhia informa que este item do Formulário de Referência não é aplicável, uma vez que informou no item 10.8 que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

A Diretoria da Companhia informa que este item do Formulário de Referência não é aplicável, uma vez que informou no item 10.8 que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

## 10.10 - Plano de negócios

### 10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

- a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):**

Os Diretores da Companhia informam que o Contrato de Concessão assinado junto ao Poder Concedente determina os investimentos que a Companhia precisa realizar, seus prazos e montante estimados. Estas obrigações de investimentos podem ser divididas em três fases:

A primeira fase foi o Programa Intensivo Inicial (PII) que se destinou à adequação das condições de tráfego. As intervenções realizadas nesta fase foram: remoção de detritos, lixo e entulho das plataformas, limpeza geral das pistas, acostamento, canteiros centrais e laterais de faixa de domínio; retirada e substituição de dispositivos de segurança avariados; poda do revestimento vegetal que esteja prejudicando a sinalização e em locais como praças de pedágio, balanças e postos de; execução de operação tapa buracos em todas as vias; complementação e limpeza de placas e elementos de sinalização vertical, horizontal e aérea; restauração da sinalização horizontal, com substituição de tachas e tachões; recuperação de placas de sinalização; desobstrução de bueiros e elementos de drenagem superficial; recomposição de defensas e balizadores na aproximação dos encontros das obras de arte especiais; e correção de depressões no pavimento junto às cabeceiras das obras de arte especiais.

A segunda fase iniciou-se em 2010 e engloba os principais investimentos da Companhia durante o prazo da Concessão. Nesta fase destacam-se a construção de 12 SAU's, implantação de acostamentos, instalação de sistema inteligente de gestão de rodovia com câmeras, radares, call box e fibra ótica e, por fim, a construção do Contorno de Piracicaba, as duplicações da SP-101 e SP-308, além da construção de marginais e faixas adicionais.

A terceira fase, que será iniciada em 2017, é uma etapa mais de manutenção do sistema viário concedido e ampliado pela Companhia. Nesta fase destacam-se os recapeamentos, a troca de sistemas e equipamentos e a substituição de elementos de segurança e sinalização.

A Diretoria da Companhia informa, ainda, que, no decorrer dos próximos 5 anos, a estimativa dos investimentos a serem realizados pela Companhia, em cumprimento ao Contrato de Concessão, é de aproximadamente R\$ 529 milhões, em termos reais, sendo que os custos efetivos podem variar significativamente conforme a evolução do mercado, da inflação e outros fatores.

A Diretoria informa que para financiar os investimentos, da fase I descrita acima, a Companhia utilizou o caixa gerado das operações, aportes de capital próprio de seus acionistas e os financiamentos de curto prazo já contratados. Para a fase II serão obtidos recursos de longo prazo no mercado de capitais. E, na fase III, os investimentos serão realizados com recursos próprios, oriundos da arrecadação de pedágio.

- b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:**

**10.10 - Plano de negócios**

A Diretoria da Companhia informa que, até a data deste Formulário de Referência, não há aquisição de plantas, equipamentos ou outros ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

- c) Novos produtos e serviços (indicando a descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços).**

A Diretoria da Companhia informa que, até a data deste Formulário de Referência, não possui novos produtos, serviços ou projetos em desenvolvimento.

## **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

**10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

A Diretoria acredita que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico em relação à Companhia foram divulgadas nos itens acima.

## **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

### **11. PROJEÇÕES**

A Companhia não adota a prática de divulgar projeções operacionais e financeiras, conforme facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480.

## **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

### **11. PROJEÇÕES**

A Companhia não adota a prática de divulgar projeções operacionais e financeiras, conforme facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480.

**12.1 - Descrição da estrutura administrativa****12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO****12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu Estatuto Social e regimento interno:****a) atribuições de cada órgão e comitê**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. A Companhia conta com um Conselho Fiscal de caráter não permanente.

*Conselho de Administração*

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleição.

Compete ao Conselho de Administração, além da orientação geral dos negócios sociais estabelecida por lei e pelo Estatuto Social:

- a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar suas atribuições, observado o que dispõe o Estatuto Social da Companhia e a lei;
- b) aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou sob análise, e quaisquer outros atos;
- d) convocar a Assembleia Geral, sempre que necessário ou exigido por lei;
- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia;
- f) deliberar a aquisição pela própria Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, desde que previamente aprovado pelo Poder Concedente;
- g) homologar o plano de auditoria interna;
- h) examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos pela Companhia;
- i) elaborar, para sua apresentação à Assembleia Geral, o Plano de Negócios da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- j) aprovar previamente à deliberação da Assembleia Geral, a tomada de empréstimos ou financiamentos, bem como a outorga de garantias de qualquer natureza, ou a aprovação de qualquer ato que implique endividamento da Companhia em nível superior ao previsto no Plano de Negócios, submetendo à prévia aprovação do Poder Concedente a contratação de empréstimos ou obrigações com terceiros (i) que tenha como garantia direitos emergentes da Concessão ou ações integrantes do grupo controlador, e (ii) cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão. Garantias de Contratos de Financiamento

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

onde possa ser oferecida em garantia direitos emergentes da Concessão limitar-se-ão ao valor que não comprometa a execução das obras e serviços concedidos. Poderão ser oferecidos em garantia direitos emergentes da Concessão, até o limite em que não se comprometa a execução das obras e serviços concedidos, observadas, para tanto, as disposições contidas nos artigos 28 e 28-A da Lei nº 8.987/95;

k) indicar o Diretor substituto do Diretor Presidente nos casos de ausência ou impedimento temporário, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia;

l) alienação ou oneração de quaisquer bens móveis ou imóveis de cujo valor não supere o montante de R\$ 200 mil;

m) deliberar sobre o aumento do capital social, nos limites do capital autorizado e fixar as condições da emissão de ações e/ou bônus de subscrição, inclusive preço e prazo de integralização; e

n) deliberar sobre o pagamento pela Companhia de juros sobre capital próprio.

### *Diretoria*

A Diretoria da Companhia deve ser composta por 3 (três) Diretores residentes no Brasil, eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos, sendo um deles o Diretor Presidente, o outro o Diretor Administrativo Financeiro e o outro o Diretor de Relações com Investidores, podendo os mesmos ser demitidos *ad nutum*.

A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, competindo-lhe administrar e gerir especialmente:

a) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;

b) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia;

c) na assinatura de correspondências de assuntos rotineiros;

d) no endosso de instrumentos (cheques) destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia;

e) representação da Companhia em juízo;

f) deliberar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país;

g) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

h) assumir obrigações em nome da Companhia até o valor máximo de R\$ 30 mil.

**12.1 - Descrição da estrutura administrativa***Conselho Fiscal*

O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, será composto por 3 (três) membros, e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral que deliberar sua instalação.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal será instalado nos exercícios sociais quando houver pedido neste sentido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, sendo eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará os honorários, de acordo com a lei, e estabelecerá o regulamento interno aplicável a tal órgão.

Até a presente data, o Conselho Fiscal não foi instalado.

**b) data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês**

Até a presente data, o Conselho Fiscal não foi instalado e a Companhia não possui comitês.

**c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

Compete à Diretoria da Companhia representar a Companhia, em juízo ou fora dele, seja ativa ou passivamente, bem como praticar de todos os atos regulares de gestão e os necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitado o disposto na lei e no Estatuto Social, nos limites do Contrato de Concessão.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores possuem os seguintes poderes individuais:

*Diretor Presidente:* Responsável pelas relações externas da Companhia junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, coordenando as atividades das áreas de ouvidoria, jurídica, qualidade e de comunicações e mantendo permanentemente informado o Conselho de Administração sobre as atividades da Companhia; além de ser o responsável pelo atendimento das obrigações oriundas do contrato de concessão. Responsável ainda pela coordenação e condução dos assuntos internos e organizacionais da empresa, bem como supervisão das superintendências de Engenharia de Operações e ainda pelas áreas de planejamento e investimento; possuindo, adicionalmente, os seguintes poderes privativos: a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; b) coordenar e orientar as atividades da Diretoria da Companhia; c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento das operações na Diretoria; e d) exercer outras atribuições atribuídas pelo Conselho de Administração.

*Diretor Administrativo Financeiro:* Responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros da Companhia, bem como pela administração dos seus recursos humanos, informática, transporte, manutenção, materiais e equipamentos. Responsável ainda pela área de natureza contábil, tributária e de controladoria.

**12.1 - Descrição da estrutura administrativa**

*Diretor de Relações com Investidores:* Responsável por prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e, se for o caso, mercado de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, sejam nacionais ou internacionais; bem como manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, cumprindo todos os requisitos, legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas, brasileiras ou estrangeiras, no que lhe for aplicável.

**e) mecanismos de avaliação de desempenho dos Membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais****12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:****a) prazos de convocação**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**b) competências**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**d) identificação e administração de conflitos de interesses**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76**

<b>Exercício Social</b>	<b>Publicação</b>	<b>Jornal - UF</b>	<b>Datas</b>
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	18/03/2013
		Jornal Brasil Econômico - SP	16/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	14/05/2013
		Jornal Brasil Econômico - SP	14/05/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado e Jornal Brasil Econômico - SP	05/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado e Jornal Brasil Econômico - SP	24/04/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - SP	18/06/2011
		Jornal Brasil Econômico - SP	20/06/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado e Jornal Brasil Econômico - SP	19/10/2011

**12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração****12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração:****a) frequência das reuniões**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**  
**12.5 Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
Sebastião Ricardo Carvalho Martins	59	Pertence apenas à Diretoria	14/03/2011	2 anos
272.035.656-53	Engenheiro Civil	10 - Diretor Presidente / Superintendente	14/03/2011	Sim
não há				
Ricardo Jorge Dias de Oliveira	43	Pertence apenas à Diretoria	09/08/2013	2 anos
236.128.098-14	Gestor	12 - Diretor de Relações com Investidores	09/08/2013	Sim
não há				
Alexandre Tujisoki	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	2 anos
051.364.688-40	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/03/2011	Sim
Não há				
Reinaldo Bertin	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	2 anos
269.958.678-15	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011	Sim
não há				
Rafael Negrão Rossi	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	2 anos
158.439.098-08	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2011	Sim
não há				
Antônio José Marques Martins da Graça	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/05/2012	2 anos
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/05/2012	Sim
Não há				
José Renato Ricciardi	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	2 anos
036.616.398-11	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2011	Sim
não há				
Joana Guimarães Seródio Ricciardi	34	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/05/2012	2 anos
000.000.000-00	Gestora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/05/2012	Sim
Não há				
Luis José Donas Vaz Pato	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/10/2012	2 anos
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/10/2012	Sim
Não há				
Wendel da Silva Caleffi	34	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/10/2012	2 anos

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
271.306.078-82	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/10/2012	Sim
Não há				
Tiago de Britto Ribeiro Alves Caseiro	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	2 anos
000.000.000-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2011	Sim
não há				
Augusto José de Melo Faria de Barros	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	2 anos
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011	Sim
não há				
Silmar Roberto Bertin	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	2 anos
015.751.668-79	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011	Sim
não há				
Natalino Bertin	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	2 anos
250.015.238-34	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011	Sim
não há				

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

Sebastião Ricardo Carvalho Martins - 272.035.656-53

O Sr. Martins é formado em Engenharia Civil com especialização em Transportes pela Universidade de São Paulo e Administração de Transportes Intermodais pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalha no setor de infraestrutura há mais de 30 anos com vasta experiência na coordenação de obras cíveis, projetos de engenharia e operação de tráfego, além de inspeção e regulação de concessionárias de rodovias. Atuou, de 1998 a 2010, na Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões dos Serviços Públicos no Âmbito da Secretaria dos Transportes do Governo do Estado de São Paulo – SP como Diretor de Operações, fiscalizando 12 Concessionárias que administram e operam 30 Rodovias no Estado de São Paulo. Desde março de 2011, atua como Diretor-Presidente da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Martins, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Jorge Dias de Oliveira - 236.128.098-14

Ricardo Oliveira é formado em Gestão de Empresa com especialização em económico-financeiras pelo ISG – Portugal. Tem uma carreira profissional com mais de 20 anos, tendo dedicado 10 anos à Banca comercial e de investimento, na área de Corporate, Structured & Project Finance, e outros 10 anos à gestão directa de Sociedades de Propósito Específico, na área de transportes, quer ao nível de gestão directa das áreas Administrativas e Financeiras e Auditoria, quer ao nível do Controlo de Gestão da Holding que as detinha. Actualmente deslocado para São Paulo, Brasil, onde irá assumir a Direcção Administrativa e Financeira da Concessionária Rodovias do Tiete.

A sua experiência na Banca, desde o início ligada à área de financiamento de infraestruturas, foi alavancada com a sua passagem pelo ABN Amro, onde associou novos componentes de Banca de Investimento e de Mercados de Capitais ao financiamento deste tipo de projectos.

A experiência na gestão directa de SPE's de infraestruturas foi obtida em diversos projectos, em diferentes estágios de desenvolvimento e de classes de activos, comissionados em simultâneo. Nos últimos anos dedicou-se à implementação e optimização de modelos de gestão e controlo deste tipo de activos.

De entre os seus projectos mais relevantes destacam-se:

Em 2004, lançou no Mercado de Capitais Internacional uma operação híbrida de sua concepção, que é ainda única no mundo e que resulta da uma combinação de instrumentos de Project Finance, Corporate Finance e de Derivativos numa só operação. "Eiffel #1 FTC", como foi denominada, é uma monetização simultânea de quatro contratos de projecto e construção dentro de estruturas contratuais de project finance, tendo como facto notável obtido notação de rating "Investment grade" quando nenhum dos seus originadores a detinha.

Em 2010, negociou de forma bem sucedida a primeira PPP Rodoviária em Moçambique, denominada "Concessão Nova Ponte de Tete e Estradas". Esta Concessão faz uso de uma Linha de Crédito ao Desenvolvimento entre Países ( Portugal e Moçambique), cujos efeitos foram cedidos à Concessionária, a qual já se encontra a construir a nova Ponte e que irá operar um traçado rodoviário com 700 kms, nos próximos 30 anos.

---

Alexandre Tujisoki - 051.364.688-40

O Sr. Tujisoki é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo, com Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Dom Cabral e MBA em Finanças pela FIPECAFI. O Sr. Tujisoki trabalhou 26 anos no Banco do Brasil em várias posições e assumiu em outubro de 2008 o cargo de Diretor Financeiro da CIBE Participações. É presidente do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê.

O Sr. Tujisoki, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Reinaldo Bertin - 269.958.678-15

O Sr. Reinaldo Bertin, ao lado de seus irmãos, é um dos fundadores do Grupo Bertin, criado há mais de 30 anos na cidade de Lins, interior do Estado de São Paulo. O Grupo Bertin iniciou suas atividades no segmento de agroindústria e, a partir de 2003, expandiu suas operações para os setores de infraestrutura e energia. O Sr. Bertin é suplente do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Bertin, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Rafael Negrão Rossi - 158.439.098-08

O Sr. Rossi é formado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, com mais de 15 anos de experiência no setor de concessões de rodovias. Exerceu inúmeros cargos gerenciais e executivos neste segmento, com destaque para Diretor Executivo da Ascendi Concessões de Transportes, responsável pelo desenvolvimento de negócios, Diretor Executivo da Mota- Engil Concessões de Transportes, responsável pela área administrativa e financeira e Diretor de Project Finance do Grupo Mota-Engil, responsável pela estruturação de PPPs e projetos de concessão. Desde 2008, é Diretor Presidente da Mota Engil Brasil Participações. É membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2009. O Sr. Rossi, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Antônio José Marques Martins da Graça - 000.000.000-00

O Sr. Antônio Martins é vogal do Conselho de Administração do grupo Ascendi desde agosto de 2010. É formado em Engenharia Mecânica e portador de longa experiência no setor da construção nomeadamente na área de infraestrutura. De 1999 a 2001 exerceu o cargo de Diretor geral na Somague, S.A., de 2000 a 2001 foi Presidente do Conselho de Administração da Vialitoral, S.A., tendo de 2001 a 2009 exercido as suas funções profissionais como Administrador da Opway - Engenharia, S.A.

Desde julho de 2009, é vogal do Conselho de Administração da ES Concessões, empresa do Grupo BES voltada para as concessões e parcerias público-privadas em projetos de infraestrutura. Atualmente exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo BES e do Grupo Ascendi sendo no presente Vogal do Conselho de Administração da Ascendi Concessões de Transportes, SGPS, S.A. acumulando também desde agosto de 2010 o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ASCENDI GROUP, SGPS, S.A. É suplente do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Martins, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

José Renato Ricciardi - 036.616.398-11

O Sr. Ricciardi é Administrador Delegado da Autostrade per l'Italia para o Brasil desde 2009; Diretor Presidente da concessionária Triângulo do Sol Auto-estradas S/A desde 1998; Diretor Vice-Presidente da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias desde 2007; Graduado em Administração de Empresas com ênfase em Análise de Sistemas pela Universidade de Ribeirão Preto - 1984; MBA em Controladoria e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - 2001. O Sr. Ricciardi, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Joana Guimarães Seródio Ricciardi - 000.000.000-00

A Sra. Ricciardi é Vice-presidente e membro do Conselho de Administração da Ascendi Group, com o cargo de CFO da empresa. Membro do Conselho de Administração da Esconcessões desde 2012. Integra os quadros do Grupo Banco Espírito Santo há cerca de 10 anos, estando atualmente cedida à ESConcessões. Licenciada em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão. A Sra. Ricciardi, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Luis José Donas Vaz Pato - 000.000.000-00

O Sr. Pato é engenheiro civil licenciado pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, com larga experiência de mais de 30 anos em projetos ferroviários e rodoviários na Europa, África, e América Latina. Faz parte do grupo Mota-Engil há 30 anos, tendo sido de 2001 a 2003 Diretor Geral e Administrador da Área de Produção da Mota & Companhia, AS, acumulando a partir de 2004 a Direção Geral de Infraestruturas da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA até março de 2008. De abril de 2008 até dezembro de 2010 foi o Diretor Geral do Consórcio Mota-Engil/Vinci VCGP/Teixeira Duarte/Somague/MSF/OPWAY para o Projeto de implantação da Rede de Alta Velocidade Ferroviária em Portugal. De janeiro de 2011 até a presente data é Diretor Geral Executivo para o Brasil da Mota-Engil S.A. O Sr. Pato, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Wendel da Silva Caleffi - 271.306.078-82

O Sr. Caleff atuou, nos últimos 5 anos, como (i) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária SPMAR, cuja principal atividade consiste na exploração do trecho Sul do Rodoanel Mario Covas e na construção e exploração do trecho leste do mesmo Rodoanel; (ii) Gerente Financeiro e de RI da Cibe Participações e Empreendimentos S.A., companhia cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) Gerente de Divisão no Banco do Brasil S/A, com atribuições de análise de crédito e gestão da carteira de ativos em operações de Project Finance. O Sr. Caleff, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Tiago de Britto Ribeiro Alves Caseiro - 000.000.000-00

O Sr. Caseiro é administrador executivo da Ascendi Group desde 2008, sendo responsável pela atividade da Companhia na América Latina. É também administrador executivo da ESConcessões, empresa do Grupo Banco Espírito Santo, desde 2008, onde atua, até hoje, no acompanhamento das empresas subsidiárias do Banco e no desenvolvimento de novos projetos. É licenciado em Engenharia e Gestão Industrial pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa, Portugal e obteve o mestrado em Política, Economia e Gestão Internacional pela Universidade Aoyama Gakuin (Tóquio – Japão). É membro do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Caseiro, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Augusto José de Melo Faria de Barros - 000.000.000-00

O Sr. Barros possui longa experiência no setor de construção, particularmente nas áreas rodoviária, estruturas e dragagens sendo administrador da Ascendi SGPS, AS desde 2008, onde assumiu funções idênticas às que já exercia anteriormente na Mota-Engil Concessões de Transportes; administrador da Mota-Engil Concessões de Transportes de 2003 a 2008, tendo como pelouro principal as áreas técnicas e de operação e manutenção, quer na vertente do desenvolvimento de novos negócios quer na vertente do acompanhamento de projectos existentes; administrador da Mota-Engil Internacional de 2000 a 2003, tendo como pelouro a área técnica e comercial, nomeadamente a supervisão da preparação de propostas e o subsequente acompanhamento dos projectos; licenciado em Engenharia Civil Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. É suplente do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Barros, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Silmar Roberto Bertin - 015.751.668-79

O Sr. Silmar Bertin, ao lado de seus irmãos, foi um dos fundadores do Grupo Bertin há mais de 30 anos na cidade de Lins, interior de São Paulo. O Grupo Bertin iniciou suas atividades no segmento de agroindústria e, a partir de 2003, expandiu suas operações para os setores de infraestrutura e energia. É suplente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Bertin, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

---

Natalino Bertin - 250.015.238-34

O Sr. Natalino Bertin, ao lado de seus irmãos, é um dos fundadores do Grupo Bertin, e atualmente é suplente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Bertin, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

## **12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui comitês estatutários, comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## 12.12 - Outras informações relevantes

### 12.12.Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, usuários, fornecedores ou credores. *Accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- manutenção e divulgação de registro informando a quantidade de ações relativas a cada sócio;
- contratação de empresa de auditoria independente para o exame de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- estatuto social claro quanto à: (i) forma de convocação de assembleia geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração.

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

**a) objetivos da política ou prática de remuneração**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**b) composição da remuneração, indicando: i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv) razões que justificam a composição da remuneração**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		1.070.000,00		1.070.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		241.000,00		241.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais (INSS e FGTS)		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		615.000,00		615.000,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>		Os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração não são remunerados. O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros remunerados do órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 e conforme memória de cálculo constante do item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração		1.926.000,00		1.926.000,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		911.000,00		911.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		230.000,00		230.000,00

Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais (INSS e FGTS)		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		403.000,00		403.000,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>		Os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração não são remunerados. O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros remunerados do órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 e conforme memória de cálculo constante do item 13.16 deste Formulário de Referência.		
<b>Total da remuneração</b>		1.544.000,00		1.544.000,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		909.000,00		909.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		229.000,00		229.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais (INSS e FGTS)		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		457.000,00		457.000,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>		Os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração não são remunerados. O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros remunerados do órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 e conforme memória de cálculo constante do item 13.16 deste Formulário de Referência.		
<b>Total da remuneração</b>		1.595.000,00		1.595.000,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		728.000,00		728.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		195.000,00		195.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais (INSS e FGTS)		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		407.000,00		407.000,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00

<b>Observação</b>		Os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração não são remunerados. O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros remunerados do órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 e conforme memória de cálculo constante do item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração		1.330.000,00		1.330.000,00

**13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**    **13.3**    **Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**  
**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores, conselheiros fiscais ou órgão de controle, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.** 13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a**

**13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções** compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**  
Em os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

Nº de membros
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.** apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas, aos controladores da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos seus acionistas controladores, diretos e indiretos.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, referida por órgão que não a função que ocupam** reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**13.16 - Outras informações relevantes****13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2013, a Companhia apresenta abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, memória de cálculo do número de membros de cada órgão apresentado no quadro 13.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais:

Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2013:

**Conselho de Administração**

<b>MÊS</b>	<b>Nº de membros*</b>
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
<b>Média</b>	<b>0,00</b>

\* Considera o número de membros remunerados do Conselho de Administração. Como os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, ou seja, como nenhum dos membros (titulares ou suplentes) do Conselho de Administração receberá qualquer remuneração no exercício, o número de membros considerados para o cálculo é zero.

**Diretoria**

<b>MÊS</b>	<b>Nº de membros</b>
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
<b>Média</b>	<b>2,00</b>

**13.16 - Outras informações relevantes**Exercício social que encerrado em 31 de dezembro de 2012:**Conselho de Administração**

<b>MÊS</b>	<b>Nº de membros*</b>
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
<b>Média</b>	<b>0,00</b>

\* Considera o número de membros remunerados do Conselho de Administração. Como os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, ou seja, como nenhum dos membros (titulares ou suplentes) do Conselho de Administração recebeu qualquer remuneração no exercício, o número de membros considerados para o cálculo é zero.

**Diretoria**

<b>MÊS</b>	<b>Nº de membros</b>
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
<b>Média</b>	<b>2,00</b>

**13.16 - Outras informações relevantes**Exercício social que encerrado em 31 de dezembro de 2011:**Conselho de Administração\***

<b>MÊS</b>	<b>Nº de membros</b>
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
<b>Média</b>	<b>0,00</b>

\* Considera o número de membros remunerados do Conselho de Administração. Como os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, ou seja, como nenhum dos membros (titulares ou suplentes) do Conselho de Administração recebeu qualquer remuneração no exercício, o número de membros considerados para o cálculo é zero.

**Diretoria**

<b>MÊS</b>	<b>Nº de membros</b>
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
<b>Média</b>	<b>2,00</b>

**13.16 - Outras informações relevantes**Exercício social que encerrado em 31 de dezembro de 2010:**Conselho de Administração**

<b>MÊS</b>	<b>Nº de membros*</b>
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
<b>Média</b>	<b>0,00</b>

\* Considera o número de membros remunerados do Conselho de Administração. Como os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, ou seja, como nenhum dos membros (titulares ou suplentes) do Conselho de Administração recebeu qualquer remuneração no exercício, o número de membros considerados para o cálculo é zero.

**Diretoria**

<b>MÊS</b>	<b>Nº de membros</b>
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
<b>Média</b>	<b>2,00</b>

**14.1 - Descrição dos recursos humanos****14. RECURSOS HUMANOS****14.1 Descrever os recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:**

## a) Número de empregados

Local	31/03/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	Atividade
Sede	92	92	77	71	Administrativo
P1 - SP101 Elias Fausto	22	22	22	22	Pedágio
P2 - SP101 Rafard	17	16	16	16	Pedágio
P3 - SP300 Conchas	17	17	17	17	Pedágio
P4 - SP300 Anhembi	18	18	18	18	Pedágio
P5 - SP300 Botucatu	33	33	33	33	Pedágio
P6 - SP300 Areiópolis	31	31	31	31	Pedágio
P7 - SP300 Agudos	34	34	34	34	Pedágio
P8 - SP308 Salto	19	19	19	19	Pedágio
P9 - SP308 Rio Das Pedras	19	20	20	20	Pedágio
SAU 1 - Monte mor	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 2 - Capivari	3	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 3 - Rafard	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 4 - Elias Fausto	3	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 5 - Rio das Pedras	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 6 - Laranjal Paulista	3	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 7 - Conchas	4	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 8 - Anhembi	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 9 - Botucatu	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 10 - Lençóis Paulista	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 11 - Agudos	3	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 12 - Botucatu	4	4	4	4	SAU - Atendentes
Outros	70	56	69	48	(Inspetores de Tráfego, Operadores de Radar, Manutenção e Balança
<b>Total</b>	<b>416</b>	<b>401</b>	<b>399</b>	<b>372</b>	

## b) número de terceirizados

A companhia possui mais de 640 colaboradores terceirizados, contratados por empresas que prestam serviços de conservação, manutenção, além das principais obras como o contorno de Piracicaba e as duplicações da SP-101 e SP-308. Todos os serviços são realizados dentro do Estado de São Paulo.

## c) índice de rotatividade

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

#### **14.1 - Descrição dos recursos humanos**

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

### **14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

#### **14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados da Companhia, informando:**

- a) política de salários e remuneração variável; e b) política de benefícios

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

- c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações

## **14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

### **14.4 Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos.**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Ascendi International Holding B.V.</b>						
14.382.914/0001-79	Holandesa	Sim	Sim	16/12/2011		
	11.178.923.798	50,000000%	0	0,000000%	11.178.923.798	50,000000%
<b>Atlantia Bertin Concessões S.A.</b>						
15.019.567/0001-87	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/07/2013		
	11.178.923.797	50,000000%	0	0,000000%	11.178.923.797	50,000000%
<b>OUTROS</b>						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
<b>TOTAL</b>						
	22.357.847.595	100,000000%	0	0,000000%	22.357.847.595	100,000000%

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Ascendi International Holding B.V.				14.382.914/0001-79	
Ascendi Group SGPS, S.A.					
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900	
900	100,000000	0	0,000000	900	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
900	100,000000	0	0,000000	900	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Atlantia Bertin Concessões S.A.				15.019.567/0001-87	
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
339.091.238	100,000000	0	0,000000	339.091.238	100,000000
<b>Triângulo do Sol Participações S.A.</b>					
15.296.110/0001-10	Brasileira-SP	Não	Sim	29/06/2012	
339.091.238	100,000000	0	0,000000	339.091.238	100,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Ascendi Group SGPS, S.A.</b>						
<b>ESConcessões, SGPS, S.A.</b>						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
6.666.666	40,000000	0	0,000000	6.666.666	40,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Mota Engil, SGPS S.A.</b>						
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900		
10.000.000	60,000000	0	0,000000	10.000.000	60,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>16.666.666</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>16.666.666</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Triângulo do Sol Participações S.A.				15.296.110/0001-10	
Infra Bertin Participações S.A.					
15.019.317/0001-47	Brasileira-SP	Não	Sim	29/06/2012	
1.027.052.252	100,000000	0	0,000000	1.027.052.252	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.027.052.252	100,000000	0	0,000000	1.027.052.252	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Infra Bertin Participações S.A.				15.019.317/0001-47		
<b>Autostrade Concessoes e Participacoes Brasil Ltda</b>						
02.530.164/0001-56	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/06/2012		
100.002	50,000001	0	0,000000	100.002	50,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.</b>						
13.516.097/0001-31	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/06/2012		
100.000	49,999999	0	0,000000	100.000	49,999999	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>200.002</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>200.002</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Mota Engil, SGPS S.A.</b>						
<b>Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.</b>						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
30.538.198	23,011170	0	0,000000	30.538.198	23,011170	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota</b>						
	Portuguesa	Não	Não			
5.257.005	3,913600	0	0,000000	5.257.005	3,913600	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos</b>						
	Portuguesa	Não	Não			
3.675.066	2,769306	0	0,000000	3.675.066	2,769306	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles</b>						
	Portuguesa	Não	Não			
4.231.630	3,188690	0	0,000000	4.231.630	3,188690	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Mota Engil, SGPS S.A.</b>					
<b>Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
3.746.836	2,823387	0	0,000000	3.746.836	2,823387
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Mota Gestão e Participações SGPS, S.A.</b>					
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900	
85.229.078	64,223400	0	0,000000	85.229.078	64,223400
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Outros</b>					
		Não	Não		
29.300	0,070447	0	0,000000	29.300	0,070447
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
132.707.113	100,000000	0	0,000000	132.707.113	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>ESConcessões, SGPS, S.A.</b>					
<b>OUTROS</b>					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
<b>TOTAL</b>					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.</b>					
<b>Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
1.666	16,660000	0	0,000000	1.666	16,660000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
1.078	10,780000	0	0,000000	1.078	10,780000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
1.078	10,780000	0	0,000000	1.078	10,780000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
1.078	10,780000	0	0,000000	1.078	10,780000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.</b>						
<b>Mota Gestão e Participações SGPS S.A.</b>						
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900		
5.100	51,000000	0	0,000000	5.100	51,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>10.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>10.000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Autostrade Concessoes e Participacoes Brasil Ltda				02.530.164/0001-56	
<b>Autostrade dell'Atlantico S.r.l.</b>					
14.910.438/0001-11	Italiana-SP	Não	Sim	30/09/2012	
287.000.000	48,000000	0	0,000000	287.000.000	48,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Autostrade Holding do Sur S.A.</b>					
10.935.316/0001-29	Brasileira-SP	Não	Não	30/09/2012	
130.500.001	22,000000	0	0,000000	130.500.001	22,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Autostrade Portugal - Concessoes de Infraestruturas (ATPCI), S.A.</b>					
05.519.601/0001-29	Brasileira-SP	Não	Não	30/09/2012	
181.590.862	30,000000	0	0,000000	181.590.862	30,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>	<b>599.090.863</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>599.090.863</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.				13.516.097/0001-31		
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.						
09.376.519/0001-43	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/06/2012		
72.770.000	72,770000	0	0,000000	72.770.000	72,770000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
Kandarpa Empreendimentos e Participações S.A.						
11.868.592/0001-84	Brasileira-SP	Sim	Não	29/06/2012		
27.230.000	27,230000	0	0,000000	27.230.000	27,230000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Mota Gestão e Participações SGPS, S.A.</b>					
<b>Antonio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
517.500	8,625000	0	0,000000	517.500	8,625000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.</b>					
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900	
4.200.000.000	70,000000	0	0,000000	4.200.000.000	70,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Mota Gestão e Participações SGPS, S.A.</b>					
<b>Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
4.201.800.000	100,000000	0	0,000000	4.201.800.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.				14.910.438/0001-11		
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
	Italiana	Não	Sim	08/01/2009		
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade Holding do Sur S.A.				10.935.316/0001-29		
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.						
	Italiana	Não	Não	10/06/2009		
999.999	99,999999	0	0,000000	999.999	99,999999	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	10/06/2009		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>1.000.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Autostrade Portugal - Concessoes de Infraestruturas (ATPCI), S.A.				05.519.601/0001-29	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.					
	Italiana	Não	Sim	24/06/2009	
6.000.000	100,000000	0	0,000000	6.000.000	100,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.000.000	100,000000	0	0,000000	6.000.000	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>CIBE Participações e Empreendimentos S.A.</b>				<b>09.376.519/0001-43</b>		
<b>Fernando Antonio Bertin</b>						
001.854.238-76	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Heber Participações S.A.</b>						
01.523.814/0001-73	Brasileira-SP	Não	Sim	01/02/2011		
588.879.586	99,999996	0	0,000000	588.879.586	99,999996	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Natalino Bertin</b>						
250.015.238-34	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Reinaldo Bertin</b>						
269.958.678-15	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.				09.376.519/0001-43		
<b>Reinaldo Bertin</b>						
269.958.678-15	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Silmar Roberto Bertin</b>						
015.751.668-79	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>588.879.590</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>588.879.590</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.</b>					
<b>Antonio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
19.115	38,230000	0	0,000000	19.115	38,230000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meirelles</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.</b>					
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Kandarpa Empreendimentos e Participações S.A</b>				<b>11.868.592/0001-84</b>		
<b>Fernanda Tarallo Libertini</b>						
284.785.868-73	Brasileira	Não	Não			
1	0,100000	0	0,000000	1	0,100000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.</b>						
11.700.878/0001-56	Brasileira-SP	Não	Sim	21/10/2010		
999	99,900000	0	0,000000	999	99,900000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>1.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Mota Gestão e Participações SGPS S.A.</b>					
<b>Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
517.500	8,625000	0	0,000000	517.500	8,625000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.</b>					
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900	
4.200.000	70,000000	0	0,000000	4.200.000	70,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Mota Gestão e Participações SGPS S.A.</b>					
<b>Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
6.000.000	100,000000	0	0,000000	6.000.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.						
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	08/01/2009		
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.						
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
	Italiana	Não	Sim	08/01/2009		
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Autostrade per l'Italia S.p.A.</b>						
<b>Atlantia S.p.A.</b>						
	Italiana	Não	Sim	31/03/2008		
662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>662.027.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>662.027.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Autostrade per l'Italia S.p.A.</b>						
<b>Atlantia S.p.A.</b>						
	Italiana	Não	Sim	31/03/2008		
662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>662.027.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>662.027.000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.</b>					
<b>Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
19.115	38,230000	0	0,000000	19.115	38,230000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa</b>					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.</b>					
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Heber Participações S.A.				01.523.814/0001-73	
<b>Gestão e Crescimento I Fundo de Investimento em Participações</b>					
13.451.285/0001-29	Brasileira-SP	Não	Sim	01/02/2011	
87.252.936	100,000000	0	0,000000	87.252.936	100,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>	87.252.936	100,000000	0	0,000000	87.252.936 100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				11.700.878/0001-56	
<b>Carolina Tarallo</b>					
287.994.948-33	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Douglas Tarallo</b>					
948.054.588-87	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Fernando Tarallo Libertini</b>					
284.785.868-73	Brasileira	Não	Sim		
1.904	95,200000	0	0,000000	1.904	95,200000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Geraldo José Tarallo</b>					
582.487.818-87	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				11.700.878/0001-56	
<b>Maria Marisol Tarallo Leal</b>					
082.645.658-83	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Rosemay de Fátima Tarallo</b>					
082.219.098-23	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Sueli Aparecida Tarallo Libertini</b>					
025.054.818-65	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>2.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>2.000</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Atlantia S.p.A.</b>					
<b>Fondazione Cassa di Risparmio di Torino</b>					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
40.086.897	6,057000	0	0,000000	40.086.897	6,057000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
314.586.509	47,533000	0	0,000000	314.586.509	47,533000
<b>Sintonia S.p.A.</b>					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
307.154.185	46,410000	0	0,000000	307.154.185	46,410000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>661.827.591</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>661.827.591</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Atlantia S.p.A.</b>					
<b>Fondazione Cassa di Risparmio di Torino</b>					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
40.086.897	6,057000	0	0,000000	40.086.897	6,057000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
314.586.509	47,533000	0	0,000000	314.586.509	47,533000
<b>Sintonia S.p.A.</b>					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
307.154.185	46,410000	0	0,000000	307.154.185	46,410000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>661.827.591</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>661.827.591</b>
					<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Autostrade per l'Italia S.p.A.</b>						
<b>Atlantia S.p.A.</b>						
	Italiana	Não	Sim	31/03/2008		
662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>662.027.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>662.027.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Autostrade per l'Italia S.p.A.</b>						
<b>Atlantia S.p.A.</b>						
	Italiana	Não	Sim	31/03/2008		
662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>662.027.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>662.027.000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Gestão e Crescimento I Fundo de Investimento em Participações</b>				<b>13.451.285/0001-29</b>	
<b>BERF Participações S/A</b>					
07.463.851/0001-10	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666667	0	0,000000	216	16,666667
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>JBF Participações S/A</b>					
09.420.237/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666667	0	0,000000	216	16,666667
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>JUFERB Participações S/A.</b>					
09.352.199/0001-91	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666666	0	0,000000	216	16,666666
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Reivo participações Ltda.</b>					
03.370.190/0001-27	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666666	0	0,000000	216	16,666666
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Gestão e Crescimento I Fundo de Investimento em Participações</b>				<b>13.451.285/0001-29</b>	
<b>Reivo participações Ltda.</b>					
03.370.190/0001-27	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666666	0	0,000000	216	16,666666
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>SRB Participações S/A.</b>					
09.352.093/0001-98	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666667	0	0,000000	216	16,666667
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>1.296</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.296 100,000000</b>
<b>Viamar Participações S/A</b>					
09.352.086/0001-96	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666667	0	0,000000	216	16,666667
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Atlantia S.p.A.</b>					
<b>Fondazione Cassa di Risparmio di Torino</b>					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
40.086.897	6,057000	0	0,000000	40.086.897	6,057000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
314.586.509	47,533000	0	0,000000	314.586.509	47,533000
<b>Sintonia S.p.A.</b>					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
307.154.185	46,410000	0	0,000000	307.154.185	46,410000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>661.827.591</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>661.827.591</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Atlantia S.p.A.</b>					
<b>Fondazione Cassa di Risparmio di Torino</b>					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
40.086.897	6,057000	0	0,000000	40.086.897	6,057000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
314.586.509	47,533000	0	0,000000	314.586.509	47,533000
<b>Sintonia S.p.A.</b>					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
307.154.185	46,410000	0	0,000000	307.154.185	46,410000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>661.827.591</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>661.827.591</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BERF Participações S/A				07.463.851/0001-10	
<b>Claudia M. Frare Bertin Paiva</b>					
145.922.388-85	Brasileira	Não	Não		
63.094.503	8,240000	0	0,000000	63.094.503	8,240000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Fernando H. Frare Bertin</b>					
215.489.758-42	Brasileira	Não	Não		
63.094.503	8,240000	0	0,000000	63.094.503	8,240000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Juracy Frare Bertin</b>					
061.826.398-57	Brasileira	Não	Não		
576.301.713	75,280000	0	0,000000	576.301.713	75,280000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Mario H. Frare Bertin</b>					
174.079.598-97	Brasileira	Não	Não		
63.094.503	8,240000	0	0,000000	63.094.503	8,240000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>BERF Participações S/A</b>				<b>07.463.851/0001-10</b>	
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
765.585.222	100,000000	0	0,000000	765.585.222	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>JBF Participações S/A</b>				<b>09.420.237/0001-04</b>	
<b>Cleonice Espelho Verona Bertin</b>					
094.935.948-31	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>João Bertin Filho</b>					
711.616.358-15	Braileira	Não	Sim		
765.582.220	99,999999	0	0,000000	765.582.220	99,999999
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>	<b>765.582.221</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>765.582.221</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>JUFERB Participações S/A.</b>				<b>09.352.199/0001-91</b>	
<b>Fernanda Pereira Bertin</b>					
262.015.608-40	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Natalino Bertin</b>					
250.015.238-34	Brasileira	Não	Sim		
765.582.221	99,999998	0	0,000000	765.582.221	99,999998
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Natalino Bertin Júnior</b>					
289.745.938-74	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>	<b>765.582.223</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Reivo participações Ltda.				03.370.190/0001-27	
<b>Giovani Prado bertin</b>					
117.869.098-98	Brasileira	Não	Não		
10.180.301	22,000000	0	0,000000	10.180.301	22,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Reinaldo Bertin</b>					
269.958.678-15	Brasileira	Não	Não		
5.928.170	12,000000	0	0,000000	5.928.170	12,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Renato prado Bertin</b>					
117.868.838-05	Brasileira	Não	Não		
10.180.301	22,000000	0	0,000000	10.180.301	22,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Roberta Bertin Barros</b>					
117.868.978-65	Brasileira	Não	Não		
10.180.300	22,000000	0	0,000000	10.180.300	22,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Reivo participações Ltda.				03.370.190/0001-27	
<b>Roberta Bertin Barros</b>					
117.868.978-65	Brasileira	Não	Não		
10.180.300	22,000000	0	0,000000	10.180.300	22,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Rubia Bertin Diniz Junqueira</b>					
117.868.988-37	Brasileira	Não	Não		
10.180.300	22,000000	0	0,000000	10.180.300	22,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>46.649.372</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>46.649.372</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Sintonia S.p.A.</b>						
<b>Edizione S.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Sim	26/06/2012		
930.000	70,000000	0	0,000000	930.000	70,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Mediobanca - Banca di Credito Finanziario</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
83.272	6,000000	0	0,000000	83.272	6,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Pacific Mezz Investco S.a.r.l.</b>						
	italiana	Sim	Não	26/06/2012		
184.529	14,000000	0	0,000000	184.529	14,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Sinatra S.a.r.l.</b>						
	italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Sintonia S.p.A.</b>						
<b>Sinatra S.a.r.l.</b>						
	italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>1.337.550</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.337.550</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Sintonia S.p.A.</b>						
<b>Edizione S.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Sim	26/06/2012		
930.000	70,000000	0	0,000000	930.000	70,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Mediobanca - Banca di Credito Finanziario</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
83.272	6,000000	0	0,000000	83.272	6,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Pacific Mezz Investco S.a.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
184.529	14,000000	0	0,000000	184.529	14,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Sinatra S.a.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Sintonia S.p.A.</b>						
<b>Sinatra S.a.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>1.337.550</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.337.550</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SRB Participações S/A.				09.352.093/0001-98	
<b>José Henrique Santana Bertin</b>					
366.369.018-02	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Silmar Roberto Bertin</b>					
015.751.668-79	Brasileira	Não	Sim		
765.582.222	99,999999	0	0,000000	765.582.222	99,999999
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>765.582.223</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>765.582.223</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Viamar Participações S/A				09.352.086/0001-96	
<b>Aline Granado Bertin</b>					
342.421.568-63	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Fernando Antonio Bertin</b>					
001.854.238-76	Brasileira	Não	Sim		
765.582.220	99,999997	0	0,000000	765.582.220	99,999997
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Maria Granado Bertin Vergílio</b>					
308.811.578-21	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>	<b>765.582.223</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>765.582.223</b>
					<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Viamar Participações S/A				09.352.086/0001-96	
Vitor Granado Bertin					
346.065.088-50	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Edizione S.r.l.</b>						
<b>Carlo Benetton</b>						
	italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Evoluzione S.p.A.</b>						
	italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Gilberto Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Giuliana Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Edizione S.r.l.</b>					
<b>Luciano Benetton</b>					
	Italiana	Não	Não		
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
285.000.000	19,000000	0	0,000000	285.000.000	19,000000
<b>Proposta S.r.l.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Regia S.r.l.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Ricerca S.p.A.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>1.500.000.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.500.000.000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Edizione S.r.l.</b>						
<b>Carlo Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Evoluzione S.p.A.</b>						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Gilberto Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Giuliana Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Edizione S.r.l.</b>					
<b>Luciano Benetton</b>					
	Italiana	Não	Não		
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
285.000.000	19,000000	0	0,000000	285.000.000	19,000000
<b>Proposta S.r.l.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Regia S.r.l.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Ricerca S.p.A.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>1.500.000.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.500.000.000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Sintonia S.p.A.</b>						
<b>Edizione S.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Sim	26/06/2012		
930.000	70,000000	0	0,000000	930.000	70,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Mediobanca - Banca di Credito Finanziario</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
83.272	6,000000	0	0,000000	83.272	6,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Pacific Mezz Investco S.a.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
184.529	14,000000	0	0,000000	184.529	14,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Sinatra S.a.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Sintonia S.p.A.</b>						
<b>Sinatra S.a.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>1.337.550</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.337.550</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Sintonia S.p.A.</b>						
<b>Edizione S.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Sim	26/06/2012		
930.000	70,000000	0	0,000000	930.000	70,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Mediobanca - Banca di Credito Finanziario</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
83.272	6,000000	0	0,000000	83.272	6,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Pacific Mezz Investco S.a.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
184.529	14,000000	0	0,000000	184.529	14,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Sinatra S.a.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Sintonia S.p.A.</b>						
<b>Sinatra S.a.r.l.</b>						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>1.337.550</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.337.550</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Edizione S.r.l.</b>						
<b>Carlo Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Evoluzione S.p.A.</b>						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Gilberto Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Giuliana Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Edizione S.r.l.</b>					
<b>Luciano Benetton</b>					
	Italiana	Não	Não		
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
285.000.000	19,000000	0	0,000000	285.000.000	19,000000
<b>Proposta S.r.l.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Regia S.r.l.</b>					
	italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Ricerca S.p.A.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>1.500.000.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.500.000.000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Edizione S.r.l.</b>						
<b>Carlo Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Evoluzione S.p.A.</b>						
	italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Gilberto Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Giuliana Benetton</b>						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Edizione S.r.l.</b>					
<b>Luciano Benetton</b>					
	Italiana	Não	Não		
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
285.000.000	19,000000	0	0,000000	285.000.000	19,000000
<b>Proposta S.r.l.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Regia S.r.l.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Ricerca S.p.A.</b>					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>1.500.000.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.500.000.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	30/04/2013
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	2
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	0	0,000000%

#### **15.4 - Organograma dos acionistas**

**15.4. Caso a Companhia deseje, inserir organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

**15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou de qualquer acordo de acionistas do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia, indicar: (a) partes, (b) data de celebração, (c) prazo de vigência, (d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle, (e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, (f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las e (g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia**  
**15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **15.7 - Outras informações relevantes**

### **15.7. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes**

A Atlantia S.p.A, acionista indireta da Companhia, é uma companhia de capital difuso, que possui *float* de 48% e participação relevante da Edizione S.r.L que, da mesma forma, não possui um acionista controlador nem bloco de controle definido. Em ambas as empresas inexistem acordos de acionistas regulando o direito de voto.

O mesmo ocorre com a Heber Participações S.A. e a Reivo Participações S.A., ambas empresas em que existem acionistas relevantes membros de uma família (na primeira indiretamente e na segunda diretamente) que, no entanto, não estão vinculados por acordo de acionistas. São empresas que não possuem um acionista controlador nem bloco de controle definido.

A FM Sociedade de Controle SGPS S.A., da mesma forma, é uma sociedade anônima que não possui um acionista controlador nem bloco de controle definido, tendo seu capital detido por acionistas relevantes membros da mesma família.

**16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

**16.1 Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam do assunto.**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Atlantia Bertin Participações S.A..	25/07/2010	16.450.000,00	R\$ 21.168.000,00	0	Indeterminado	SIM	8,898000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	-						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Quitação antecipada por concordância das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Financiamento CAPEX e Outorga Fixa. CDI + 0,5% a.m.						
Ascendi International Holding B.V.	25/07/2010	16.450.000,00	R\$ 21.169.000,00	0	Indeterminado	SIM	8,898000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	-						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Quitação antecipada por concordância das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Financiamento CAPEX e Outorga Fixa. CDI + 0,5% a.m.						

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado em relação a condições pactuadas ou pagamento compensatório adequado em 16.2 acima ocorridas no último exercício social:**

**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e**

Apesar de não termos regras específicas para a identificação e administração de conflitos de interesses na Companhia, a identificação e administração de nossos conflitos de interesses é feita tendo como parâmetro a Lei das Sociedades por Ações, ou seja, o acionista que tiver interesse conflitante com a matéria colocada em pauta na ordem do dia está vedado de proferir o seu voto. A Companhia adota práticas exigidas por legislação e regulamentação com o intuito de evitar conflito de interesses entre a Companhia e seus acionistas. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação da Assembleia Geral, conforme regras previstas no Estatuto Social da Companhia. Além disso, a Companhia sempre observa as condições praticadas no mercado à época ao celebrar qualquer acordo ou contrato ou estabelecer qualquer relação comercial.

Admitindo-se controvérsia quanto a eventual conflito de interesse, formal ou material, o Estatuto Social da Companhia estabelece que a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas, em especial aquelas previstas no item 16.2, seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Com relação à adequação do pagamento compensatório dos contratos com partes relacionadas, temos que os contratos de mútuo com as acionistas foram realizados a taxa referenciada em indicador usual de mercado, com *spread* equivalente ao praticadas no mercado (CDI + 0,5%), consistindo em suporte dos acionistas que visa a prover liquidez para a Companhia honrar com seus compromissos advindos do Contrato de Concessão. Além disso, os pagamentos de principal, remuneração e demais encargos feitos ou a serem feitos sob a égide destes contratos estão subordinados à prévia quitação pela Companhia de quaisquer financiamentos que tenha contraído perante terceiros.

Além disso, os credores da Companhia consentiram com a celebração dos contratos, tendo sido, ademais, concedidos empréstimos pelos acionistas em montantes proporcionais às suas participações, com a interveniência-anuência dos outros acionistas.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
28/06/2010	223.578.475,95	-	22.357.847.595	0	22.357.847.595

**17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
22/08/2011	22/08/2011	16.421.524,00	1.642.152.405	0	1.642.152.405	0,00000000	0,00

**Forma de restituição**

A redução do capital social da Companhia se refere apenas ao capital subscrito e não integralizado, tendo em vista ser este excessivo. Deste modo, não houve restituição aos acionistas.

**Razão para redução**

Capital excessivo

## **17.5 - Outras informações relevantes**

### **17.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes**

Todas as informações relevantes com relação ao capital social da companhia foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	0,000000
<b>Direito a dividendos</b>	<p>De acordo com o art. 30, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das Sociedades por Ações, quantitativamente e quanto à periodicidade de sua distribuição, com dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do art. 202 da referida lei.</p> <p>A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, inclusive "pro-labore" aos administradoresacionistas, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros.</p>
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Qualquer acionista da Companhia, dissidente de deliberações tomadas em Assembleia Geral que ensejem o direito de recesso, poderá retirar-se da Companhia, recebendo o reembolso do valor de suas ações, observadas as disposições do art. 45 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	De acordo com o art. 135 da Lei das Sociedades por Ações, é necessário o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto para instalação, em primeira convocação, de assembleia geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do Estatuto Social. Em segunda convocação, a referida assembleia poderá instalar-se com qualquer número. O quórum para aprovação é de maioria absoluta.
<b>Outras características relevantes</b>	Não há

---

**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**  
**18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	4ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
<b>Data de emissão</b>	13/08/2012
<b>Data de vencimento</b>	13/08/2013
<b>Quantidade (Unidades)</b>	60
<b>Valor total (Reais)</b>	600.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários</b>	Em 13 de agosto de 2012, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em série única, 60 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), totalizando R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), a serem amortizadas em 360 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão. As As Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão foram emitidas fisicamente sob a forma nominativa e depositadas perante o Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de banco mandatário, e contam com (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão e (iii) cessão fiduciária dos recebíveis da Companhia. As Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão foram registradas para negociação no CETIP21. Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada do CDI, acrescida de um spread anual de 3,7%, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia. Nos termos das notas promissórias comerciais, a Companhia não poderá pagar dividendos além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações. Não há, ainda, qualquer restrição à alienação de ativos; no entanto, há restrição para a contratação de novas dívidas ou emissão de novos valores mobiliários.
-----	
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
<b>Data de emissão</b>	23/12/2010
<b>Data de vencimento</b>	21/06/2011
<b>Quantidade (Unidades)</b>	135
<b>Valor total (Reais)</b>	450.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
<b>Conversibilidade</b>	Não

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários</b>	Em 23 de dezembro de 2010, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em três séries, 135 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para cada nota promissória comercial da primeira série, de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para cada nota promissória comercial da segunda série e de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para cada nota promissória comercial da terceira série, totalizando R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.
<hr/>	
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
<b>Data de emissão</b>	20/06/2011
<b>Data de vencimento</b>	17/12/2011
<b>Quantidade (Unidades)</b>	135
<b>Valor total (Reais)</b>	484.200.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários</b>	Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em três séries, 135 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$5.380.000 (cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais) para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1.076.000 (um milhão e setenta e seis mil reais) para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4.304.000 (quatro milhões, trezentos e quatro mil reais) para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$484.200.000 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões e duzentos mil reais), amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais foram emitidas fisicamente sob a forma nominativa e depositadas perante o Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de banco mandatário, e contam com (i) aval da Heber, Leão & Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Elas foram registradas para negociação no CETIP21.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.
<hr/>	
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	3ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Data de emissão</b>	16/12/2011
<b>Data de vencimento</b>	16/06/2012
<b>Quantidade (Unidades)</b>	135
<b>Valor total (Reais)</b>	484.200.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários</b>	Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em três séries, 135 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$5.380.000,00 (cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais) para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1.076.000,00 (um milhão e setenta e seis mil reais) para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4.304.000,00 (quatro milhões, trezentos e quatro mil reais) para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$484.200.000,00 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões e duzentos mil reais), amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.

---

**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

**18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação**

As notas promissórias comerciais de emissão da Companhia somente são admitidas à negociação por meio do CETIP21.

**18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

18.7 - Informação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros: (a) país; (b) mercado; (c) entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; (d) data de admissão à negociação; (e) se houver, indicar o segmento de negociação; (f) data de início de listagem no segmento de negociação; (g) percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; (h) se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; (i) se houver, banco depositário; e (j) se houver, instituição custodiante.

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

**18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, e publicações de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia, nos três últimos exercícios sociais**

Para fins deste item 18.8, vide seção 18.5 acima deste Formulário de Referência.

**18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**  
**18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**18.10 - Outras informações relevantes****18.10. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes**

Em função de problemas de inclusão de informações no sistema Empresas.net, que não admite a inclusão no quadro referente aos valores mobiliários do Formulário Cadastral de valores mobiliários emitidos antes da data de obtenção de registro de companhia aberta da emissora que consta no quadro “Dados Gerais” do Formulário Cadastral, como é o caso das notas promissórias das três primeiras emissões, não foi possível equalizar o quadro referente a valores mobiliários do Formulário Cadastral com as informações sobre as notas comerciais das quatro emissões da Companhia que constam no quadro 18.5 deste Formulário de Referência.

Todas as demais informações relevantes com relação a valores mobiliários foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**19.4 - Outras informações relevantes****19.4. Outras informações relevantes**

O Contrato de Concessão estipula que a Companhia não poderá, durante todo o prazo da Concessão, adquirir as suas próprias ações sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

**20.2 - Outras informações relevantes****20.2. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes**

Todas as informações relevantes com relação a valores mobiliários foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

**21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva**

Devemos atender às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM.

Nos termos da legislação brasileira sobre valores mobiliários, a Companhia deve divulgar qualquer acontecimento relevante relacionado aos seus negócios à CVM e aos respectivos mercados organizados de valores mobiliários. A Companhia deve ainda publicar na imprensa aviso de tais acontecimentos relevantes. Um fato será relevante se puder causar impacto ponderável sobre o preço dos valores mobiliários da Companhia, a decisão dos investidores de negociar valores mobiliários da Companhia ou a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos como titulares de quaisquer dos valores mobiliários da Companhia. Em circunstâncias especiais de proteção de interesse legítimo da Companhia, a mesma poderá apresentar à CVM pedido de tratamento confidencial dos fatos relevantes.

### **Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas**

De acordo com a regulamentação aplicável, devemos fornecer à CVM e aos respectivos mercados organizados de valores mobiliários determinadas informações (i) periódicas, que incluem este Formulário de Referência, o Formulário Cadastral, as informações trimestrais, os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes, editais de convocação e atas de Assembleias Gerais Ordinárias e (ii) eventuais, tais como aviso aos acionistas, editais de convocação e atas de Assembleias Gerais Extraordinárias, fatos relevantes, acordos de acionistas, entre outros.

### **Normas, regimentos e procedimentos internos**

A Companhia ainda não constituiu outros mecanismos internos referentes a divulgação de informações além de sua Política de Divulgação (conforme abaixo definida).

**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo de informações relevantes não divulgadas pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

A Companhia possui uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Manutenção de Sigilo de Informações Relevantes (“Política de Divulgação”), nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada. A política da Companhia, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de agosto de 2011, é destinada aos seus acionistas controladores, administradores, membros do Conselho Fiscal, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a Informações Relevantes, conforme abaixo definido, a quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos acionistas controladores, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha acesso ou conhecimento de informações relevantes, prestadores de serviços e qualquer pessoa que tenha aderido expressamente à Política de Divulgação (as “Pessoas Vinculadas”). Essa política estabelece regras de sigilo e confidencialidade, procedimentos relativos à manutenção de sigilo, bem como atribui responsabilidade direta e subsidiária pela divulgação de fato relevante ao Diretor de Relações com Investidores e aos destinatários que tenham conhecimento pessoal de fato relevante, respectivamente.

A íntegra da política de divulgação desta Companhia encontra-se disponível na Internet no endereço <http://www.rodoviasdotiete.com.br/ri>.

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

#### *(A) Condições Gerais*

Nos termos das normas aplicáveis, a Companhia possui sua própria Política de Divulgação, conforme aprovada na reunião do seu Conselho de Administração realizada em 27 de Julho de 2011, que disciplina, dentre outros temas, a divulgação de qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão, (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter tais valores mobiliários, ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de sua emissão ("Informações Relevantes") e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Estão vinculados à Política de Divulgação da Companhia seus acionistas controladores, diretos e indiretos, e as pessoas por eles indicadas para acessar informações da Companhia, membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal (se houver) e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável por esclarecer quaisquer dúvidas a respeito das disposições da Política de Divulgação de Informações, da regulamentação aplicável editada pela CVM e/ou sobre a necessidade de se divulgar ou não determinada informação ao público.

#### *A) Deveres do Diretor de Relações com Investidores*

São responsabilidades do Diretor de Relação com Investidores da Companhia:

(i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante;

(ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos. Ademais, a Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais utilizados pela Companhia. Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relação com Investidores. Se esta não o fizer em 03 (três) dias, ficará obrigada de comunicar tal informação diretamente à CVM.

**21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e**

**fiscalização da política de divulgação de informações**, ser divulgadas fora do horário de funcionamento das Bolsas de Valores.

*B) Exceção à Imediata Divulgação de Informação Relevante*

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Nesses casos, a Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de tal Informação Relevante.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento, e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia, o Diretor de Relação com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

*C) Dever de Guardar Sigilo Acerca de Informação Relevante*

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, a que tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos, nem tratar das Informações Relevantes com aqueles que não tenham necessidade de conhecê-las.

Quaisquer violações da Política de Divulgação verificadas pelas pessoas a ela submetidas deverão ser comunicadas imediatamente ao Diretor de Relação com Investidores.

*D) Obrigação de Indenizar*

As pessoas submetidas à Política de Divulgação responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou outras pessoas a esta submetidas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras pessoas submetidas à Política de Divulgação venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, desse descumprimento.

## **21.4 - Outras informações relevantes**

### **21.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes**

Todas as informações relevantes com relação a valores mobiliários foram exauridas nos itens acima.

**22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

**22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia**

Não houve aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

**22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

**22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

**22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

## **22.4 - Outras informações relevantes**

### **22.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes**

Todas as informações relevantes com relação a negócios extraordinários foram exauridas nos itens acima.